

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

MARIA DOMINGOS PEREIRA VENTURA

**AS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DO TRABALHO LIVRE E O  
ESRAVO NA PEÇA *MÃE* DE JOSÉ DE ALENCAR**

**DISSERTAÇÃO**

CURITIBA  
2018

MARIA DOMINGOS PEREIRA VENTURA

**AS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DO TRABALHO LIVRE E O  
ESCRAVO NA PEÇA *MÃE* DE JOSÉ DE ALENCAR**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Rubel Fanini

CURITIBA  
2018

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

---

V468c  
2018

Ventura, Maria Domingos Pereira

As construções discursivas do trabalho livre e o escravo na peça Mãe de José de Alencar / Maria Domingos Pereira Ventura.-- 2018.  
106 f.: il.; 30 cm.

Disponível também via World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho, Curitiba, 2018.

Bibliografia: f. 100-106.

1. Alencar, José de, 1829-1877. Mãe. 2. Análise do discurso. 3. Dialogismo (Análise literária). 4. Escravidão na literatura. 5. Trabalho - Aspectos sociais - Brasil. 6. Trabalhadores - Condições sociais - Brasil. 7. Literatura e sociedade. 8. Teatro e sociedade. 9. Tecnologia e trabalho. 10. Tecnologia - Dissertações. I. Fanini, Ângela Maria Rubel, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 - 600

---

**Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR**  
**Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794**




---

**TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 512**

A Dissertação de Mestrado intitulada **As Construções Discursivas do Trabalho Livre e o Escravo na peça Mãe de José de Alencar** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Maria Domingos Pereira Ventura** no dia **12 de março de 2018**, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e trabalho e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof. Dr. Ivo Pereira de Queiroz - (UTFPR)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rossana Aparecida Finau - (UTFPR)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nírcia Cecília Ribas Borges Teixeira - (UNICENTRO)  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Angela Maria Rubel Fanini - (UTFPR) - *Orientadora*

Curitiba, **12 de março de 2018**.

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nanci Stancki da Luz  
Coordenadora do PPGTE



## RESUMO

VENTURA, Maria Domingos Pereira. **As Construções Discursivas do Trabalho Livre e o Escravo na peça *Mãe* de José de Alencar**. 2018. 106 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

Esta dissertação analisa as construções discursivas do trabalho livre e escravo na peça *Mãe* de José de Alencar publicada em 1860. A pesquisa foi predominantemente exploratória quanto ao seu objetivo, utilizou o método bibliográfico buscando nos textos de Marx, Engels, Freyre, Freitas, Fausto, Gorender, Costa, Ianni e outros autores o surgimento do trabalhador assalariado e indícios que levassem à compreensão sobre como se deu a passagem do trabalho escravo para o livre no Brasil do século XIX. A análise tem como *corpus* a peça *Mãe*, de José de Alencar, procurando levantar como o autor representa as relações de trabalho na segunda metade do século XIX e as possíveis inferências dessa representação. A partir da Análise Dialógica do Discurso (ADD), de Bakhtin e o Círculo, buscou-se compreender como são representadas no discurso literário teatral as relações entre senhores e escravos urbanos e entre as classes sociais que se reorganizam e os trabalhadores livres. Como resultado a pesquisa revelou como o autor inova ao trazer como protagonista uma escravizada durante a vigência da escravidão no país, mostrando que esta pode se colocar como uma trabalhadora livre, em suas falas, apesar de sua condição de escrava na pele e expõe no microcosmo da obra, como se constitui o trabalho escravo e livre na época. Mostra ainda o espanto diante da necessidade de mulheres pertencentes a estratos sociais mais favorecidos trabalharem. Alencar buscou construir em suas obras uma identidade para o país que se constituía, e denunciou as mazelas da escravidão em obras como *Mãe* e *O Demônio Familiar* (1857). Entretanto, a despeito de ter levado ao palco a escravidão, a invisibilidade dos escravos e seus descendentes permanece, ainda hoje, nos milhões de brasileiros negros e mulatos alijados de seus direitos. A pesquisa aponta a importância da redescoberta de obras como *Mãe* que mantém viva a memória da escravidão e que passados 129 anos de seu término oficial, seus efeitos ainda se fazem sentir, cabendo a cada brasileiro fazer uso de suas capacidades para escrever uma nova história para o trabalho neste país: trabalho livre e digno para cada habitante desta terra, independente da cor de sua pele ou condição social.

**Palavras-Chave:** Trabalho livre. Escravidão. Trabalho escravo. Análise Dialógica do Discurso. Literatura Brasileira/Teatro de José de Alencar.

## ABSTRACT

VENTURA, Maria Domingos Pereira. **Discursive constructions about free work and slavery in Jose de Alencar's drama *Mãe***. 2018. 106 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

This dissertation analyses the discursive constructions of the free and enslaved work on José de Alencar's play *Mãe*, published in 1860. The research was mainly exploratory when it came to its objectives and utilized the bibliographic method, searching on the texts of Marx, Engels, Freyre, Freitas, Fausto, Gorender, Costa, Ianni and other authors for the emergence of the salaried work and indications that led to comprehending how the transition from enslaved work to free work happened in Brazil in the XIX century. The analysis has as a *corpus* José de Alencar's play *Mãe*, and it tries to raise how the author represents the work relations in the second half of the XIX century and the possible inferences of such representation. From Bakhtin and the Circle's Dialogical Discourse Analysis (DDA), it is attempted to comprehend on the theatrical literary speech how it is represented the relations between master and slave and between the social classes that restructured themselves and the free workers. As a result, the research revealed how the author innovates by bringing as the main character a female slave, during the existence of slavery in the country, showing that she can be a free worker, in her lines, despite her condition of a slave on her skin and exposes on the work's microcosm how it is constituted the free and enslaved work at the time. It also shows the astonishment before the need of higher-stratum-belonging women to work. Alencar attempted to build on his works an identity for the constituting country, and despite denouncing the badness of slavery on works such as *Mãe e Demônio Familiar* (1857), the invisibility of the slaves and their descendants remains in millions of black and mulatto Brazilians depleted from their rights. The research points the importance of rediscovering works such as *Mãe* that do not allow us to forget that slavery happened and that 129 years since its official end, its effects are still felt, making it fitting that every Brazilian, making use of their own capacity, write a new history for work in this country: free and dignified work for every inhabitant in this land, independent of color of skin or social condition.

**Keywords:** Free worker. Slavery. Enslave. Dialogical Discourse Analysis. Brazilian Literature/José de Alencar theater.

## AGRADECIMENTOS

Durante a realização da presente pesquisa muitas vezes me senti perdida, cansada e a pensar sobre o que me fazia continuar. Nestes momentos, pude contar com pessoas que sempre estiveram ao meu lado e me ajudaram a continuar. Agradeço a meus pais, que me trouxeram à vida e me oportunizaram chegar até a escrita destes agradecimentos.

Agradeço a meus amigos: de trabalho, caminhada e mestrado. Cada um me ajudou a estar aqui. Quantas palavras e gestos de compreensão pelos quais só posso dizer: Obrigada.

Agradeço à minha orientadora, professora Angela, que me acolheu antes mesmo do ingresso no programa de mestrado e abriu as portas para uma compreensão de linguagem com a qual me identifiquei e me identifico cada vez mais. Também agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa “Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais”, cuja acolhida, experiência e atividade facilitaram a minha inserção nas discussões sobre Tecnologia e Trabalho, tornando possível este estudo. O quanto aprendi com suas partilhas e coração aberto.

Agradeço aos professores Ivo, Níncia e Rossana que aceitaram participar de minha banca de qualificação e que me ajudaram a aparar arestas desta pesquisa com sua leitura atenta e observações consistentes. Sua contribuição foi valiosa e suas vozes aqui também estão ecoando. Obrigada.

De forma bastante especial, agradeço a SEED-PR por ter liberado parte de minha carga horária para realização deste mestrado. Horas estas gastas na pesquisa que aqui vem à luz.

Ao Curso de Licenciatura em Letras Português/ Inglês da UTFPR, e em especial, aos colegas professores com quem tive a grata oportunidade de conviver ao longo de quatro anos e que me incentivaram a dar mais este passo em minha formação acadêmica. Obrigada.

Ao conjunto dos colegas, professores e a toda equipe do PPGTE, também agradeço. Obrigado pela disposição e disponibilidade e por compartilharem conosco suas leituras, experiências, seu trabalho, suas correções. A todos que fazem parte de minha vida: meus amigos e familiares, tantas pessoas que não caberiam nesta página, também deixo meu mais sincero obrigada. Por fim, pelo dom da vida, agradeço a Deus, o Diálogo permanente. Obrigada por me mostrar sua presença de mil formas e maneiras, ainda que muitas vezes sofridas no decorrer, mas, sempre deixando a paz, ao seu término.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	8
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	19
2 EMBASAMENTO TEÓRICO: DISCURSOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO ...	21
2.1 MARX E ENGELS: O TRABALHO COMO PRODUÇÃO MATERIAL DA VIDA ..	25
2.2 O TRABALHO ONTOLÓGICO .....	28
2.3 A NEGAÇÃO DO TRABALHO .....	30
2.4 A REALIDADE DO BRASIL IMPÉRIO .....	37
2.5 OS TRABALHADORES LIVRES NO RIO DE JANEIRO .....	47
3 EMBASAMENTO TEÓRICO: LINGUAGEM E LITERATURA .....	52
3.1 A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM EM BAKHTIN E O CÍRCULO ..	53
3.2 O SIGNO IDEOLÓGICO NOS ESTUDOS DE BAKHTIN E DO CÍRCULO .....	54
4 JOSÉ DE ALENCAR: VIDA E OBRA .....	59
4.1 VIDA E OBRA.....	59
4.2 O TEATRO REALISTA .....	63
4.3 AS POLÊMICAS .....	66
5 DISCURSOS SOBRE O TRABALHO NA PEÇA <i>MÃE</i> DE JOSE DE ALENCAR.....	70
5.1 OS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS .....	70
5.2 OS TRABALHADORES LIVRES .....	78
5.3 A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NA OBRA <i>MÃE</i> .....	84
5.4 AS MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL COM O TRABALHO LIVRE.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
REFERÊNCIAS .....	100



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação tem como objetivo analisar a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no século XIX, no Brasil, tendo por *corpus* a peça *Mãe* de José de Alencar, escrita em 1859 e encenada em 1860. A despeito da temática central da peça ser a maternidade, como anunciado no cartaz da peça, ela apresenta elementos que permitem que se busque entender como se davam as relações entre trabalhadores livres e escravos no país a partir das construções discursivas sobre o trabalho livre e escravo no Brasil do século XIX presentes nessa obra. A opção por pensar o trabalho a partir de uma obra literária de Alencar se deu por não haver muitas pesquisas<sup>1</sup>, em língua portuguesa, tendo o trabalho como tema com *corpus* em Análise Dialógica do Discurso (ADD) e literário, e porque o presente estudo poderá contribuir com o aprofundamento dessa temática dentro do Grupo de Pesquisa *Discursos sobre Trabalho, Tecnologia e Linguagem* da PPGTE. Esta pesquisa ao dialogar com campos de saberes como a Filosofia, a História, a Economia, a Sociologia, coloca-se como interdisciplinar, estando, desta forma, em acordo com a proposta de interconexão de saberes proposta pelo Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, PPGTE, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, a que se vincula esta dissertação.

A escolha por uma obra de José de Alencar, um dos maiores escritores brasileiros do século XIX no Brasil, autor de romances clássicos na literatura brasileira como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865) oportunizou a recuperação de uma face pouco conhecida deste, o dramaturgo. Alencar inaugurou o teatro realista brasileiro, abordando a questão da escravidão doméstica com a peça *O Demônio Familiar* (1857). Não obstante do sucesso dessa peça, escolheu-se para esta pesquisa a peça *Mãe* (1860), que também trata da escravidão doméstica. A opção deu-se porque não foram encontrados estudos sobre a transição do trabalho escravo para o livre na peça *Mãe*, apesar de encontrar-se uma vasta gama de materiais como teses, dissertações, artigos, capítulos de livros, resenhas sobre as obras de Alencar, a respeito do *corpus* desta pesquisa. A vida e obra de Alencar serão aprofundadas em capítulo específico.

Para entender a escolha da temática de nossa pesquisa, um pouco de História. Segundo Fausto (2015), os portugueses buscavam riquezas materiais como ouro e especiarias

---

<sup>1</sup> Ampla pesquisa foi realizada sobre o tema e pouco material foi encontrado pelo Projeto de Pesquisa “A formalização discursiva do universo do trabalho e da tecnologia em textos literários brasileiros”, do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, PPGTE, da UTFPR, que se relaciona o presente trabalho. Foram consultados os Bancos de Teses e Dissertações e materiais bibliográficos na *Web*.

quando se lançaram ao mar. A façanha da descoberta de novas terras foi possível devido ao desenvolvimento de navios e técnicas de navegação durante o Renascimento. Quando portugueses e espanhóis iniciaram suas navegações estavam amparados pela bula papal *Dum Diversas* (1452) que dava aos reis de Portugal e Espanha o direito de reduzir à escravidão perpétua<sup>2</sup> sarracenos, pagãos e quaisquer outros inimigos de Cristo. Ao chegarem ao Brasil, os portugueses se defrontaram com um cenário inusitado descrito num dos primeiros discursos sobre o Brasil pré-colonial, a Carta de Pero Vaz de Caminha<sup>3</sup>. O estranhamento relatado por Caminha em relação aos habitantes da terra recém descoberta demonstra que eles não sabiam o que esperar das novas terras e quando comparam os costumes dos europeus com os dos nativos, os acham estranhos.

Na bula papal *Romunus Pontiflex* (1455), o papa Nicolau V deixa claro o direito dos portugueses de escravizar negros ou comprar escravos negros ao longo da costa africana. Os portugueses já cultivavam cana de açúcar nas colônias africanas com mão de obra escrava, e eram possuidores do amparo da igreja para compra e escravização de negros, por isso, resolveram trazer escravos da África para a nova colônia. O braço escravo sustentou a economia do país por mais de 300 anos, e a escravidão<sup>4</sup> perpétua autorizada pela bula papal só foi abolida no Brasil em 1888 devido a pressões internas<sup>5</sup> e externas.

Muitos dos indígenas que ocupavam as terras foram dizimados por doenças trazidas pelos portugueses ou escravizados, e vários dos que sobreviveram às doenças se embrenharam no interior do país. Entretanto, a despeito de alguns historiadores afirmarem que os indígenas

---

<sup>2</sup> Para Aristóteles (2012, p. 17) “os gregos tem o direito de mandar nos bárbaros”, o que mais tarde foi utilizado pela Igreja para justificar a escravidão dos negros, considerados bárbaros e pagãos.

<sup>3</sup> Nela os indígenas são retratados como seres “inocentes que mostravam as vergonhas assim como mostravam o rosto”. Abordando a questão das atividades por eles realizadas, o autor ressalta que: “Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos” (CAMINHA, 2017).

<sup>4</sup> Somente em 2001, a ONU reconheceu escravidão como crime contra a humanidade, assim expresso em seu item 13 da Declaração de Durban: “Reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo, incluindo o tráfico de escravos transatlântico, foram tragédias terríveis na história da humanidade, não apenas por sua barbárie abominável, mas também em termos de sua magnitude, natureza de organização e, especialmente, pela negação da essência das vítimas; ainda reconhecemos que a escravidão e o tráfico escravo são crimes contra a humanidade e assim devem sempre ser considerados, especialmente o tráfico de escravos transatlântico, estando entre as maiores manifestações e fontes de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e que os Africanos e afrodescendentes, Asiáticos e povos de origem asiática, bem como os povos indígenas foram e continuam a ser vítimas destes atos e de suas conseqüências”.

<sup>5</sup> Moura (1988, p. 29), tratando da escravidão brasileira afirma que: “na primeira fase da escravidão a luta contra o sistema é apenas dos escravos. São eles que de várias formas solapam o instituto opressor. Somente depois de 1850 é que veremos o apoio de personalidades defendendo o fim do trabalho servil. Nessa última fase da escravidão, após a abolição do tráfico, já no período, portanto denominado de *escravismo tardio*, várias vertentes abolicionistas radicais passaram a cooperar e a operar juntamente com os escravos rebeldes [...]. Mas isso somente quando ele saiu do período de crise e entrou em plena decomposição. Enquanto o escravismo brasileiro era uma instituição sólida e reconhecida, somente os escravos lutaram radicalmente para extingui-lo”.

não se adaptaram à escravidão e por isso, teriam sido substituídos por escravos africanos<sup>6</sup>, Freitas (1982), afirma que:

[...] a mortalidade dos negros não ficou provavelmente muito atrás da dos índios, como atesta o fato mesmo da necessidade de um ininterrupto e sempre crescente fruto de tráfico. [...] a substituição da escravatura indígena pela negra não obedeceu às razões então invocadas pelos interessados e ainda hoje sustentadas por uma historiografia oficiosa. A análise do processo de substituição revela que a mesma se operou em todas as regiões onde a economia se articulou como comércio internacional (FREITAS, 1982, p. 23).

Freitas informa que os negros, assim como os indígenas, apresentaram alta mortalidade, o que implicou um ininterrupto e crescente tráfico de novas peças para o país. Ele acrescenta dados sobre a lucratividade do comércio internacional que se realizou com a compra e venda de escravos no continente americano, afirma ainda que foram os lucros<sup>7</sup> desse comércio que possibilitaram os capitais necessários à Revolução Industrial.

Como desde o início da colonização até a abolição da escravidão no Brasil, o grosso do trabalho foi realizado por escravos<sup>8</sup>, criou-se no país uma cultura que via o trabalho braçal como atividade não digna. De acordo com Amantino (2008), somente as pessoas muito pobres se sujeitavam a trabalhar para poderem manter-se, sendo comum que até mesmo, ex-escravos procurassem comprar um escravo para executar tarefas por eles. Mas, ao tratar da escravidão no país não se pode esquecer que mesmo durante sua vigência, existiu um pequeno número de trabalhadores livres convivendo com o regime escravista, realizando trabalhos específicos nos engenhos ou no comércio da colônia.

<sup>6</sup> O termo escravo neste trabalho refere-se a negros (as) africanos que foram escravizados na África e seus descendentes, que foram mantidos nessa condição por mais de trezentos anos no Brasil.

<sup>7</sup> “[...] o mecanismo deste comércio consistia em trocas manufaturas baratas por negros na costa ocidental da África; permutar os negros por matérias-primas nas colônias americanas; por fim, vender as matérias-primas na Europa a altos preços, ou seja, a dinheiro de contado. Comércio de lucros fantásticos em que o lucro nunca ficava por menos de 300% e podia em certos casos render até 600%. Foi este comércio que fomentou a produção manufatureira europeia e propiciou a acumulação de capitais que havia de financiar a Revolução Industrial. O que lhe conferia uma taxa tão desmedidamente alta de lucro era a obtenção de matérias-primas americanas com uma moeda extremamente barata – o negro.” (FREITAS, 1982, p. 24-25).

<sup>8</sup> De acordo com Capello, o escravo brasileiro era *res personae* ao mesmo tempo, desde que se compreenda este último termo não como sujeito de direito, mas como ser humano: “No direito romano o termo *personae* era usado como equivalente a homo e não como titular de direito. Por isso os escravos eram considerados ao mesmo tempo *personae*, e *res*. Isto não significa que o escravo pudesse ser titular de direito, pois Ulpiano esclarece muito bem a sua posição perante o direito civil – “Quod attinet ad IUS CIVILE SERVI pro nullis habentur.” O escravo não era sujeito de direito, pois era considerado uma coisa, ou melhor, um animal humano. O *dominus* exercia sobre o *servus* o direito de propriedade e para sancionar esse direito fazia uso da *reivindicatio*, isto é, da mesma ação de que se servia em se tratando de um objeto móvel.” (NÓBREGA, 1955, p. 120 e p. 130, apud CAPELLO, 2013).

O regime escravocrata, de certa forma, legitimou o ócio entre os cidadãos<sup>9</sup> brasileiros e pode-se dizer que, de certa maneira, igualou as pessoas brancas, desde que conseguissem adquirir ao menos um escravo<sup>10</sup>. Este é o caso de Jorge, estudante de medicina, colocado na mesma posição de Gomes, funcionário público, por Alencar e, que têm em comum, o fato de ter ou terem tido ao menos um escravo para servi-los. O trabalho livre só veio a ser fortalecido após a Revolução Industrial, ocorrida na Europa no século XVIII e que gradativamente se expandiu por diversos países, entre eles, o Brasil.

Estudar uma obra literária é uma tentativa de compreender sua lógica, aquilo que faz com que ela se constitua e permaneça. Entre os vários motivos que justificam a escolha da peça *Mãe*, destaca-se o fato da obra acompanhar a proponente desta dissertação desde a graduação em Letras. A peça em tela, *corpus* desta pesquisa, serviu de base para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso<sup>11</sup> (TCC) da proponente desta dissertação no Curso de Letras desta instituição no qual se discutiu a temática da maternidade mulata<sup>12</sup>.

Reexaminando a obra, verificou-se que a temática abordada é instigante e apaixonante: a escravidão e as relações que se estabelecem no seio da sociedade escravista. A leitura apresentada por Alencar a respeito dessa sociedade permite que se percebam indicações de como se deu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no século XIX no Brasil. Apesar de seu caráter ficcional, a peça *Mãe* é também um documento histórico, pertencente ao teatro realista brasileiro e, como tal, não pode deixar de apresentar aspectos da realidade em que se insere e dialogar com os leitores ou, no caso da peça, espectadores que frequentavam as casas de espetáculo. Alencar (1860) é assertivo ao retratar cenas que permitem vislumbrar como a escravidão urbana era vista na época e as mazelas produzidas por ela durante a vigência da escravidão.

Alencar escreveu várias peças de teatro, mas somente duas tratam especificamente da escravidão doméstica: *O Demônio Familiar* (1857) e *Mãe*. Segundo Aguiar (1984, p. 162), o

<sup>9</sup> Segundo a Constituição de 1824, são cidadãos brasileiros: “Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos”. Segundo Capello (2013), “se a própria *Charta Magna* imperial atribuía a condição de cidadãos apenas àqueles indivíduos que se apresentavam como ingênuos ou libertos era porque este diploma admitia, ao menos tacitamente, a existência de, no território do Império (art. 2º), haver a possibilidade de existência de outros indivíduos que não poderiam ser cidadãos, por não possuírem este *status libertatis*, ou seja, porque eram escravos”.

<sup>10</sup> Segundo Graham (1992), no meio urbano, inclusive no Rio de Janeiro, a maioria dos senhores possuía de um a três escravos, que realizavam serviços variados, incluindo o doméstico. Somente os lares mais ricos possuíam escravos que trabalhavam em atividades específicas como cozinheiros, mucamas, arrumadeiras, lavadeiras, entre outras. A maioria dos cativos urbanos não trabalhava nas tarefas domésticas como se pensava. Na peça *Mãe*, Joana, além do serviço doméstico, realiza outras atividades fora do lar, como lavar roupas.

<sup>11</sup> VENTURA, Maria Domingos Pereira. *A maternidade mulata na peça Mãe de José de Alencar e suas possíveis implicações*. 61 p., 2015. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba.

<sup>12</sup> O TCC tratou da maternidade mulata devido à descrição da protagonista como mulata e por haver tratamento diferenciado para negras, mulatas e brancas à época da escrita da peça.

cartaz que anunciava a peça trazia o seguinte texto: “A protagonista deste drama é uma escrava. Respeitaram-se todas as conveniências da sociedade brasileira, para se tirar partido somente do sentimento da maternidade”. Alencar, com esse aviso, deixa claro que conhece seu público e as possíveis restrições que se poderia fazer a uma peça que ousasse levar ao palco uma escrava como protagonista. Entretanto, a leitura atenta da mesma mostra que ela vai além do proposto no cartaz.

O drama, que se passa na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, traz ao palco uma escrava como mãe e protagonista. Joana, uma escrava mulata, engravida de Soares, homem livre de poucas posses, enquanto ainda propriedade de outro senhor. Ao saber da gravidez, Soares compra Joana e a leva para sua casa. Soares morre logo após perfilhar a criança sem revelar o nome da mãe da criança. Joana e o menino são acolhidos na casa do Dr. Lima, médico de poucas posses e padrinho da criança cujo nome é Jorge. O menino cresce acreditando que Joana é sua ama de leite. Para prover as suas necessidades e as de seu filho, Joana trabalha para outras pessoas durante o dia e realiza costuras à noite, de modo análogo aos escravos de ganho<sup>13</sup>. Como Joana não revela que é a mãe de Jorge, ele cresce imaginando que suas despesas sejam providas por uma mãe ausente ou por seu padrinho, o Dr. Lima. Quando Jorge está com 15 anos, Dr. Lima vende seus bens e vai para a Europa, onde permanece por cinco anos. Joana e Jorge continuam a morar juntos e ele começa a estudar medicina.

O cotidiano do trabalhador livre no Brasil imperial é retratado no início do primeiro ato. O Sr. Gomes, funcionário público, surpreende a filha Elisa, costurando logo cedo e diz a ela que apesar de seus esforços, essa ajuda não será suficiente para suprir todas as necessidades da casa. O diálogo entre pai e filha, mostra as dificuldades a que estão submetidos os trabalhadores livres no país. No mesmo prédio moram Jorge e Joana, que por possuírem poucos recursos econômicos também trabalham. Jorge dá aulas de piano e francês para ajudar no orçamento e Joana costura. Ao descer para dar aula de piano a Elisa, Jorge revela seu amor por ela e pede permissão para cortejá-la. Elisa lhe diz que terá que conversar com seu pai. Nesse mesmo dia ainda pela manhã, após cinco anos de ausência, o Dr. Lima, padrinho de Jorge, regressa da Europa e fica surpreso que Joana ainda não tenha revelado a

---

<sup>13</sup> Escravo prestador de diversos tipos de serviços, que poderiam ir desde o transporte de cargas, a barbearia, a fabricação de objetos ou até mesmo remédios. As escravas costumavam lavar roupas ou executar serviços diversos nas casas. As pinturas de Debret e outros artistas da época mostram escravizados tomando conta de comércios, ou vendendo produtos diversos nas ruas. A maior parte de seus ganhos era repassado para seus senhores e com a pequena parte que lhes sobrava se alimentavam ou guardavam o dinheiro para conseguir comprar sua carta de alforria. Como Joana não era escrava do Dr. Lima não repassava parte do que ganhava a ele, mas empregava o que ganhava para custear suas despesas e as do menino Jorge.

Jorge que é a sua mãe. Joana implora a ele que não revele o seu segredo sob pena de matar-se. Mais tarde nesse mesmo dia, Elisa conta a Jorge sobre as dificuldades financeiras do pai e entrega a Jorge o veneno que o pai pretendia tomar. Jorge promete a Elisa ajudar a resolver o problema de seu pai. Por ser pobre e não dispor do dinheiro necessário, Jorge decide penhorar os poucos bens que possui. Ao perceber que não serão suficientes para reunir o montante necessário, solicita um empréstimo ao padrinho. Dr. Lima lhe diz que não tem o dinheiro consigo, mas que irá retirar seus pertences na alfândega e até o final da tarde terá o dinheiro.

Ao notar que o padrinho não chegará a tempo, Jorge entra em contato com Peixoto, um agiota que anteriormente já lhe emprestara dinheiro, para tentar conseguir os 500 mil réis de que necessita. Peixoto avalia os bens e diz que não são suficientes, mas que ele poderia penhorar a escrava. Jorge, que havia alforriado Joana nessa manhã, recusa a proposta. Ao perceber que o filho não conseguirá o dinheiro necessário, Joana rasga a carta de alforria e insiste que ele a penhore, argumentando que será apenas por um dia, até que o Dr. Lima traga o dinheiro. Jorge acaba concordando com a penhora. Peixoto leva a escrava para sua casa, o que faz com que mãe e filho se separem pela primeira vez. No dia seguinte, logo cedo, Joana percebe que Peixoto deixara a casa aberta e vai ao encontro do filho. Peixoto ao retornar e verificar que a escrava não está em casa, se dirige à casa de Jorge, e informa que esta à procura de Joana, a escrava que Jorge havia penhorado no dia anterior. Ao saber da notícia, o Dr. Lima diz uma das frases mais famosas da dramaturgia do período: “Desgraçado. [...] Tu vendeste tua mãe” (ALENCAR, 2016, p. 181). Joana, que a tudo ouvia escondida. Então, foge e, desesperada com a revelação de seu segredo, bebe o veneno que Elisa havia entregado a Jorge para guardar. Jorge e o Dr. Lima procuram Joana pela casa e quando a encontram ela já está à morte. Até seu último momento de vida, Joana se nega a chamar Jorge de filho, para não revelar sua origem e assim comprometer sua situação na sociedade. Todavia, ao final, Joana profere a seguinte frase, elucidando todo o segredo: “Nhonhô!... Ele se enganou!... Eu não... Eu não sou tua mãe, não... meu filho!” (ALENCAR, 2016, p. 191), e morre.

Uma vez escolhido o *corpus* buscou-se adentrar no universo do trabalho, pensar as relações que aí se estabelecem e aprofundar a visão do trabalho livre e escravo presente na peça. Para tanto, estudou-se o trabalho realizado pelas diversas personagens, sem deixar de destacar o trabalho realizado por duas personagens: Joana e Elisa. Segundo Fanini (2003), ofícios como a lavadeira, a engomadeira, a costureira, etc., eram exercidos por mulheres pobres, mas não por mulheres de classe média ou alta. As mulheres pobres sempre trabalharam em decorrência de sua condição econômica. Barbosa (2012) analisa o romance *Til* (1872) de Alencar e apresenta detalhes sobre como o trabalho feminino era visto na época

e na obra de Alencar. A autora apresenta os ofícios permitidos às mulheres no século XIX, entre eles, a costura, no texto *O Idílio Degradado: um estudo sobre o romance TIL de José de Alencar*. O autor é fiel a sua época, e ao retratar as personagens Elisa e Joana costurando para ajudar nas despesas de suas famílias passa um importante indicativo de sua classe social. Ainda de acordo com Barbosa (2012), a sociedade de classes em formação apresenta restrição a certos ofícios que podem ser realizados por mulheres pobres ou que se vêem sem recursos, como a prostituição. O tema, que já havia sido tratado por Alencar na peça *As asas de um anjo* (1858), reaparece no romance *Lucíola* (1862) e em ambos, aparece o viés negativo atividade exercida pela prostituta. Fanini (1997), também analisa o romance *Lucíola*, reforçando que o exercício da prostituição cabia a mulheres pobres ou, ainda, a mulheres advindas de classes médias, cujos provedores falecem, como é o caso de *Lucíola*.

Para dar conta da análise da peça, será necessário entender a relação entre trabalho e linguagem como constituintes do ser humano. Entre os vários autores que pensaram a temática do trabalho, destacamos Engels (1876) e Marx e Engels (2007), para os quais trabalho é a categoria que ajuda a definir o específico do humano. Na tradição materialista-histórica buscaremos os elementos que diferenciam o homem dos demais animais. Para Marx, e Engels (2007, p. 10-11), no momento de produção dos meios de nossa subsistência tornamo-nos diferentes dos animais. Para ilustrar a diferença entre os homens e os animais, Marx (2016) compara o fazer da aranha ao do tecelão, destacando a intencionalidade do trabalho humano em relação ao instinto animal. Já Engels nos dirá que “o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1876). O homem foi capaz de extrair da natureza elementos para transformar em instrumentos para utilizar em seu trabalho. Os homens começaram a viver em grupos e num dado momento, tiveram a necessidade de se comunicar ou nas palavras de Engels, “os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros” (ENGELS, 1876). Embora Engels (1876) destaque a prioridade do trabalho, também, em certa medida, percebe a importância da linguagem para o processo de humanização do homem:

Primeiro o trabalho, e depois em simultaneidade com ele, a linguagem; eis os dois principais estímulos sob cuja influência o cérebro do macaco se foi, pouco a pouco, transformando em cérebro humano, que, a despeito de todas as semelhanças, o supera de longe, quer em dimensão, quer em perfeição (ENGELS, 1876).

A linguagem é o instrumento pelo qual o ser humano nomeia os objetos do mundo, inclusive os artefatos de trabalho, e ela, segundo Engels, juntamente com o trabalho, permitiu que o cérebro do macaco se transformasse em cérebro humano. Uma vez estabelecida a

importância do trabalho e da linguagem para o ser humano, a pesquisa buscou aprofundar a temática do trabalho, buscando em Marx (1996) e Engels (1876), os fundamentos para entender como este tem sido visto e pensado e o que fez com que alguns homens pudessem exercê-lo de forma livre e outros fossem condenados ao trabalho escravo. A partir desses autores, buscou-se entender como a Revolução Industrial iniciada no século XVIII e consolidada no século XIX mudou a relação do ser humano com o trabalho no Ocidente e as possíveis consequências para a relação do homem com o trabalho, inclusive no Brasil império.

Historiadores e sociólogos relatam que a escravidão no Brasil relaciona-se com o capitalismo comercial exercido pelas metrópoles, que ganhavam duplamente com o escravo: ao comerciá-lo e ao usufruir o fruto de seu trabalho (VITA, 1996; FAUSTO, 2015; GORENDER, 2016; IANNI, 1988). Em 1850, foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que trouxe como consequência, a diminuição dos lucros dessa forma de capitalismo. Entretanto, o comércio interno de escravos continuou a existir, e os cativos passaram a ser remanejados entre as províncias de acordo com a necessidade de mão-de-obra. O excedente econômico da economia cafeeira, gerado pelo trabalho escravo, foi utilizado para financiar a instalação de indústrias no sudeste do país (VITA, 1996).

A linha de pesquisa em relação ao trabalho é a materialista, por isso, para manter a coerência da análise, partiu-se da teoria materialista da linguagem de Bakhtin e do Círculo, para analisar o universo discursivo na esfera literária. Para tanto, apropriar-nos-emos da filosofia da linguagem desenvolvida por Bakhtin/Volishinov (2009, p. 25), para suprir uma lacuna sobre o tema na teoria marxista na qual: “não existe, atualmente, uma análise marxista no domínio da filosofia da linguagem”. Ele advoga que o signo linguístico parte dos embates do cotidiano e que as relações sociais são o espaço privilegiado para a disputa dialógica, na qual deve-se respeitar a alteridade. No pensamento bakhtiniano, a alteridade é fundamental por qualificar o semelhante como importante para a constituição intersubjetiva do ser. Todo este respeito à dialogia irá permitir que se rompa com pontos de vista monológicos e totalitários.

Para Bakhtin, o dialogismo está presente em todas as relações e produções humanas, sendo essencial à constituição do ser, sendo esta relação assim expressa: “ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina. Daí o diálogo, em



essência, não poder nem dever terminar<sup>14</sup>” (BAKHTIN, 2008, p. 293). Alencar está em diálogo com a sociedade de sua época ao escrever a peça ora analisada e através de seu conteúdo apresenta respostas ao problema da escravidão e as consequências da estreita convivência entre as novas famílias que se constituem no século XIX e os escravos domésticos.

Justamente pela forma como Bakhtin pensa as relações discursivas na sociedade é que para o estudo da peça *Mãe* utilizou-se da ADD, cujo enfoque é a análise de produções discursivas produzidas nas mais variadas esferas da atividade humana, priorizando os elementos sociais que permitem a materialização do discurso. Para Bakhtin (2011, p. 410) “não existe a primeira nem a última palavra<sup>15</sup>”, e os sentidos das palavras podem modificar-se ao longo do tempo, por isso, deter-nos-emos nos discursos que sustentam a peça e o contexto em que foram produzidos. A ADD de Bakhtin e o Círculo serão objeto de estudo em capítulo específico.

Todo discurso é uma resposta a outros discursos. O discurso presente no teatro realista responde ao discurso romântico e aos discursos anteriores. No dialogismo presente na peça, percebe-se que a eterna luta de classes presente em Marx penetra a arena de todos os discursos, não existindo um discurso neutro, o locutor fala sempre de um dado lugar. A dramaturgia realista, incluindo a peça estudada, volta-se para o social e seus conflitos, retratando as contradições de classe. Segundo Botton:

A peça realista procura mais firmemente a verossimilhança, pois se trata da afirmação e da educação social e, quanto mais o drama “parecer real”, mais fácil será a tarefa do convencimento. Para isso, retomam-se algumas questões que haviam sido banidas pelos românticos, como as preferências pela unidade de espaço e de tempo. [...] Primeiro, foca-se o enredo teatral no centro da sociedade burguesa, a vida familiar. E, segundo, estabelece-se um propósito edificador, uma tentativa de reproduzir a moral dessa classe social, fixando-a como em uma foto, para melhor examiná-la e corrigi-la (BOTTON, 2011, p. 21).

Durante o levantamento de dados para a realização desta pesquisa, foram encontrados vários textos abordando o trabalho livre e escravo no Brasil, em especial sobre o

---

<sup>14</sup>“Compreende-se perfeitamente que no centro do mundo artístico de Dostoiévski deve estar situado o diálogo, e o diálogo não como meio mas como fim. Aqui o diálogo não é o limiar da ação mas a própria ação. Tampouco é um meio de revelação, de descobrimento do caráter como que já acabado do homem. Não, aqui o homem não apenas se revela exteriormente como se torna, pela primeira vez, aquilo que é, repetimos, não só para os outros mas também para si mesmo. [...] No plano do romance isso se apresenta como inconclusibilidade do diálogo, apresentando-se primariamente como infinidade precária deste.” (BAKHTIN, 2008, p. 293).

<sup>15</sup> Para Bakhtin, “um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, aos quais é o primeiro a nomear.” (BAKHTIN, 2011, p. 300). Adão é, segundo a Bíblia, o primeiro homem criado e recebe de Deus a tarefa de nomear os seres por Ele criados. Como não existem discursos anteriores ao de Adão, seu discurso é original.

trabalho nas fazendas de café, que proporcionava a riqueza econômica como elencado por Vita (1989), poucos textos, como Vitorino (2002), fazem referência ao trabalho urbano, e apenas alguns trazem referência ao trabalho feminino como o de Barbosa (2012). Uma das hipóteses para a lacuna de textos sobre o trabalho urbano livre no país é sustentada pelo fato de grande parte da atividade laboral da época ser executada por escravos (as) e a maioria das tarefas realizada por mulheres livres, como bordadeiras, costureiras, amas de leite, entre outras, serem realizadas dentro do lar, não aparecendo para os demais membros da sociedade como descrito na peça *Mãe* e romances como *Senhora e Luciola* de Alencar.

Quanto à peça *Mãe* que compõe o *corpus* desta dissertação, alguns estudiosos trazem referências ao imenso sacrifício que a protagonista Joana faz para que seu filho cresça como homem livre, apesar de filho de uma escrava (ASSIS, 1860; BARBOSA, 2012; BROOKSHAW, 1983). Outros analisam o drama *Mãe* junto com a comédia *O Demônio Familiar*<sup>16</sup>, do mesmo autor, para tratar dos problemas decorrentes da escravidão doméstica urbana (BOTTON, 2010). Porém, como dito anteriormente, em consulta realizada no Portal de Periódicos da Capes em Dezembro de 2016, não foram encontrados trabalhos que discutissem a relação entre o trabalho livre e escravo nas análises da peça *Mãe* disponíveis na data da pesquisa.

Para mapear os conceitos e as questões referentes ao trabalho em suas diversas formas na história e, em especial, no século XIX, buscou-se a referência em Engels (1876) e Marx (1996) e em historiadores como Fausto (2015) e Gorender (2016) sobre o discurso histórico do século XIX a respeito do trabalho escravo e livre no Brasil. A seguir, investigaram-se as relações de trabalho livre escravo na sociedade brasileira no período analisado tendo por suporte as indicações referentes aos ofícios e às relações presentes na peça *Mãe*. Por fim, buscou-se identificar alguns dos valores sociais e dos preconceitos vinculados ao trabalho físico realizado por homens e mulheres na sociedade brasileira do século XIX, a partir dos discursos das personagens analisadas.

Devido ao limite de tempo para a realização da presente pesquisa, detivemo-nos no estudo da construção discursiva do trabalho na peça *Mãe* e, por meio da ADD buscou-se compreender como se dá a representatividade do trabalho livre e escravo presente na peça *Mãe* para entender o que essa representação pode indicar sobre a constituição da sociedade de classes brasileira do século XIX. Um discurso, seja literário ou não, apresenta certa visão sobre como o autor vê o universo extraliterário do trabalho escravo e livre e o insere em sua

---

<sup>16</sup> Na comédia *O Demônio Familiar*, há a figura de um moleque escravo que se vale de uma rede de intrigas entre os personagens para conseguir o almejado posto de cocheiro.

obra. Todo discurso é mediado pelas condições históricas em que se insere, por isso, ele indica uma possibilidade de interpretação da sociedade, mas não a sua totalidade.

A presente dissertação está assim constituída: considerações iniciais, cinco capítulos específicos, porém complementares, considerações finais. Nas considerações iniciais, estão apresentados a introdução, os problemas, objetivos e procedimentos metodológicos, o embasamento teórico e a estrutura da dissertação. O capítulo 1 apresenta os procedimentos metodológicos. Já o capítulo 2, explora os discursos sobre o mundo do trabalho e no capítulo 3, a relação entre a linguagem e a literatura. O capítulo 4 apresenta a vida e obra de Alencar. E no capítulo 5, procede-se à análise do *corpus* trabalhado seguindo a metodologia da ADD de Bakhtin. Encerrando com as considerações finais em que são apresentadas as principais contribuições da pesquisa, além de proposições para trabalhos futuros.

Embora a presente pesquisa não tenha a capacidade de esgotar ou finalizar de forma generalizante a temática da passagem do trabalho escravo para o livre no Brasil do século XIX, espera-se que os seus resultados possam contribuir para a compreensão da natureza dos enunciados que visam sustentar a construção discursiva que acompanhou esse período de transição. O problema de nossa pesquisa é entender como o autor retrata as relações de trabalho no *corpus* estudado e como se deu a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e formal na segunda metade do século XIX no Brasil. O ato discursivo presente no *corpus* é embasado por ideologias que trazem em seu bojo interesses políticos e econômicos concretos que se buscou entender por meio da ADD, trazendo à tona os interlocutores do discurso e a defesa de suas posições conforme Alencar os traz à luz no texto literário.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa “Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais” – linha de pesquisa “Tecnologia e Trabalho” – cujas investigações são fundamentadas pelo princípio bakhtiniano do dialogismo.

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como o tema trabalho foi estudado a partir da literatura, a pesquisa foi predominantemente bibliográfica quanto ao seu objetivo, que segundo Gil, deve envolver “livros de leitura corrente referentes aos diversos gêneros literários (romance, poesia, teatro etc.) e também as obras de divulgação, isto é, as que objetivam proporcionar conhecimentos científicos ou técnicos” (2002, p. 44). Além disso, ela adotou como método de análise do *corpus* a ADD, pautada em Mikhail Bakhtin (2003; 2009) e o Círculo Russo. O Círculo Russo era composto por uma rede de profissionais que incluía além de Bakhtin, o linguista Valentin Voloshínov e o teórico literário Pável Medvédev, entre outros, preocupados com as formas de estudar linguagem, literatura e arte.

Pela leitura de textos e de documentos da época buscou-se entender a importância do trabalho até a Revolução Industrial e as mudanças que ocorreram após a introdução da automação de algumas atividades laborais na Europa e também no Brasil, com o mapeamento dos conceitos e das relações que se estabeleceram no tocante à categoria trabalho. Após um pequeno estudo sobre os discursos clássicos acerca do mundo do trabalho no século XIX, pós Revolução Industrial, apresentados no capítulo 2, o olhar voltou-se para o Brasil do século XIX, buscando entender como o trabalho era visto por essa sociedade que se formava. Para compreender o universo do trabalho, a pesquisa se deteve de maneira mais aprofundada nas personagens Vicente, Jorge, Gomes, Elisa e Joana que representam o trabalho livre e o trabalho escravo na peça. No caso dos personagens que representam o trabalho livre, observou-se que a despeito de seus esforços, seus ganhos mal davam para a sobrevivência, o que nos permitiu pensar a respeito da relação de exploração do trabalhador no sistema capitalista. Observou-se que o trabalho livre já surgiu submetido à lógica da exploração, não permitindo que pessoas como o Sr. Gomes, assalariado, acumulassem de uma reserva para as dificuldades, e se visse obrigado a emprestar dinheiro de um agiota a juros extorsivos para suprir necessidades não previstas.

Uma leitura mais acurada da peça indica que a personagem Joana, apesar de escrava, apresentava as características de um trabalhador livre, ao negociar as condições de sua alienação junto ao agiota Peixoto para conseguir o dinheiro necessário para o personagem Jorge (seu filho), ajudar ao personagem Gomes (seu futuro sogro) (BARBOSA, 2012). Entretanto, aqui também percebemos as relações afetivas que se desenvolviam no seio de algumas famílias entre escravos e senhores. O tratamento destinado ao escravo do eito

(lavoura) difere do doméstico<sup>17</sup>, pelas relações de confiabilidade e afetividade que não raras vezes ocorrem no espaço doméstico. Para além do trabalho formal livre impessoalizado, há também as relações quase familiares.

Serviram de suporte para essa etapa do trabalho as seguintes obras: *Literatura e Sociedade* (CANDIDO, 1965), *Narrativa e Resistência* (BOSI, 2002), *Ideias fora do Lugar* (SCHWARZ, 2000), *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2000), *A Formação do Povo Brasileiro* (RIBEIRO, 1995), *História concisa do Brasil* (FAUSTO, 2015), *O escravismo colonial* (GORENDER, 2016), *Rebeliões da Senzala* (MOURA, 1988), além de outros autores e obras que abordaram a temática e foram sendo conectados no decorrer da pesquisa.

Como resultado, a pesquisa revelou como Alencar expõe os reflexos da escravidão na constituição das relações de trabalho e é inovador ao trazer como protagonista uma mãe escrava durante a vigência da escravidão no país, mostrando que esta pode se colocar como uma trabalhadora livre, em suas falas, apesar de sua condição de escrava. O que sem dúvida, vai contra a ideia da animalização dos escravos ou do embotamento da razão. Joana é consciente de sua posição na sociedade e das conseqüências de seus atos para a vida do filho. Em momento algum, a mesma se mostra infantilizada ou animalizada. Talvez, seu olhar seja o mais realista da narrativa ora estudada.

A ADD foi fundamental para o entendimento da visão do trabalho presente na obra. Para a análise do *corpus* recorreu-se a categorias como infra-estrutura, superestrutura, ideologia, signo e dialogismo presentes na obra de Bakhtin, que serão apresentadas ao longo do capítulo 3, que trará em mais detalhes a metodologia e algumas categorias centrais para a análise em ADD proposta na presente pesquisa.

Por meio da ótica bakhtiniana, buscou-se entender como se deu a passagem do braço escravo para o braço livre e suas possíveis implicações para milhões de descendentes de negros escravizados no Brasil e, também, para os trabalhadores livres do país. A reflexão sobre o *corpus* e os demais textos que serviram de suporte a presente análise mostrou que as sequelas do passado escravocrata do país ainda perduram nas atuais condições de trabalho de milhões de brasileiros que ainda hoje são alijados de seus direitos básicos.

---

<sup>17</sup> Segundo Freyre, os escravos do serviço doméstico eram “beneficiados por uma assistência moral e religiosa que muitas vezes faltava aos do eito” (2004, p. 539). Já para Fausto (2015), “havia diferença entre servir na casa grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou escravo de ganho nas cidades”. Entretanto, Mattoso (1990, p. 130), alerta que “para merecer o falacioso privilégio de viver na intimidade do senhor, para ser seu escravo doméstico, por exemplo, o negro deve estar dia e noite à disposição de seu dono. Não pode participar da vida comunitária do grupo negro”. Para a autora, existe uma contrapartida que é exigida por um trabalho mais “ameno” que o do eito, que era a docilidade e submissão do escravo doméstico às regras do sistema patriarcal vigente. Não idealizamos o espaço doméstico que também era de submissão, apenas relatamos que o ganho era em relação ao tipo de atividade e tratamento dados ao escravo doméstico.

## 2 EMBASAMENTO TEÓRICO: DISCURSOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

Em toda pesquisa busca-se aprofundar um tema, questionando informações e dados que se consolidaram ao longo do tempo devido às condições históricas em que se constituíram as diversas áreas do conhecimento humano. Nesta procura-se aprofundar a temática do trabalho, tendo por *corpus* a peça *Mãe*. Ao desenvolver atividades laborais, o ser humano promove mudanças intencionais na natureza e é justamente este o ponto que o distingue o seu fazer daquele realizado pelo demais animais: a intencionalidade. Porém, ao trabalhar com outros seres humanos necessitou comunicar-se com eles, e, para tanto, desenvolveu a linguagem. Para introduzir a reflexão sobre o surgimento do trabalho na trajetória humana optamos por trazer dois discursos longevos que buscam explicar a aparição do trabalho na trajetória humana: o bíblico e o da tradição grega.

Para o pensamento judaico-cristão, a maldição do trabalho, em parte, tem sua origem na desobediência de Adão e Eva à ordem divina de não comer do fruto da árvore proibida, como descrito no livro do Gênesis:

<sup>17</sup>E disse em seguida ao homem: “Porque ouviste a voz de tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu te havia proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida. <sup>18</sup>Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. <sup>19</sup>Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e pó te hás de tornar (BÍBLIA, Gênesis 3, 17-19).

No Paraíso, o ser humano criado por Deus tinha todas as suas necessidades supridas pelo Criador. Sua função era cuidar e usufruir do que lhe havia sido confiado. Porém, segundo o relato, esse primeiro casal desobedeceu a ordem divina e por isso o trabalho como esforço penoso entra na vida da humanidade perdendo seu caráter original de cuidado e assumindo o signo de castigo. Entretanto, o discurso associando o surgimento do trabalho com a desobediência a vontade divina aparece também na tradição grega.

No relato grego, aparecem outros personagens entre os deuses gregos e os homens, os titãs<sup>18</sup>. Aqui, o discurso mítico coloca o titã Prometeu desobedecendo aos deuses, por amor aos homens. Prometeu penalizado com a situação na qual viviam os homens vai até o Monte

---

<sup>18</sup> Conforme a mitologia grega o titã Prometeu era filho de Japeto, irmão de Atlas, Epimeteu e Menoécio e o progenitor de Deucalião.

Olimpo, morada dos deuses, rouba uma centelha do fogo sagrado e a leva até os homens. A descoberta do fogo permitiu aos homens a descoberta de técnicas que facilitaram a sua vida: como cozer os alimentos, aquecer-se ou espantar animais selvagens, inicialmente. Segundo relatos da narrativa grega, Zeus decide punir o Titã, ao descobrir sua traição em favor dos seres humanos. Para tanto, ordena ao ferreiro Hefesto que prenda Prometeu com correntes junto ao monte Caucaso, onde durante 30 mil anos deveria ficar. Para atormentá-lo mais, durante o dia uma águia bicaria seu fígado. Como Prometeu era imortal, o fígado se regenerava e o ciclo se reiniciava a cada novo dia. Existem várias interpretações associadas a este mito, e em Ésquilo, na peça Prometeu acorrentado, o titã investe os homens de poderes e esses são, em sua maioria associados ao trabalho, libertando os homens do jugo dos deuses pelo trabalho e pela técnica. Aqui, o trabalho surge como positivo e libertador.

Enfim, seja pela desobediência ao Deus do Antigo Testamento ou aos deuses gregos, o trabalho entrou na vida dos homens e tem sido visto tanto como uma maldição quanto como uma libertação que os acompanha. Uma vez presente na história do ser humano, participam dele homens e mulheres.

Marx e Engels (1848) colocaram a luta de classes como uma luta política, entretanto, o embate entre homens e mulheres no mercado de trabalho também se configura como uma luta política na qual se desqualifica sistematicamente a mulher, para que o homem possa afirmar-se como o provedor desde os primórdios da história humana. Esta contínua inflação do trabalho masculino e a negação do feminino indica a força da ideologia do cotidiano, que permeia as relações humanas. Até nos dias atuais, aparece em frases como estas ditas por crianças quando indagadas se sua mãe trabalha: “Não, ela só fica em casa”. A resposta da criança representa bem a noção que se tem do trabalho como atividade realizada dentro e fora do lar pelos homens, e a desqualificação ainda que inconsciente do trabalho realizado pelas mulheres que se dedicam ao cuidado da casa e da família, por parte das crianças e também por muitos adultos.

Por sua atividade laboral dentro do lar ter sido desvalorizada constantemente, a mulher deixa de perceber o quanto trabalha para a construção e manutenção da família. Pena (1981), acredita que, entres outros fatores, a dinâmica de emprego e formação do proletariado urbano no Brasil estaria ligado à dominação do homem sobre a mulher, em um processo similar ao patriarcalismo. As mulheres foram direcionadas para ocupações menos qualificadas e com piores remunerações. Nos primeiros anos da industrialização, as indústrias empregavam processos rudimentares e, por isso, empregaram mulheres para produzir nas fábricas o que já produziam no espaço doméstico. Com a inserção de maquinário mais

especializado, as mulheres foram sendo preteridas em favor do trabalho masculino, em especial, dos imigrantes.

No decorrer da História Ocidental, o trabalho foi realizado inicialmente em dois modelos: comunitariamente, e, posteriormente por escravos, prisioneiros de guerra ou que se fizeram escravos para pagamento de dívidas. Ao adentrar no período medieval, encontramos a figura do servo, que difere do escravo por ter a possibilidade de escolher a quem irá servir. Não foge da condição de servo e nem detém a posse da terra. Então, estará sempre servindo a alguém para sua sobrevivência e a de sua família. Para entendermos como se dá a passagem do trabalho servil para o assalariado, recorreremos a autores clássicos que discutem a Revolução Industrial e suas consequências como Marx (2016) e Engels (1876) a serem estudados na seção seguinte.

Segundo Fausto (2015) e Gorender (2016), o trabalho escravo foi introduzido no Brasil, desde o século XVI para que as atividades de exploração da colônia pudessem ser levadas a cabo. Durante muito tempo se aceitou a informação dos relatos de padres como o Padre Vieira, que trabalharam mais próximo dos indígenas, de que, no caso dos índios, escravidão e catequese não combinavam. Entretanto, sabe-se que nas Reduções Jesuíticas, destruídas pelos portugueses e espanhóis, o indígena, trabalhava, estudava e usufruía do aprendizado de instrumentos musicais e outras artes. Já no caso dos africanos, a escravidão era permitida<sup>19</sup> e vista como um meio de “redimi-los”, conforme indicado nas bulas papais apresentadas na introdução. Os escravos foram, de acordo com Freitas (1982), submetidos a condições brutais de trabalho, o que fez com que muitos morressem precocemente e o comércio de novas peças se mantivesse em pleno vapor no país, até que se decretasse o fim do tráfico negreiro em 1850 no Brasil, mas o comércio e o tráfico internos continuaram a ocorrer até a abolição da escravatura.

Se por um lado, os escravos sofreram duras penalidades durante o cativeiro, a protagonista de nossa pesquisa, segundo Barbosa (2012), foi capaz de negociar o valor de sua própria venda, ressaltando suas qualidades para conseguir o valor de que necessitava no momento. A autora afirma que esta negociação realizada por Joana poderia elevá-la à categoria de trabalhadora livre no sentido de dispor de si, ainda que seja para se deixar vender

---

<sup>19</sup> Segundo Freitas (1982, p. 13), “nas sociedades divididas em castas ou classes da antiguidade arcaica, a escravidão, assumiu formas inauditamente cruéis, mas, apesar disso, não representava a base produtiva social.[...]. O escravo da antiguidade arcaica ocupava na sociedade um lugar intermediário entre as pessoas e os bens. Não podia o amo dispor dele arbitrariamente como uma coisa. No aspecto econômico, a característica desta escravidão consistia em que a produção social não se baseava no trabalho escravo”. O autor acrescenta que a escravidão africana é diversa da praticada nas sociedades arcaicas e que o comércio de escravos levou a acumulação da riqueza que possibilitou a Revolução Industrial na Europa.



para saldar a dívida de Gomes, futuro sogro de seu filho Jorge. Joana poderia simbolizar a transição do trabalho escravo para o livre no país, pois a despeito de ser propriedade de alguém, ela ainda consegue pensar no quanto vale a partir do que está apta a fazer:

JOANA - Eu velha, meu senhor!... Mal tenho trinta e sete anos... Depois não sou qualquer mulatinha como essas preguiçosas que não entendem de outra coisa senão de estar na janela!... Eu sei pentear e vestir uma moça que faz gosto. Melhor do que muita mucama de fama. (...). Mas eu também sei coser, lavar, engomar. Que pensa meu senhor?... Onde me vê, não é por me gabar... Dou conta do arranjo de uma casa... Varro, arrumo tudo, cozinho, ponho a mesa; e ainda me fica tempo para fazer as minhas costuras, remendar os panos de prato, arear as panelas... Pergunte a nhonhô! (ALENCAR, 2016, p. 124).

A leitura da fala de Joana, negociando seu “valor de venda” com Peixoto, remete o leitor quase automaticamente às condições a que são submetidos os trabalhadores livres que substituíram o trabalho escravo, levando a percepção de que estes terão que valorizar suas habilidades e o valor de seu trabalho para não serem forçados a aceitar um regime e condições de trabalho que era dado aos escravos.

Para entender a dinâmica do trabalho feminino no século XIX, retomamos a análise do romance *Til* (1872), de Alencar, proposta por Barbosa, na qual encontramos a referência aos ofícios femininos nos diversos romances de Alencar, e segundo a autora, a atividade de costureira era um das poucas lícitas permitido às mulheres. Barbosa aponta que em *Lucíola*, também de Alencar, a heroína ao ver-se em dificuldades financeiras, acaba sendo levada para a vida de prostituição como meio de sobrevivência, mas esta não é uma atividade que mulheres honradas podem exercer.

Em nosso *corpus*, apesar de Soares, o pai de Jorge, ter morrido logo após o batizado do menino, deixando Joana e o menino sem recursos, Joana não recorre a esse expediente. Ela se utiliza de outras atividades para garantir a sobrevivência do filho e a sua, a ponto de Vicente (escravo forro) afirmar que: “nunca houve mulatinha que se desse mais a respeito que tia Joana” (ALENCAR, 2016, p. 56). Pela descrição de Joana, vê-se que era “mulatinha” como várias outras que aparecerão na literatura brasileira. Entretanto, Alencar, diferentemente, por exemplo, de Jorge Amado, muitas décadas a sua frente, não cai na armadilha da sensualização da mulata. Enfatiza o caráter obreiro da personagem em vez de lhe atribuir somente um corpo sensual. Joana tem um corpo para o trabalho e uma mente e um discurso vigoroso na peça. Mostra-se sujeito de sua história, embora dentro de um universo escravista e escravocrata, toma atitudes, decisões e protagoniza a cena.

Reafirmamos que esta pesquisa, a partir da ADD, busca compreender como são representadas no discurso literário teatral da peça *Mãe*, as relações de trabalho entre senhores

e escravos urbanos e senhores e homens livres e o que essas relações indicam acerca da organização da sociedade de classes que se forma no século XIX. A presente pesquisa não pretende esgotar a temática e, sim, apresentar uma possibilidade de interpretação para o problema ora estudado.

## 2.1 MARX E ENGELS: O TRABALHO COMO PRODUÇÃO MATERIAL DA VIDA

Esta seção será iniciada com uma breve análise da origem do termo trabalho, fundamental para a análise pretendida nesta pesquisa. A palavra (signo) trabalho assumiu significados diferentes nos diversos povos que a utilizaram ao longo da história. Albornoz (1995) apresenta alguns dos possíveis significados para a palavra trabalho. Em latim, *laborare* que é a ação de labor e *operare* verbo que corresponde a *opus*, obra. Já em inglês, *labour* e *work* e em alemão, *arbeit* e *werk*. Observa-se que tanto em *work* e *werk* encontra-se a atividade criativa que aparecerá no alemão *schaffen* (criar), e por outro lado, as palavras *labour* e *arbeit* acentuam os conteúdos de esforço e cansaço. Tanto no inglês como no alemão, a distinção entre as palavras *labor* e *trabalho* é preservada. Porém, ao analisarmos as palavras na língua portuguesa, percebe-se que não ocorre mais a precisão observada no uso das duas expressões de acordo com a atividade realizada, usa-se tanto *labor* como *trabalho* indistintamente. O uso que se faz dos signos *labor* e *trabalho* pode indicar a visão que se tem do trabalho em uma dada sociedade. Para Bakhtin e Volshínov (2009), esses significados assumidos são produtos ideológicos que refletem e refratam<sup>20</sup> uma realidade que lhe é exterior e serão estudados em capítulo específico.

Marx e Engels estão entre os principais teóricos do trabalho estudados em nossa linha de pesquisa e são essenciais para entender a reflexão sobre o trabalho na modernidade. O pensamento, desses teóricos, analisa o mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial e suas consequências para o trabalhador, o surgimento da burguesia e do capitalismo comercial

---

<sup>20</sup> A análise proposta por Bakhtin e o Círculo é materialista por ser derivada da tradição marxista. Para esta tradição, o mundo existe, e eu como ser de linguagem, nomeio, defino, conceituo as coisas existentes, num processo de reflexão da realidade. Todavia, a linguagem não é só reflexão, mas também refração. Por quê? Porque ocorrem mediações (políticas, ideológicas, de gênero, etc.) entre o sujeito e as coisas. Ocorrendo sobre os juízos de fato, juízos de valor que constituem a refração do presente no processo linguístico.

em substituição ao mercantilista dos séculos anteriores. Embora a presente pesquisa busque pensar a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e formal no século XIX no Brasil, não podemos deixar de fazer esta reflexão sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a começar pela Europa. Marx e Engels nos fornecem uma teoria sobre a importância do trabalho na formação do ser humano.

Para Marx (2016):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio natural com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de suas forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem que subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 2016, p. 211-212).

De acordo com Marx, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, especificamente trata-se da forma como o homem fazendo uso de suas forças domina a natureza segundo sua vontade e necessidades. Nesse domínio, distingue-se dos demais animais por imaginar, planejar o que deseja fazer, ao imprimir ao material o projeto que tinha na mente, o homem está desenvolvendo tecnologia<sup>21</sup>. Ainda que o resultado da ação humana não seja tão perfeito quanto o executado por alguns animais, sua ação é carregada de intencionalidade e não apenas movida pelo instinto. O trabalho é vital para o ser humano,

---

<sup>21</sup> Ou, como descrito na apresentação do Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE): “a sociedade humana se destaca pela capacidade de alterar o meio em que está inserida e essas modificações implicam também alterações na fisionomia dessa sociedade. As descobertas, inovações e avanços tecnológicos, como o fogo, o uso de metais, a escrita, a imprensa, a maquinaria moderna, a eletricidade, a internet e tantos outros tem caracterizado a história do homem na sua interação com a natureza e com o meio social. Essas alterações tecnológicas tem sido uma constante na história do homem que se faz e refaz a cada novo invento técnico, provocando mudanças em todos os segmentos da sociedade e requerem entendimentos que podem ser obtidos por meio de investigação científica nas variadas áreas de conhecimento.” (PPGTE, 2017).

constituindo-o juntamente com a linguagem. Na *Política*, Aristóteles, apresenta uma interessante explicação para o surgimento da linguagem:

Claramente se compreende a razão de ser o homem um animal sociável em grau mais elevado que as abelhas e todos os outros animais que vivem reunidos. A natureza, dizemos, nada fez em vão. O homem só, entre todos os animais, tem o dom da palavra; a voz é sinal da dor e do prazer, e é por isso que ela também foi concedida aos outros animais. Estes chegam a experimentar sensações de dor e prazer, e a fazer compreender uns aos outros. A palavra, porém, tem por fim fazer compreender o que é útil ou prejudicial, e, em consequência, o que é justo ou injusto. O que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado (ARISTÓTELES, 2012, p. 18).

Aristóteles pensa a linguagem como possibilidade da sociabilidade entre os homens, da compreensão do que é útil ou prejudicial, do justo ou injusto, enfim, da atividade política. O homem que vive na pólis deve saber discernir e comunicar os sentimentos da mesma ordem. Para o Círculo Russo, a linguagem também é fundante para o homem e é, sobretudo, comunicação e intencionalidade. Marx e Engels não desenvolveram uma teoria da linguagem, posto enfatizarem o trabalho, porém no texto *A ideologia alemã*, os autores apresentam a linguagem como uma forma de expressão da consciência:

E somente agora, depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também “consciência”. Mas não se trata de uma consciência que seja de antemão consciência “pura”. Desde o começo, pesa uma maldição sobre o “espírito”, a de ser “maculado” pela matéria que se apresenta aqui em forma de camadas de ar agitadas de sons, em resumo, em forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para outros homens, que existe, portanto também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens (MARX/ENGELS, 1998, p. 24-25).

Esses pensadores percebem a consciência como a capacidade dos homens se verem como diferentes e como produto da necessidade dos “intercâmbios com os outros homens”. A linguagem seria a presença física desta consciência. Engels (1876), afirma que a presença da laringe e a necessidade de comunicar-se, possibilitaram que esse órgão se desenvolvesse e permitisse o desenvolvimento da fala como a compreendemos hoje. Luria (1991), assim explica o surgimento da linguagem a partir do trabalho:

Os sons, que começavam a indicar determinados objetos, ainda não tinham existência autônoma. Estavam entrelaçados na atividade prática, eram acompanhados de gestos e entonações expressivas, razão por que só era possível interpretar o seu significado conhecendo a situação evidente em que eles surgiam (LURIA, 1991, p. 79).

Luria e outros autores marxistas irão corroborar para a explicação do surgimento da linguagem e sua ligação intrínseca com o trabalho. Entretanto, essa concepção materialista da linguagem não pode ser tomada ao pé da letra, pois a linguagem não é o objeto, não é etiqueta para as coisas. O signo verbal, para este trabalho, seguindo uma fundamentação no Círculo, reflete e refrata o real. O homem não só trabalha, mas escreve e disserta sobre seu labor e o faz de vários modos, ora dignificando, ora depreciando o trabalho. O trabalho surge no discurso não tal qual é para todos. Aos leitores do século XXI, nascidos num mundo povoado por palavras, pode parecer estranho pensar no surgimento da linguagem, mas a reflexão nos faz perceber que o ser humano não foi sempre como o conhecemos e sim, que o mesmo está num constante processo de construção de si mesmo nunca acabado e sempre se refazendo em relação ao passado. Mesmo quando negado ou suprimido, o passado se faz presente na negação, eis a relação dialógica da linguagem.

## 2.2 O TRABALHO ONTOLÓGICO<sup>22</sup>

Este item sobre o trabalho como atividade humana se propõe a pensá-lo como parte vital do processo de constituição do ser humano. O trabalho humano se diferencia do trabalho instintivo animal por ser consciente e proposital como nos ensina Marx (2016), sendo o trabalho humano idealizado antes de ser realizado, de forma que o trabalho humano é viabilizado pela razão e por emoções estritamente humanas. Pode-se dizer que, ontologicamente, então, o trabalho seria parte essencial da constituição do ser humano, que por meio da atividade laboral cria e recria o mundo conforme sua vontade e planejamento, afirma-se enquanto indivíduo e parte da sociedade na qual se insere.

Ao adentrar no modo de produção capitalista, o ser humano detém apenas sua força de trabalho. Esta força, segundo Marx, acaba por transformar-se em mercadoria de troca dentro do modo de produção capitalista. Dentro da concepção marxista, a força de trabalho é representada como a soma das capacidades físicas e outras que o ser humano venha a desenvolver nas diversas atividades laborais por ele executadas. A força de trabalho sozinha

---

<sup>22</sup> Lukács (1979) aprofunda a tese central de Marx (1985) sobre o trabalho, fundamentando sua ontologia do ser social. Segundo o autor, é no e pelo trabalho que o homem como ser objetivo transforma a natureza e a si mesmo. Neste processo transformador, o ser humano se faz e se exterioriza, fazendo-se senhor da natureza e se colocando como livre.

não produz riqueza. As forças produtivas são constituídas a partir da força de trabalho e dos meios de produção (capitais, terras, matérias-primas, ferramentas). Como não detém os meios de produção resta ao trabalhador vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Segundo Marx e Engels (1848), os “operários obrigados a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro”. É importante frisar que a venda da força de trabalho é temporária, não podendo ser permanente, o que configuraria a escravidão. Não é o trabalho que é uma mercadoria e sim, a força de trabalho de cada trabalhador, esta é "a sua força vital, a energia acumulada que o torna apto a trabalhar durante um determinado número de horas". A força de trabalho é uma mercadoria que tem a virtude de ser capaz de criar valor. Todavia, o discurso sobre o trabalho dignifica aquele que trabalha. Assim, o trabalhador não se vê como mercadoria o tempo todo. Ele produz e nessa produção mal ou bem se enxerga, constituindo-se ali. Desse modo, a visão de operário como mercadoria nem sempre é a única possível. Da mesma forma, o escravo, embora coisificado no discurso, na prática, resiste, foge, sendo, frequentemente, punido no pelourinho e em outros instrumentos de castigo<sup>23</sup>. Age como um ser humano que foi escravizado, mas não aceita tal condição. A despeito de seguirmos o pensamento marxista, também estamos na área do discurso, e por isso, entendemos que o escravizado continua sendo um ser de linguagem, de cultura, de espiritualidade e não apenas de trabalho.

Para Marx (1980), o trabalho produtivo, dentro da visão capitalista, tem por referência a produção de mercadoria e de mais valia, assim descrito:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz o capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada, o que restitui mais trabalho ao que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio (MARX, 1980, p. 132).

Dentro do capitalismo, o detentor dos meios de produção, quando compra a força de trabalho do trabalhador pode usá-la como qualquer outra mercadoria e ficar com todo o valor que ela venha a produzir. O trabalho assalariado deve produzir capital e o excedente produzido pelo trabalhador gera a mais-valia.

---

<sup>23</sup> “O castigo do escravo infrator apresentava-se como parte do "governo econômico dos senhores", aliados ao trabalho excessivo e ao alimento insuficiente. Mas o poder do senhor sobre o escravo não visava destruí-lo, mas, sim, otimizar sua produção econômica e diminuir sua força política. É justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse agente político, manifestando-se e se reativando na punição do escravo faltoso” (LARA, 1988, p.116).

O ser humano ao trabalhar coloca em movimento as forças naturais de seu corpo com a finalidade de apropriar-se dos recursos da natureza. Esses recursos naturais poderão ser matéria bruta aos quais não foi utilizado trabalho humano ou matéria-prima, a qual já passou por processo de transformação nas mãos humanas.

Para Marx, o trabalho é um processo de via dupla, ou seja, à medida que transforma a natureza, o homem também se transforma no processo de imprimir suas capacidades físicas e intelectuais na tentativa de tornar úteis os recursos da natureza para a vida do indivíduo. Se o processo de comunicação humana é dialógico, o trabalho também o é, pois o homem não sai o mesmo desta relação de transformação intencional da natureza. Na interação com o meio natural e social, dão-se as transformações da técnica e da tecnologia, além da construção de novos conhecimentos, ideias, técnicas e tecnologias.

O ser humano dispõe de habilidades que não estão presentes no trabalho realizado instintivamente pelo animal, segundo Marx. O que é imaginado na cabeça do trabalhador é viabilizado pelo uso da razão, e por desejos que dizem respeito apenas ao ser humano. Por mais perfeitas que sejam as obras realizadas pelos animais como colméias, teias, abrigos, elas sequer, no pensamento de Marx, comparam-se ao que faz o ser humano. Enquanto o animal realiza suas tarefas por instinto, o ser humano pensa o que irá fazer, mesmo que não disponha da habilidade necessária para realizar o projeto. Por meio do trabalho, o homem cria e recria o mundo em que vive, produz e dá sentido a sua existência. Obviamente que não somos da área específica do estudo da vida em geral para aceitarmos totalmente essa visão diferenciada entre homens e animais no tocante ao trabalho. Entretanto, a visão marxista sobre o trabalho humano é dada também, como em todo discurso, dentro de uma intencionalidade, ou seja, Marx acreditava no protagonismo do trabalhador para alterar as condições de existência em um regime capitalista de superexploração do homem. Assim, o trabalho e o trabalhador surgem em sua obra como sujeitos de sua história e como consequência, os demais seres vivos são, às vezes, percebidos nessa relação de menoridade.

## 2.3 A NEGAÇÃO DO TRABALHO

Segundo vários autores, entre eles, Marx (1980) e Engels (1876), o trabalho acompanha a trajetória do ser humano. Porém, em alguns momentos da história a atividade

laboral será depreciada e até mesmo negada. Para entender porque ocorre a negação do trabalho faz-se necessário pensar no trabalho compulsório, ou a escravidão, decorrente do fato de alguns grupos sociais terem conseguido sair das condições primitivas de sobrevivência e submetido outros grupos como escravos obrigando-os a realizar todas as tarefas por eles. Esta forma de submissão do ser humano por outro ser humano tem acompanhado a trajetória humana e fez com que o trabalho braçal fosse considerado menos digno por ser realizado por escravos.

Gorender (2016, p. 105) apresenta uma síntese da visão do trabalho para os antigos: “o trabalho envilecia o ser humano, não era digno de homens livres e nunca poderia dignificar o escravo”. Desde o nascimento do Ocidente com a civilização grega até a Revolução Industrial, o trabalho foi pensado de forma negativa e o ócio (não trabalho) foi considerado a atividade digna de homens livres. Aqui, os discursos sobre o trabalho não são tão hegemônicos assim. Como vimos, em Ésquilo e Hesíodo, o trabalho surge como algo positivo. A própria Bíblia, traz inúmeras vozes sobre o trabalho, ora depreciando-o, ora valorizando-o. Porém, com o advento da Revolução Industrial, e a conseqüente necessidade de braços para realizar o trabalho ocorrerá uma valorização do trabalho de modo mais geral como atividade digna de todo ser humano e não apenas das classes inferiores.

Quando se pensa na formação da classe operária na Inglaterra, imagina-se que tenha ocorrido uma transição tranquila do regime camponês para o regime industrial. Mas, os relatos históricos mostram que o trabalhador inglês foi expropriado de suas terras que eram comunais e não tendo para onde ir, ficou vagando pelas estradas. De acordo com Gorender (2016), eles foram arrancados dessa condição e forçados a longas jornadas de trabalho em troca de salários tabelados. Se o homem livre não se sujeitasse seria marcado a ferro com a letra S (Slave) ou R (Rogue), classificados como escravos ou vadios, recebendo ainda penas de açoite, de prisão e forca.

Ainda segundo Gorender (2016, p. 117), “a educação, a tradição e o hábito tornaram espontâneo nos operários a aceitação das exigências do trabalho assalariado no modo de produção capitalista”, os trabalhadores foram formados ao longo de muitas privações. O amor ao trabalho que parece natural no mundo contemporâneo foi formado nas pessoas através de coação. Entretanto, nem sempre ocorre só coação, mas adesão. Os discursos enobrecedores do trabalho habitam as consciências, forjando seres aptos ao trabalho. O trabalhador também adere à condição laboral. As vozes abonadoras do trabalho vão para a prática cotidiana, formando homens afeitos ao trabalho. Se antes se seguia o ritmo da natureza nas atividades laborais, a Revolução Industrial trouxe o ritmo do relógio para comandar a vida humana.



Para Vitorino (2002), o processo de *enclosure* realizado na Inglaterra pode ser assim descrito na realidade brasileira:

O processo de *enclosure* no país consistia em manter o já secular trabalhador expropriado – ou seja, o negro – trabalhando compulsoriamente e, ao mesmo tempo, sobretudo com o fim do tráfico negreiro, pressionar o trabalhador livre expropriado (fosse ele nacional ou estrangeiro) a se deslocar para o processo produtivos nas fazendas (VITORINO, 2002, p. 14).

O século XIX viu a ascensão da burguesia com a Revolução Industrial e também de uma classe intermediária: a dos profissionais liberais, formada por homens que não detinham o capital para as indústrias, mas que dispunham do capital intelectual necessário às diversas atividades que acompanharam o crescimento da burguesia. Entre os diversos profissionais liberais são elencados médicos, advogados, engenheiros, escritores, jornalistas que em sua maioria estarão a serviço da burguesia e que irão ascender socialmente pelo trabalho. A relação do homem com o trabalho sofreu variações ao longo da história de acordo com os regimes econômicos vigentes e, como visto, foram objeto de estudo de diversos pensadores do século XIX.

O Brasil, assim como várias nações americanas, vivenciou um longo período de escravidão, não mais devido a guerras, e sim, por raízes econômicas, pois a terra recém descoberta precisava ser cultivada e explorada, e não havia braços suficientes para a tarefa. Então, Portugal, que já utilizava escravos africanos, resolveu recorrer à escravidão também na nova colônia. Passou a comprar escravos na África e trazê-los para o Brasil, num processo mercantilista<sup>24</sup> no qual se ganhava com a compra e venda dos escravos e também com o seu trabalho. O tráfico negreiro tornou-se uma atividade extremamente lucrativa, uma vez que os escravos eram comprados ou trocados por quase nada e revendidos nos países escravocratas com lucro substancial, no chamado comércio triangular.

A mão-de-obra oriunda do continente africano foi tão importante para a agricultura brasileira que no século XVII, o padre Antonil assim sintetiza essa relação: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (ANTONIL, 1982, p. 89).

Segundo Gorender (2016), durante o regime escravocrata todas as atividades eram realizadas por mão de obra escrava de forma que até “os criados tinham de ser escravos”, fato

---

<sup>24</sup> O tráfico negreiro unia interesses na África, Europa e América. No comércio triangular os comerciantes europeus carregavam seus navios com tecidos, aguardente, tabaco e armas e os trocavam por escravos na costa africana. Navegavam para a América e vendiam ou trocavam os escravos por matérias-primas (produtos tropicais) que seriam vendidas na Europa por alto valor. Os navios nunca estavam vazios e geravam lucros enormes para as nações que se dedicavam ao comércio de escravos.

que acarretará a desvalorização da atividade. A desvalorização do trabalho ao ser realizado por escravos é assim reafirmada por Prado (1953, p. 277): “a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora”. Essa desvalorização do trabalho refletirá na forma como os imigrantes europeus que virão para o Brasil no século XIX, irão se portar diante das atividades laborais que deverão desempenhar no país. Mesmo aqueles que trabalhavam como criados na Europa, ao descobrirem que no Brasil essas atividades eram anteriormente realizadas por escravos se negavam a continuar na função. Na esteira da desqualificação das atividades realizadas por escravos, observa-se que mesmo sendo remunerados, até negros livres que haviam sido escravos se recusavam a realizá-las para não serem equiparados aos escravos.

A desvalorização do trabalho braçal na sociedade colonial brasileira não ocorreu somente na cidade do Rio de Janeiro, onde aportava a maioria dos imigrantes. Amantino (2008), referindo-se aos moradores de Minas no século XVIII,

O branco não aceitava o trabalho por que era branco, livre e, portanto superior. Os mulatos, mulatas, negros e negras forros também não querem trabalhar para não se reduzirem novamente às ocupações dos escravos. A sociedade se via numa encruzilhada: como induzir ao trabalho numa estrutura que não o valorizava para todos os segmentos sociais (AMANTINO, 2008, p. 116).

O excerto de Amantino atesta que a cultura da negação do trabalho braçal consolidou-se durante o período da escravidão no país. Devido ao enraizamento do preconceito, foi necessário empenho de vários grupos sociais para reabilitá-lo quando ocorreu o fim do tráfico de escravos para Brasil e se fez necessário a transição do trabalho escravo para o livre.

Somente no século XIX, encontraremos uma mudança em relação à atividade industrial no Brasil que havia sofrido restrições por parte de Portugal conforme o alvará de d. Maria I (1785), no qual se:

proíbe o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, argumentando que, com o desenvolvimento das fábricas e manufaturas, os colonos deixavam de cultivar e explorar as riquezas da terra, e de fazer prosperar a agricultura nas sesmarias, conforme haviam prometido aqueles que as receberam. Para que a agricultura e a extração de ouro e diamantes não enfraqueçam por "falta de braços", a rainha decide proibir todo tipo de fábrica e manufatura têxtil no Brasil, com exceção daquelas que produzissem tecidos grosseiros que servissem para vestuário dos negros e empacotamento de fazendas e outros gêneros. Caso se desobedecesse ao alvará, o fabricante teria que pagar multa para a justiça e a quem lhe houvesse denunciado (1785).

O alvará ressalta o interesse da metrópole em manter o Brasil como exportador de matérias-primas e importador dos demais itens necessários ao país, mantendo-se desta forma dependente da metrópole. Com todas as restrições da metrópole, a colônia será mantida pelos recursos oriundos do tráfico negreiro e das grandes plantações, em geral. Mesmo com a vinda da família real para o Brasil Colônia e sua posterior independência, a situação econômica do país não mudará tão facilmente. Somente no decorrer do século XIX, a Revolução Industrial chega ao Brasil e com ela, a necessidade de operários para as máquinas e consumidores para as mercadorias.

A necessidade de mão-de-obra para as indústrias nascentes abriu espaço para que muitos europeus sem emprego imigrassem para diversos países da América, entre eles, o Brasil, no qual desde o início do século XIX estão ocorrendo pressões internacionais e nacionais pedindo o fim da escravidão. A pressão internacional é liderada pela Inglaterra que precisa de novos consumidores para sua crescente produção industrial. Após a vinda da família real e a Independência, no Brasil começam a surgir pequenas indústrias que passam a necessitar de mão-de-obra especializada. O trabalho, ainda, era visto como negativo<sup>25</sup> pelos habitantes do país, tornando necessária sua reabilitação diante da população.

Uma das estratégias encontradas para realizar esta tarefa foi incluí-lo de forma positiva na literatura. Assim, várias obras literárias do período começam a apresentar personagens livres no exercício de atividades intelectuais ou ofícios como a medicina, o direito, e com isso ascendendo socialmente. As atividades braçais cotidianas continuam a ser executadas por escravizados. Alencar, em suas obras, apresenta várias personagens como trabalhadores, porém, estas exercem ofícios considerados nobres na sociedade como advogados, médicos, funcionários públicos ou comerciantes. É interessante perceber que ao lado de homens que trabalham, o autor também apresenta algumas mulheres livres realizando algum trabalho remunerado, sempre justificado pela necessidade de suprir necessidades da casa pela falta do provedor, como no romance *Senhora*<sup>26</sup> ou por que este se encontra sem condições de realizar tal tarefa no momento por doença<sup>27</sup>, ou esteja falido, como no caso de Gomes na peça ora estudada.

Segundo Marx e Engels, o século XIX viu o crescimento do capitalismo comercial, no qual o assalariado livre sofre coação econômica, o que dá impessoalidade à sujeição. O trabalho acaba sendo forçado no sentido de obrigar o trabalhador a vender sua força de

<sup>25</sup> Como relatado por Amantino (2008, p. 116) e Ewbank (1973), entre outros.

<sup>26</sup> A mãe e as irmãs de Fernando Seixas realizam costuras para suprir as despesas da casa.

<sup>27</sup> No romance *Lucíola*, o pai da personagem Lúcia cai doente e fica impossibilitado de suprir as despesas da família. Esta acaba sendo seduzida e levada à prostituição para sustentar a irmã e ao pai.

trabalho indefinidamente e não apenas por tempo determinado. Mesmo considerado homem livre, no regime capitalista, o trabalhador acaba sendo “quase” um escravo, uma mercadoria.

Gorender (2016) apresenta uma possível chave de leitura para entender a posição dos negros em relação ao trabalho, que será valorizado após a Revolução Industrial. Segundo ele, “no escravismo a oposição do trabalhador ao explorador se manifesta, mais do que em qualquer outro modo de produção, sob o aspecto de oposição ao próprio trabalho” (GORENDER, 2016, p. 104). Comentando a situação do escravo, afirma que “o escravo é um inimigo visceral do trabalho, uma vez que nesse se manifesta sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado. A reação ao trabalho é a reação de humanidade do escravo à coisificação” (GORENDER, 2016, p. 99). Esta forma de pensar a reação do escravo como prova de sua humanidade mostra que ainda não se pensou na situação do escravo diante do caráter dialógico da linguagem. O escravo sabia que não poderia responder diretamente ao seu senhor, pois essa atitude poderia gerar punições, então, fazendo uso de sua engenhosidade<sup>28</sup>, ele reage trabalhando mais lentamente do que poderia, mesmo sabendo que poderia vir a ser punido caso essa atitude viesse a ser percebida.

Se o diálogo é a essência da vida do ser como nos diz Bakhtin, na escravidão esse diálogo se dá na forma de tensão entre o trabalho exigido e o não realizado. O escravo trabalha de modo lento como resistência<sup>29</sup> à tentativa de escravizá-lo. Muitas vezes sabota a moagem, colocando prego na moenda ou limão no caldo de cana. O escravo coisa, mercadoria plena não existe, porque o mesmo resiste dialogicamente. Os corpos eram escravos, mas as vontades eram livres. O escravizado resistia como sabia e podia. Com certeza, essa resistência se dá em um contexto de fala interior e o seu discurso pronunciado de modo silencioso para si mesmo, engendra esse ato de resistência. Embora muitos pensem de forma contrária, o escravo é um ser humano e quando silenciado continua a pensar. Se o diálogo, que não existe entre senhor e escravo, acaba sendo substituído pela resistência do escravo que muitas vezes

---

<sup>28</sup> A história da resistência dos escravos é longa e penosa. As revoltas, em movimentos grandes e pequenos, ou foram planejadas, visando à abolição geral, como nos quilombos, ou foram golpes mais modestos que previam punir um senhor ou feitor mais tirano. [...] até a pequena resistência cotidiana que foi também: uma forma de revolta, caracterizada pelo fingimento de doenças, o trabalho mal feito e as estratégias de negociação para extrair pequenas vantagens de seus senhores (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE), 2017).

<sup>29</sup> Moura coloca que, “os diversos escalões, os variados degraus de reação contra o *status* do escravo defluíam em uma constelação de desajustes na economia escravista. Do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até à formação de quilombos, às guerrilhas, às insurreições cidadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. O escravo, desta forma, solapava nas suas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes desconhecida pelos dirigentes políticos da época” (MOURA, 1981, p 14).

assume formas violentas e extremadas como a morte dos senhores<sup>30</sup>, dos capitães do mato e em alguns casos ao suicídio<sup>31</sup>, como forma de privar o senhor do bem material.

Foucault (2014, p. 9-10) afirma que o discurso é poderoso: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”, e os portugueses não se furtaram ao uso dos discursos dos livros sagrados para justificar tratamentos considerados desumanos. O tratamento dado aos escravos por eles encontra sustentação no capítulo 33 do livro do Eclesiástico<sup>32</sup>, que assim ensina:

<sup>25</sup> Para o jumento o feno, a vara e a carga. Para o escravo o pão, o castigo e o trabalho. <sup>26</sup> O escravo só trabalha quando corrigido, e só aspira ao repouso; afrouxalhe a mão, e ele buscará a liberdade. <sup>27</sup> O jugo e a correia fazem dobrar o mais rígido pescoço; o trabalho contínuo torna o escravo dócil. <sup>28</sup> Para o escravo malévolos a tortura e as peias; manda-o para o trabalho para que ele não fique ocioso, <sup>29</sup> pois a ociosidade ensina muita malícia. <sup>30</sup> Ocupa-o no trabalho, pois é o que lhe convém (BÍBLIA, Eclesiástico, 33, 25-30).

Todo enunciado é ressignificado, editado, selecionado de acordo com as intenções de quem o profere. A Bíblia é composta de muitas vozes sociais e, por vezes, díspares. Os escravocratas selecionaram dessa obra apenas passagens que estejam a par e passo com seus desígnios. Em suas pesquisas, Gorender (2016, p. 99) recolheu a seguinte recomendação sobre como tratar os escravos que remete ao discurso bíblico: “quem quiser tirar proveito de seus negros, há de mantê-los, fazê-los trabalhar bem e surrá-los melhor: sem isso não se consegue serviços nem vantagem alguma”. Essa passagem comprova discursivamente que os escravos não eram coisas, dóceis aos desígnios do senhor de escravos. Havia resistência negra ao trabalho. Só trabalhavam se fossem supliciados. Para quebrar a resistência do negro, o senhor de escravos acabava por açoitá-lo. A recomendação anotada por Gorender está diretamente ligada ao discurso bíblico e reafirma a tentativa de submeter o escravo pelo uso da força física.

A coisificação ou reificação do escravo aparece na forma como os escravos são nomeados, pois embora tenham recebido um nome de seus donos, nem sempre são chamados por ele. O uso de apelidos, às vezes depreciativos, é frequente no tratamento de escravos. O escravo Pedro da peça *O Demônio Familiar* (1857) é chamado por diversos apelidos no

<sup>30</sup> Como apresentado no texto de Macedo em *Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão* (1869).

<sup>31</sup> De acordo com Fausto (2015, p. 25), os escravos se opuseram à escravidão com “fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores e resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos”. Após as fugas refugiavam-se em comunidades de escravos fugitivos chamadas quilombos. O mais famoso foi o de Palmares que resistiu por quase 100 anos.

<sup>32</sup> Bíblia Ave-Maria, Eclesiástico, 33.

decorrer da peça: mimo, moleque, brejeiro, capetinha, réptil venenoso, entre outros. Já na peça *Mãe*, o mesmo acontece com o personagem Vicente, que apesar de agora ser adulto, livre, e funcionário público, continua a ser chamado pelos nomes da infância: “Bilro” ou “ciganinho”. A escrava Joana e o Dr. Lima, no máximo, lhe concedem chamá-lo publicamente de Vicente (Joana) e não por Vicente Romão que é o seu nome, mantendo-o no estado de infância.

Observa-se no decorrer da peça que escravos não recebem pronomes hierárquicos de tratamento, o que estaria de acordo com o seu estado de coisificação. Mas o personagem Vicente, mesmo exercendo a função de oficial de justiça, também não recebe o pronome de tratamento e necessita regatear muito com Joana para ser chamado pelo nome, embora ela dispense a todos os demais personagens o pronome de tratamento ao se dirigir a eles. Talvez a atitude da escrava seja originada pela situação em que o personagem aparece e não se identifica claramente se é um ex-escravo ou um enjeitado que foi criado na casa do Dr. Lima. Entretanto, indo de encontro à coisificação do escravo, temos em Alencar, os escravos com voz, atitude e protagonismo nas peças citadas. Sofrem as agruras do cativeiro, mas resistem, comprovando que as teorias da coisificação ser humano, propostas por alguns historiadores são reducionistas e simplistas. A resistência sempre ocorre, pois há consciência, embate e linguagem e não só trabalho alienado e coisificado.

## 2.4 A REALIDADE DO BRASIL IMPÉRIO

O Brasil foi colônia de Portugal até 1822, quando após uma série de incidentes e pressões do governo português, o príncipe regente D. Pedro I proclama a independência às margens do riacho Ipiranga em São Paulo, após o retorno da família real para Portugal e uma série de fatores internos que contribuíram para este fato. De um lado, grande parte da elite brasileira buscando conquistar a autonomia política, de outro, a tentativa da Coroa Portuguesa em retornar o país ao estado de colônia com a imposição de altos impostos, além do desgaste do sistema de controle econômico do país. Apesar da pressão exercida, após a independência do país, pela Inglaterra e os movimentos internos pelo fim da escravidão, o tráfico oficial de escravos será extinto somente em 1850. Com a proibição do tráfico externo,

aumentou o preço dos escravos e os mesmos passaram a ser remanejados do Nordeste para as regiões produtivas do Sudeste do país.

O maior contingente de escravos estava localizado no campo, sendo a escravidão urbana um apêndice daquele de acordo com Gorender (2016), pois não havia grandes cidades no país e das cidades existentes, poucas tinham características urbanas desenvolvidas. As cidades brasileiras dependiam da economia escravista, e por isso, pautavam seu modo de vida pela norma da escravidão. As atividades laborais realizadas nas cidades, eram realizadas por escravos, o que fez com que as grandes cidades como o Rio de Janeiro, tivesse um elevado número de escravos<sup>33</sup>, tanto domésticos como de ganho. A reflexão mais profunda sobre as cidades no decorrer dessa dissertação se limitará à cidade do Rio de Janeiro, onde se passa a ação da peça *Mãe*.

Enquanto na Europa durante a Idade Média, os artesãos se desenvolveram de forma mais independente, no Brasil eles se integraram ao modo de produção escravista colonial. Dessa forma, para Gorender:

se o trabalho manual era envilecido sob a perspectiva de ideologia feudal, era-o mais ainda no Brasil, sob a perspectiva da ideologia escravista, O artesão medieval pertencia a um estamento inferior, mas estava investido de um *status* do qual não deixava de se orgulhar. Os artesãos do Brasil escravocrata só encontravam dignificação na posse de escravo e na demonstração de enfatuado desprezo do trabalho (GORENDER, 2016, p. 496).

Introduzir o gosto pelo trabalho dentro de tal sistema, eis o desafio que se imporá no decorrer do século XIX. Os artesãos brasileiros, mesmo os mais pobres ou os escravos artesãos, tão logo dispunham de meios, adquiriam escravos para realizar suas tarefas, ou alugavam outros escravos como carregadores. Existem relatos curiosos, na ótica de hoje, sobre o negação do trabalho como este relatado por Ewbank:

Um jovem de boa família, de 18 anos, foi convencido a honrar um importante estabelecimento comercial com seus serviços no escritório da firma. Certa vez, um dos sócios entregou-lhe um pacote não duas vezes maior do que uma carta e pediu-lhe que o levasse a outra firma da vizinhança. O jovem olhou o pacotinho, olhou para o comerciante; segurou o pacotinho entre o polegar e o indicador, tornou a olhar novamente para o comerciante e o pacote, meditou um momento, saiu porta a fora e, depois de dar alguns passos, chamou um negro que, atrás dele levou o pacote ao destinatário (EWBANK, 1973, p. 180).

Esse relato nos faz pensar sobre a ideologia dominante no tocante ao trabalho e o prazer em exercer o ócio. Segundo Gorender (2016): “O homem livre, cuja pobreza o impedisse de possuir ao menos um escravo, dificilmente escapava da marginalidade. O ócio

---

<sup>33</sup> Os escravos eram cerca de 40% da população da cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX.

digno de milhares de escravistas, grandes e pequenos, tinha no reverso o ócio “antissocial” de número muito maior de desclassificados”. Afirmações como essa de Gorender nos fazem pensar sobre a situação dos cidadãos livres e pobres no Brasil império. A posse de escravos “igualava” as pessoas livres. Alencar coloca que Gomes antes da falência provocada pela longa doença da esposa, possuía escravos. A maioria dos pequenos proprietários de escravos possuía de 1 a 3 escravos.

Recorreremos a Gorender (2016) para apresentar alguns dados sobre a relação escravismo-capitalismo:

Se é verdade que o capitalismo pode nascer no seio de uma formação social escravista – o que se deu no Brasil –, a existência de escravos constitui um estorvo à expansão adequada daquele mercado. Recrutar certa proporção de escravos para as fábricas impõem-se, então como recurso inevitável, porém também como obstáculo a ser removido. Enquanto as fazendas de café continuavam a atrair escravos ainda no começo da década dos 1880, a indústria urbana se livrava deles, o que representou um dos prenúncios da Abolição no Brasil (GORENDER, 2016, p. 504-505).

Como exposto, os escravos passaram a ser considerados um estorvo à expansão do regime capitalista. E foi justamente o surgimento do capitalismo industrial, um dos motivos que levaram os ingleses a empenhar-se no fim da escravidão. A indústria precisava de novos consumidores para as mercadorias por ela produzidas. Por isso, a troca do escravo pelo trabalhador livre, trazia em seu bojo, um comprador potencial, ainda que seus recursos fossem limitados.

A despeito de terem existido trabalhadores livres desde o início da colonização realizando tarefas específicas e remuneradas nos engenhos ou trabalhando como vendedores de mercadorias, a segunda metade do século XIX viu aumentar o número de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro. De forma que na época conviviam na cidade trabalhadores livres e escravos, assim como no micro-cosmo da peça. Nela, como na cidade, os escravos executando as atividades subalternas, e os trabalhadores livres aparecendo nas posições superiores. Porém, historicamente sabe-se que na cidade do Rio de Janeiro muitos homens livres e pobres realizavam trabalhos braçais semelhantes aos realizados pelos escravos e pelo mesmo valor pago aos escravos para sustentarem a si mesmos e suas famílias.

Ao analisar-se a peça *Mãe* e a obra *Senhora* (1875) de Alencar, à procura de referências a trabalhadores livres, notou-se que, em geral, referem-se a profissionais liberais ou funcionários públicos e, trabalhos realizados por escravos, mas nas duas obras não foram citadas funções de menos destaque que deveriam ser exercidas por homens livres pobres. Quanto ao trabalho feminino nas duas obras, quando foram encontradas referências, este se



limitava ao lar e aparecem quando o pai da família morre e é necessário suprir as necessidades financeiras da família. No romance *Senhora*, a mãe e as irmãs de Fernando Seixas, futuro marido de Aurélia, costumam para suprir as suas despesas pessoais e as da casa. Já na peça *Mãe*, Elisa, costura para ajudar nas despesas da casa devido às dificuldades financeiras do pai. Quanto aos trabalhadores livres ou vindos da Europa no século XIX, observa-se que muitas vezes eles são descritos como executando as mesmas tarefas que os escravos de ganho e recebendo o mesmo que eles por uma função exercida livremente como relata Mattos (2004):

o preço dos escravos era decisivo na opção por incorporar um maior ou menor número de trabalhadores livres aos empreendimentos, podemos afirmar que, enquanto o peso da escravidão urbana foi elevado, a variação salarial dos trabalhadores livres não se pautava apenas pelos critérios clássicos de oferta e procura de mão-de-obra proletarizada (MATTOS, 2004, p. 233).

Alencar corrobora a informação sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros e como político fala sobre os problemas gerados pelo protecionismo estabelecido pelo governo no artigo “O engodo da proteção”:

A tarifa brasileira elevando os direitos da roupa, dos móveis, do calçado, garantiu o salário aos nossos patrícios alfaiates, marceneiros, sapateiros, e suas filhas costureiras. Sem a paternal solicitude da lei, essas classes operárias não teriam que fazer, e não ganhariam os meios de subsistência. Pois todos comprariam de preferência o produto estrangeiro, por ser mais barato (ALENCAR, 1877, p. 262).

É notável perceber como a crítica de Alencar é atual e demonstra que ele possuía conhecimento da economia e seus mecanismos de funcionamento. Para ele, a solicitude dos legisladores ao eliminar a concorrência com os produtos estrangeiros, acaba por gerar problemas aos trabalhadores nacionais, pois não evita que os preços das matérias-primas e outros insumos sejam reajustados. Ao final, os trabalhadores nacionais acabam ganhando mais apenas na aparência, pois junto com seu aparente aumento de salário serão reajustados os insumos da produção e os itens necessários à sua sobrevivência. Já Lobo e Stotz (1985, p. 57) relatam que “os preços dos aluguéis [de escravos] provavelmente serviam como um patamar para a fixação dos salários”. A partir das informações recolhidas por autores como Lobo e Stotz (1985) e Vitorino (2002), a respeito das relações trabalhistas no Brasil imperial, pode-se inferir a exploração dos trabalhadores na incipiente indústria que está se formando no país. A exploração apontada por esses autores está de acordo com o relatado por Marx na obra *O Capital* (2016).

A Revolução Industrial trouxe mudanças no universo do trabalho como relatam Engels (1876) e Marx (2016). Esta, além de mudar a relação do homem livre com o trabalho,

trouxe as mulheres dos operários europeus para as fábricas devido à escassez de operários. As mulheres recebiam menos que os homens por tarefas semelhantes e, em casa, à noite, continuaram a exercer os ofícios de mães e esposas. A desvalorização do trabalho feminino, descrita por Marx e Engels, faz-se presente na peça *Mãe*, na fala de Gomes, pai da personagem Elisa. Gomes, apesar da surpresa pelo fato de ela estar costurando para ajudar nas despesas da casa, afirma que seu trabalho não resolverá os problemas financeiros da família (ALENCAR, 2016). A sociedade patriarcal brasileira impede a mulher de exercer profissões de mais destaque e melhor remuneradas. Para a mentalidade do século XIX, seria uma desvalorização do homem ser sustentado pelo trabalho feminino.

Segundo Costa (1999, p. 344), “na década de 1930, Gilberto Freyre e outros escritores, oscilando entre o progresso e a tradição, idealizaram a vida rural e pintaram um retrato da escravidão que refletia a imagem que os proprietários de escravos faziam do sistema”. Entretanto, apesar da aparente idealização da relação entre senhores e escravos em Freyre, ele não deixa de demonstrar a crueldade<sup>34</sup>, quanto s relações amistosas<sup>35</sup> presentes no sistema escravista, e sua importante contribuição no tocante à formação da família e da cultura nacionais no que elas têm de influência do negro. Essa visão acerca da obra de Freyre é assim referida por Gorender (1980, p. 17): “durante a década seguinte, no entanto, estudiosos da realidade brasileira começaram a encarar o paternalismo como um mito criado pela classe dos fazendeiros e a enfatizar a severidade da escravidão no Brasil”.

Essa forma de entender a obra de Freyre (2004) pode dar-se a partir de uma leitura apressada desta, através da qual, muitos podem ser levados a uma compreensão equivocada

---

<sup>34</sup> A obra de Freyre (2004) é repleta de exemplos que relatam a crueldade e o sadismo dos senhores no tratamento dado aos escravizados sob seu poder. Ele afirma que “nas condições econômicas e sociais favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa – colonização, a princípio, de homens quase sem mulher – e no sistema escravocrata de organização agrária do Brasil; na divisão da sociedade em senhores todo-poderosos e em escravos passivos é que se devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana” (p. 404). [...] “Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto das botinas as dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas” (p. 421).[...] “A verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e muleques e mulatas o elemento passivo”(p. 379).

<sup>35</sup> Segundo Freyre (2004), o brasileiro traz “a influência direta, ou vaga e remota, do africano. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tido que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e mal-assombrado. Da mulata que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (p. 367). [...] viram-lhe da África “donas de casa” para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de pano e de sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos” (p. 391).

sobre como se davam as relações entre senhores e escravos em nosso país. Os diversos relatos apresentados pelo autor evidenciam que ele tinha conhecimento das relações negativas e positivas que se estabeleceram entre senhores e escravos. Por isso, ao pensar-se a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no país, não se pode perder de vista que a situação dos negros não foi e ainda não está resolvida mesmo com o fim da escravidão. Segundo Ianni (1988), os negros escravos sofreram uma transformação social ao se tornarem libertos, deixando a categoria de escravos:

Em síntese, e retomando a questão mais geral na metamorfose histórico-social do escravo em negro e mulato, fenômeno este inerente a toda fase crítica do epílogo da escravatura e da estrutura de outro sistema social, à medida que se alteram os fundamentos materiais da vida, modificam-se a organização das relações sociais e as concepções, atitudes, respostas psíquicas, etc., que atualizam o comportamento humano. É a natureza essencialmente histórica do homem e das configurações sociais de vida que se encontra na base de transmutação do trabalho e, em conexão com essa alteração básica, de todo o sistema de valores, padrões, normas, opiniões. Por isso é que se dá, com progressiva destruição do sistema de castas, a mutação do escravo em liberto, ingênuo, pardo, negro, caboclo. A maneira pela qual o homem produz o seu ambiente social e é, ao mesmo tempo, produzido por ele, é que lhe dá a feição social singular, neste caso manifestação da categoria geral “trabalhador” (IANNI, 1988, p. 236).

No início da década de 1960, surgiu a chamada Escola Paulista, que entre seus integrantes contava com Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Vários desses pensadores, entre eles, Ianni, ao tratarem da escravidão destacam a coisificação do negro, numa sociedade não mais firmada em castas, mas em classes sociais. Essa metamorfose do escravo em negro e mulato não garantiu a melhora de sua condição na sociedade. Em estudo realizado em Curitiba, Ianni afirma que “os negros e mulatos, escravos e livres, distribuíam-se pelas ocupações menos qualificadas socialmente” (1988, p. 111). Como a situação dos negros e mulatos era semelhante em todo o país, podemos transpor suas observações para o restante do país.

Ainda segundo Ianni:

O negro e o mulato são acepções da mesma categoria do sistema econômico: fornecem a mão de obra produtora de valores. Mas não é somente a sua força de trabalho que é mercadoria: eles próprios são mercadoria, pois são colocados entre os meios de produção por seus proprietários (IANNI, 1988, p. 112).

De acordo com o autor, no caso do escravo, o trabalho por ele feito e ele mesmo são vistos como mercadoria. Sua exploração acaba por ser maior que a do trabalhador livre que ao menos possui a liberdade de escolher a quem e por quanto venderá a sua força de trabalho. Entretanto, como afirmamos em outra ocasião, o escravo não se vê como coisa, objeto, mas percebe-se como ser humano e rejeita essa condição exposta de fora pelo sistema econômico.

A literatura aposta no personagem que fala, age, reinventa sua história. Longe se está do escravo coisa dos economistas. No discurso da peça, Joana é ser humano. Sofre a condição de escrava, mas não é coisa. Voltando à situação de trabalhadores livres e escravos, vê-se que Marx já trata as duas condições de trabalho e ao comparar os proventos recebidos por escravos e trabalhadores livres, afirma que:

O escravo recebe *em espécie* os meios de subsistência necessários para a sua manutenção e essa forma natural dos mesmos encontra-se fixada, tanto pela sua qualidade como pelo seu volume, em *valores de uso*. O trabalhador livre recebe-os sob a forma do *dinheiro*, do *valor de troca*; da forma social abstrata da riqueza. Embora o salário não seja, de fato, mais do que a forma *áurea*, ou *argentada* ou *cúprica* ou de papel adotado pelos meios de subsistência, em que tem incessantemente que se resolver - e o dinheiro opera aqui unicamente como forma evanescente do valor de troca, como simples *meio de circulação*-, na imaginação [do operário] o objetivo e o resultado do seu trabalho continuam a ser, contudo a *riqueza abstrata*, o *valor de troca*, não um valor de uso determinado, tradicional e localmente limitado (grifos de MARX, 1975, p. 87).

Por receber em espécie e apenas o mínimo necessário a sua sobrevivência, o escravo está numa situação muito inferior ao trabalhador livre que poderia, ao menos em tese, por receber, em dinheiro decidir no que gastará o pouco que ganha. Entretanto, a história mostra que o que era percebido pelos trabalhadores livres mal dava para sua sobrevivência.

No século XIX, pensadores como o deputado Alencar acreditavam que o término abrupto da escravidão desaguaria em catástrofe para a economia brasileira. Não havia brancos ou homens livres suficientes para suprir o trabalho executado pelos escravos e aparentemente não havia interesse em inserir os escravos recém libertos no mercado de trabalho como havia acontecido em outros países que haviam abolido a escravidão. Em determinado momento o autor irá argumentar que os escravos brasileiros teriam um tratamento melhor que os assalariados ingleses. Essa posição era advogada por muitos, pois havia rejeição ao liberalismo inglês. O que só demonstra o quão deplorável era a situação de um e de outro na época, pois é sabido pela história que as condições dos escravos eram deploráveis. Tratando da escravidão, Marx tece o seguinte comentário:

Também a compra e venda de escravos é formalmente, compra e venda de mercadorias. Sem a existência da escravidão, porém, o dinheiro não pode desempenhar essa função. Havendo escravidão, então o dinheiro pode ser desembolsado na compra de escravos. Inversamente, dinheiro em mãos do comprador não basta de maneira alguma, para tornar possível a escravidão. (MARX, 1985, p. 30).

Para o autor, o regime capitalista é diferente do escravismo ou do feudalismo por pressupor a liberdade e a igualdade dos indivíduos, ao menos na forma, ou seja, em um regime de pessoas livres e iguais não é possível comprar o outro como era feito no sistema

escravista que se pauta na ideia de que o escravo é inferior e por isso, pode ser comprado e tratado como propriedade sem que se configure uma relação de exploração. O trabalhador livre não está subordinado inteiramente ao seu empregador e por isso, faz-se necessário um contrato de trabalho que assegure as condições em que o mesmo vende sua força de trabalho. Mas, tratando-se do escravo que era visto como mercadoria, segundo Ianni,

Neste contexto, escaparam totalmente ao escravo as possibilidades de manipulação da própria posição social. O *status* de cativo atribuído pela camada dos brancos, especialmente pelos senhores dos meios de produção, com apoio dos grupos compostos de trabalhadores autônomos, agregados, parceiros, assalariados, forças policiais e militares, o clero, etc., muitos deles impregnados por mestiços em diversos tons (IANNI, 1988, p. 115).

Todavia, não concordamos com Ianni, pois havia possibilidade de negociação entre o senhor e o escravo, e muitos escravos conseguiram comprar a carta de alforria e alguns chegaram a ganhá-la, como ilustra Alencar na peça ora analisada. As relações, especialmente do escravo doméstico, passavam por longos anos de intimidade e isso gerava poder de negociação. Como temos enfatizado, não agregamos a visão do escravo coisa, pois coisa é despossuída de sentimentos, ações, e atitudes de resistência, o que não ocorria com o negro escravizado.

Nenhum ser humano nasce escravo e sim, é colocado nesta condição por outros seres humanos, por motivos diversos. Na antiguidade, a escravidão se dava devido à guerras, dívidas, etc. No caso do escravidão africana<sup>36</sup>, os escravos vindos para as Américas eram todos negros e este fato foi determinante para que a sociedade aceitasse como natural a sua submissão ao branco. Encontramos em Ribeiro (1995), relatos de que até mesmo alguns escravizados ao serem alforriados ou comprarem sua liberdade, passaram a se ver como brancos e a afirmar que já haviam sido negros.

Independente da forma como a sociedade escravista tentasse submeter o negro escravizado, na tentativa de coisificá-lo, ele não se via assim, pois tinha uma estirpe, uma história, antepassados e narrativas que o diziam como ser humano e não como coisa como alguns economistas destacam. A literatura está farta de situações que comprovam essa perspectiva humanizante. Por isso, a nosso ver, afirmações que colocam o escravo sem personalidade e nem identidade nos parecem equivocadas, pois se baseiam em teorias econômicas abstratas. O escravizado era um ser de carne e osso, movido por ideias e

---

<sup>36</sup> Segundo Brookshaw (1983, p.12), “o negro, mesmo antes de ter sido escravizado, tinha um defeito que para muitos serviu de justificativa para sua escravatura, e esse defeito era sua cor. Assim como foi mais fácil para Kingsley aceitar a desdita e a bestialidade do negro do que do branco, o fato de que a escravidão envolveu pessoas de cor negra, foi, sem dúvida, culturalmente mais confortador do que se tivesse envolvido brancos”.

sentimentos, embora coagido fisicamente pelo sistema. No trecho seguinte, temos o absurdo dessa afirmação:

Em verdade, o escravo não tem personalidade, estado, sendo indivíduo privado de capacidade civil e somente podendo exprimir-se por intermédio do senhor, de que é propriedade inalienável. Assim como não pode fugir ao trabalho nem divertir-se segundo os padrões definidos pela tradição cultural do grupo originário, o africano ou descendente não poderia nem mesmo circular sem estar vinculado de algum modo ao seu senhor; isto é, sem que esteja claramente definida a sua condição econômico-social e moral de propriedade de outrem. A palavra do escravo não tem voz (IANNI, 1988, p.122).

O escravo, para o economista, perde todas as características do ser humano e em tudo passa a necessitar da autorização de seu senhor do qual torna-se propriedade inalienável. A situação do escravo descrita por Ianni remete à condição do louco descrita por Foucault, no texto *A ordem do discurso* (2014), porém com um agravante, ao louco é interdito o discurso, mas ao escravo retira-se a liberdade e interdita-se o discurso. Deixa de ser uma pessoa e passa a ser uma coisa, ao menos no imaginário do senhor. Porém, a interdição não chega ao trabalho, ao qual é submetido até a exaustão de suas forças tal qual uma besta de carga, mas o direito de locomoção só é permitido com autorização expressa do seu senhor, segundo Ianni (1988).

A história mostrou que a escravidão foi mantida por questões econômicas, e que a mudança do sistema econômico de produção abalou seus alicerces. A Revolução Industrial promoveu a automação do processo produtivo e aumento da produção, fato que demandou a necessidade de aumentar o mercado consumidor. Ianni (1988) relata que as transformações tecnológicas e a chegada de imigrantes europeus no país fizeram com que o trabalho cativo perdesse prestígio no Brasil. Os motivos da substituição gradativa do escravo pelo imigrante europeu são assim descritos por ele:

A partir de meados do século XIX, (...). O trabalho cativo perde prestígio progressivamente, em consequência das inovações tecnológicas, do encarecimento do preço do cativo, da destruição das bases morais do regime, da própria eficácia do trabalho de grupos europeus que se dedicam a agricultura em geral, especialmente a horticultura, também a extração da erva-mate, depois às ocupações urbanas, comércio, manufaturas e, finalmente, pequenas empresas industriais. Os imigrantes, em ritmo diverso vão permeando progressivamente a estrutura econômica e social da comunidade (IANNI, 1988, p.158).

No século XIX, o regime escravista está plenamente constituído e ativo, de forma que o uso da força de trabalho na produção de valores ou bens de consumo e comércio é tarefa quase exclusiva de escravos, considerados socialmente inferiores. A vigência da escravidão mantém presente o preconceito contra o trabalho braçal e conseqüentemente a

separação entre as castas que compõem a sociedade. Entretanto, não se pode esquecer que o sistema capitalista de produção necessita de consumidores para as mercadorias que produz e essa necessidade fez com que se ampliassem os esforços para o término da escravidão no país. E pelo lado brasileiro havia a necessidade de se deixar para trás a escravidão para que o país parecesse civilizado. As ideias liberais presentes no país fizeram com que fosse agenciado todo um discurso contra a escravidão para que a nação pudesse ser vista como moderna. A questão é econômica, mas não só. Vai além, pois existem outros interesses envolvidos no processo de alteração do regime escravocrata, como se nota no fato de que, a despeito da grande seca de 1877 que na época deixou mais de 110 mil pessoas sem trabalho e condições de sobrevivência no Ceará. Apesar de esse fato ser de conhecimento do governo, eles não foram trazidos para as fazendas de café e as indústrias que começavam a surgir no sudeste do país. O governo aparentemente ignorou a necessidade dos brasileiros atingidos pela seca e deu continuidade ao processo de imigração europeia para o país.

O problema nos parece mais complexo do que parece à primeira vista. As lutas em prol do término da escravidão se intensificam tendo de um lado, os interesses internacionais e os movimentos internos a favor e, de outro, os senhores de escravo. A agricultura precisa de braços para produzir. Se não houver escravos para produzir quem trabalhará num país que desqualifica o trabalho braçal? Para ajudar na reabilitação do trabalho, muitos são os discursos<sup>37</sup> que passam a enobrecê-lo. Esse esforço faz com que a atividade laboral deixe de ser considerada como forma de utilização inferior da energia humana. A passagem do trabalho escravo para o livre no país fez com que surgissem novos compradores para as mercadorias produzidas pelo processo de industrialização, entre os habitantes do país e os imigrantes europeus que aqui desembarcam, fugindo das condições adversas na Europa.

Segundo Ianni (1988, p. 162), a avaliação do trabalho em atividades nobres (superiores) e braçais (inferiores): “são componentes necessários do sistema escravista que separa os homens em duas castas: os senhores e os escravos, cada um com o seu universo particular de valores e padrões sócio-culturais”. Porém, esta separação trará consequências para a superação do trabalho escravo no país, pois será necessário um grande esforço para reabilitar o trabalho como algo digno e não apenas tarefa de escravo. O discurso literário será de grande valia no processo de reabilitação do trabalho como digno também para o ser humano livre, apresentando homens livres e escravos trabalhando. Os homens livres

---

<sup>37</sup> A Literatura, o discurso político, o econômico, entre outros.

trabalham para ascender socialmente e este ato não os desmerece como anteriormente na sociedade.

## 2.5 OS TRABALHADORES LIVRES NO RIO DE JANEIRO

A Revolução Industrial mudou o modo de produção no século XIX na Europa e também no Brasil. O ato de trabalhar era executado, no país, majoritariamente por escravizados, e por isso, desvalorizado. Por isso, será necessário reabilitar o trabalho para que se tenham trabalhadores para as pequenas fábricas e indústrias que surgem no período e para as quais não existe mão-de-obra qualificada. Segundo Ianni:

A expansão contínua do uso da força de trabalho livre, uma exigência das transformações estruturais em curso, provoca a reelaboração do significado social do trabalho, que, por sua vez, à medida que se redefine, favorece e atua naquele sentido. [...] É que agora a estrutura econômico-social se transforma em suas bases e é urgente combater o preconceito contra o trabalho braçal. A agricultura de expansão, tanto nas outras áreas do Brasil como nos núcleos coloniais paranaenses, e o artesanato modificando-se em pequenas empresas industriais exigem e impõem novos padrões ao trabalho produtivo. [...] Com as transformações do sistema econômico no qual estão inseridas direta ou indiretamente as comunidades brasileiras, e com as alterações da estrutura demográfica, devidas à interrupção do tráfico, a política imigratória, etc., o trabalhador escravo se torna economicamente oneroso, ou inadequado às novas exigências (IANNI, 1988, p. 163-164).

Ianni defende a necessidade de reelaborar o significado social do trabalho com o término da escravidão e a passagem para o trabalho livre no Brasil. Antes de se pensar como reabilitar a atividade laboral, torna-se necessário conhecer a realidade de uma cidade do período. No presente estudo, optou-se por considerar a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, onde se passa a ação da peça ora analisada para entender como se deram as acirradas disputas pelo término da escravidão e que trouxeram no seu decorrer a passagem gradativa de ofícios antes realizados por escravos para as mãos de trabalhadores livres. Para compreender os resultados práticos desta disputa, nada melhor do que ler as notícias que circulam em seus meios de comunicação. Vitorino (2002) recolhe a seguinte notícia do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, cerca de 10 anos após a escrita da peça que compõe nosso *corpus* de estudo, que em 1870, assim relata a fala de Joaquim Antônio de Azevedo, na seção de 1º de dezembro de 1870 da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional:



o serviço doméstico e o exercício das pequenas indústrias erão até bem pouco tempo exercidos no paiz pelos escravos, no entanto que a immigração espontanea, feita pelos Portuguezes, tem ido pouco a pouco conquistando esses serviços, a ponto de hoje [01/12/1870] não se encontrar nas pequenas industrias um só escravo.

Dentre as informações apresentadas na notícia destaca-se o fato de que em 1870 está se dando a transição de atividades antes realizadas por escravos e que agora são realizadas por imigrantes portugueses. O jornal destaca, ainda, que a vinda desses imigrantes é fruto de imigração espontânea, ainda que historicamente se saiba que imigraram devido às dificuldades econômicas que passavam em seus países. O “espontâneo” apenas realça que sua situação não era a dos negros que eram capturados na África e trazidos ao Brasil na condição de escravizados. Na continuidade da mesma notícia, informa as tarefas e o número de trabalhadores que executa cada uma delas:

O serviço de aguadeiros, por exemplo, é feito nesta cidade por 1250 carroceiros, o serviço braçal da alfândega que até 1847 era feito por escravos, é hoje desempenhado por 347 trabalhadores, sendo: 207 Portuguezes, 131 Brasileiros e 9 de diversas nacionalidades; nas repartições públicas os serventes são livres e é proibido o trabalho escravo; as pequenas industrias, como a dos carvoeiros, pombeiros, cocheiros, limpeza de ruas, peixeiros, arrais de barcos, trabalhadores de estradas, etc., são todas exercidas por gente livre, restando apenas o serviço doméstico no interior das casas que é feito por escravos próprios, havendo contudo um grande número de famílias que servem com escravos alugados por intolerância à escravidão; ainda um outro serviço, que era privado das pretas, está hoje sendo substituído em grande escala por mulheres brancas, qual o de amas de leite [01/12/1870].

É interessante notar que o relato de algumas atividades realizadas no âmbito doméstico relatadas por Vitorino, já aparecia na literatura, como o fez Alencar, dez anos antes desta notícia, ao colocar a escrava Joana realizando as tarefas da casa e também trabalhando para outros senhores como lavadeira ou costureira para conseguir o dinheiro necessário a manutenção e estudos de seu filho. A literatura em determinados momentos expressa o que mais tarde será confirmado pelos dados dos censos. Vitorino cita que muitas famílias se servem de escravos alugados por intolerância à escravidão. Entretanto, se não toleram a escravidão por que a incentivam alugando serviços de escravos? O jornal destaca que até mesmo o serviço de ama de leite exercido por escravas está sendo substituído por mulheres brancas.

Para Vitorino:

De 1850 até o fim do regime escravista, a Corte imperial teve um aumento populacional e deixou de ser a cidade com a maior concentração urbana de escravos no Brasil para se tornar uma cidade composta em sua quase totalidade por homens livres formada pelos ex-escravos, nacionais livres e imigrantes (VITORINO, 2002, p. 33).

O fato da Corte deixar de ser a maior concentração urbana de escravos para tornar-se uma cidade com a maioria da população livre corrobora a ideia da cessação da escravidão doméstica, talvez por alforrias. E se havia alforrias, existia a negociação entre senhor e escravo, o que mostra que este não era uma coisa e sim, alguém<sup>38</sup> que pensava e até negociava a possibilidade de tornar-se livre. O mesmo não pode ser dito do eito, onde o braço escravo ainda era necessário e cuja oferta havia diminuído com a proibição do tráfico de escravos desde 1850, de forma que muitos escravos liberados do trabalho nas cidades provavelmente foram vendidos a fazendeiros carentes de braços para o trabalho no eito.

A chegada de grande número de imigrantes na Corte brasileira, nesse período, é um indicativo de que não há trabalho disponível para todos na Europa. Esses, ao chegarem ao país, acabam por assumir muitas funções antes realizadas por escravos, o que não implica dizer que os senhores de escravos de ganho tenham aberto mão facilmente de seus serviços. Outra classe que cresce muito no país segundo Nabuco, é a dos funcionários públicos que é por ele retratada como filha da escravidão:

A classe dos que assim vivem com os olhos voltados para a munificência do governo é extremamente numerosa, e diretamente filha da escravidão, porque ele não consente outra carreira aos brasileiros, havendo abarcado a terra, degradado o trabalho, corrompido o sentimento de altivez pessoal em desprezo por quem trabalha em posição inferior a outro, ou não faz trabalhar. Como a necessidade é irresistível, essa fome de emprego público determina uma progressão constante do nosso orçamento, que a nação, não podendo pagar com a sua renda, paga com o próprio capital necessário à sua subsistência e que, mesmo assim, só é afinal equilibrado por novas dívidas (NABUCO, 2000, p. 129).

Nabuco atribui ao regime escravocrata o surgimento dos que vivem<sup>39</sup> da munificência do governo, pois o regime não apresenta outra função aos brasileiros livres. Reforça que a escravidão degradou o trabalho e gerou o sentimento de desprezo por quem “trabalha em posição inferior a outro”. Mas as pessoas precisam sobreviver e, por isso, ocorre o inchaço da máquina estatal. O Estado que, por sua vez não tem rendas para pagar estes funcionários, acaba por contrair empréstimos para dar conta dos que vivem à custa do tesouro nacional. Para o autor, o fato de o emprego público ser a única fonte de emprego gera uma série de problemas que são assim elencados:

<sup>38</sup> O escravo não era coisa! Sentia, sofria e alegrava-se como qualquer ser humano. Quem insistia em animalizá-lo e assim, controlá-lo eram os senhores de escravos. Entretanto os escravos lutaram para preservar sua cultura e valores, ainda que escondidos na forma de sincretismo religioso.

<sup>39</sup> Alencar apresenta os personagens Vicente e Gomes como funcionários públicos do baixo escalão e contrariamente, ao argumento de Nabuco, ambos aparecem executando as funções para as quais foram contratados.

Além de ser artificial e prematuro, o atual desenvolvimento da classe dos remunerados pelo Tesouro, sendo, como é a cifra da despesa nacional, superior às nossas forças, a escravidão, fechando todas as outras avenidas, como vimos, da indústria, do comércio, da ciência, das letras, criou em torno desse exército ativo uma reserva de pretendentes, cujo número realmente não se pode contar, e que, com exceção dos que estão consumindo, ociosamente, as fortunas que herdaram e dos que estão explorando a escravidão com alma do proprietário de homens, pode calcular-se, quase exatamente, pelo recenseamento dos que sabem ler e escrever. Num tempo em que o servilismo e a adulação são a escada pela qual se sobe, e a independência e o caráter a escada pela qual se desce; em que a inveja é uma paixão dominante; em que não há outras regras de promoção, nem provas de suficiência, senão o empenho do patronato; quando ninguém, que não se faça lembrar, é chamado para coisa alguma, e a injustiça é ressentida apenas pelo próprio ofendido: os empregados públicos são os servos da gleba do governo; vivem com suas famílias em terras do Estado, sujeitos a uma evicção sem aviso, que equivale à fome, numa dependência da qual só para os fortes não resulta a quebra do caráter. Em cada um dos sintomas característicos da séria hipertrofia do funcionalismo, como ela se apresenta no Brasil, quem tenha estudado a escravidão reconhece logo um dos seus efeitos. Podemos nós, porém, ter a consolação de que abatendo as diversas profissões, reduzindo a nação ao proletariado, a escravidão todavia conseguiu fazer do senhores, da lavoura, uma classe superior, pelo menos rica, e, mais do que isso, educada, patriótica, digna de representar o país intelectual e moralmente (NABUCO. 2000, p. 129-130).

Além das funções mais simples coletadas por Vitorino (2002), restavam poucas atividades para os jovens que estudaram e que na sua maioria eram de famílias com poucas posses. Como não havia empregos disponíveis para sua inserção na sociedade, os administradores acabavam por criar vagas no serviço público<sup>40</sup> para a colocação desses indivíduos. Nabuco (2000) tece crítica mordaz aos apadrinhados que não estavam no governo para trabalhar dizendo que: “a adulação e o servilismo são a escada pela qual se sobe” nos empregos públicos.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar que muitos empregados públicos eram convidados a trabalhar no serviço público por seu mérito pessoal e não só por terem um padrinho. É o caso de Alencar que, assim como, muitos literatos no século XIX, a despeito de seu talento como escritores, não conseguiam sobreviver apenas com a venda de suas obras, pois o mercado leitor era formado principalmente por leitoras das classes mais abastadas, mas não eram muitas. Fato que fez com que vários escritores nacionais dependessem de empregos públicos ou fossem subsidiados por pessoas com poder econômico, que no caso brasileiro, em geral eram produtores de cana e café e, conseqüentemente, dependentes de mão-de-obra escrava.

Em sua crítica, Nabuco não menciona que a necessidade de empregos públicos decorria do fato de que o Brasil não era um país industrializado e, sim, agrário, fato que

---

<sup>40</sup> O primeiro documento a regular a contratação de funcionários públicos no país foi o decreto-lei 1713/39. Anteriormente as contratações ocorriam por convite, o que não implica que os servidores não fossem capacitados para a função como muitas vezes se afirma.

implicava em um número reduzido de empregos, o que colocou o funcionalismo público, como quase a única saída para o desemprego dos homens livres que não trabalhavam na lavoura.

### 3 EMBASAMENTO TEÓRICO: LINGUAGEM E LITERATURA

Este capítulo dedica-se a uma breve exposição de pressupostos teórico-metodológicos fundamentais para a compreensão da linguagem e de sua natureza social a partir da concepção de Bakhtin e do Círculo. O Círculo se constitui por um grupo de pesquisadores oriundos de diversas áreas ligadas à linguagem, sendo o filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin, o principal nome deste grupo.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu em 17 de novembro de 1895 na localidade de Orel, localizada 350 quilômetros ao sul de Moscou. Graduou-se em filologia e história aos 23 anos pela Universidade de São Petersburgo. A partir dessa época iniciou seus encontros para discutir linguagem, arte e literatura com intelectuais de formação variada como o linguista Valentin Voloshínov (1895-1936) e o teórico literário Pavel Medvedev (1891-1938), entre outros. Bakhtin publicou poucas obras durante a vida, entre elas, *Problemas da Poética de Dostoiévski* (1929). Os membros do Círculo foram perseguidos durante o regime stalinista e várias obras de Bakhtin foram assinadas por outros membros do Círculo devido a perseguições, o que fez com que a autoria de algumas obras seja discutida até os dias atuais. Bakhtin ficou exilado durante seis anos, numa prisão no Cazaquistão e ao sair da prisão conclui sua tese de doutorado intitulada *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento - o contexto de François Rabelais*. Falecido em 1975, vítima de inflamação aguda nos ossos, Bakhtin contribuiu para o estudo da linguagem humana em especial na obra *Marxismo e filosofia da Linguagem* escrita juntamente com Valentin Voloshínov.

Bakhtin e o Círculo não se isolaram em suas ideias, ao contrário, dialogaram com as correntes teóricas de seu tempo. Das teorias de Karl Marx (1818-1883), o grupo aproveitou a noção de vida vivida. Bakhtin escreveu sobre literatura, filosofia, história, antropologia e filosofia a partir da inspiração marxista, do estruturalismo, da crítica religiosa, da semiótica. A produção vasta e variada de Bakhtin foi possível graças à participação e colaboração dos companheiros do Círculo.

Para Bakhtin, a língua não se encaixava em um sistema isolado. O grupo enxergava a linguagem como um constante processo de interação mediado pelo diálogo, e não como um sistema autônomo. Segundo Bakhtin, a língua materna é aprendida na comunicação com as pessoas que estão ao nosso redor:

A língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não os conhecemos por meio dos dicionários ou manuais de gramática, mas sim graças aos enunciados

concretos que ouvimos e que reproduzimos na comunicação discursiva efetiva com as pessoas que nos rodeiam (BAKHTIN, 2011, p. 282-283).

Os princípios e conceitos desenvolvidos por esses pesquisadores são essenciais para a análise a ser desenvolvida neste estudo e serão aprofundados nas seções seguintes.

### 3.1 A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM EM BAKHTIN E O CÍRCULO

O diálogo é sempre pautado na relação passado-presente e o presente possui suas raízes no passado de onde frui o que considera necessário ou importante para sua construção e o lança em direção ao futuro. O ser humano em eterna construção ao estruturar o presente se apropria do já vivido e lhe dá novas versões. A reflexão sobre o presente leva à percepção de sua conexão com o passado, aprendendo com ele ou repetindo-o. O conceito de diálogo é caro a nossa interpretação por estar na base do pensamento bakhtiniano. Para esse autor, as palavras isoladas não são capazes de expressar essa relação dialógica, elas adquirem significado no enunciado e esses respondem a alguém, ou antecipam a resposta a um possível interlocutor. Desse modo, as palavras interligam passado, presente e futuro. Para Bakhtin/Voloshínov:

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 117).

A palavra lançada em direção ao outro constitui o enunciado, que é o objeto de estudo da ADD. Para os autores, a coletividade é constituída por vários grupos, e cada um deles resignificará os signos a partir de suas vivências particulares, de suas idiosincrasias de forma que as palavras podem adquirir significados novos a cada vez que são pronunciadas. Entretanto, as palavras ao serem ditas não são neutras, ao serem ditas estão carregadas da ideologia de quem as coloca em circulação. A palavra só é neutra no dicionário, ao passar para o uso corrente, adquire conotação ideológica. Para Bakhtin/Volochínov, as mudanças

ocorridas na infraestrutura<sup>41</sup> irão influenciar as esferas ideológicas (superestruturas<sup>42</sup>). A linguagem está tanto na infra quanto no âmbito superestrutural, pois acompanha o homem em toda a sua ação. Não há dicotomia entre a vida material e a imaterial, ou seja, da palavra. Há conexão, pois os homens escrevem, falam, encenam sobre o que fazem.

Para Bakhtin, “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da palavra” (2011, p. 261). Como vimos anteriormente, o ser humano desenvolve a linguagem para comunicar-se com os demais. E a comunicação, para Bakhtin vai além das palavras, ela se dá no enunciado. A “língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (2011, p. 265). Existe uma clara relação entre a língua e a vida para Bakhtin, não sendo a língua algo abstrato, ao contrário, ela se dá no concreto da existência, na dialogia entre os sujeitos.

### 3.2 O SIGNO IDEOLÓGICO NOS ESTUDOS DE BAKHTIN E DO CÍRCULO

Uma das ideias centrais para entender o pensamento Bakhtiniano é o conceito de ideologia. Para Bakhtin/Volochínov, tudo que é ideológico é um signo, e é assim por eles descrito:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 31).

A ideologia permeia as estruturas, mas não é algo material. Ela faz parte do social e por estar presente no ser humano aparece nas suas interações em sociedade. Cada grupo social

---

<sup>41</sup> Os signos ideológicos se formam a partir da realidade concreta (infraestrutura) de onde parte o processo de comunicação. É na relação da infraestrutura com a superestrutura que os indivíduos (sujeitos) vivenciam a sua história através da linguagem. Não há uma separação nítida entre estrutura e superestrutura, estamos sempre numa região limítrofe entre as duas realidades. O objeto da infraestrutura se converte em signo na superestrutura, ao absorver a ideologia (sistema de valores) de um determinado grupo.

<sup>42</sup> A noção de superestrutura abarca todo o sistema social-ideológico constituído por uma sociedade. Segundo Bakhtin (2009), a palavra, ou signo ideológico, é o lugar onde se materializa a superestrutura. A superestrutura é composta pela ciência, a cultura, a religião, a educação e a mídia, entre outros, que formam seus tipos relativamente estáveis de signos ideológicos. Os signos estes que se constituem na relação dialógica entre infraestrutura e superestrutura.

traz arraigado em si mesmo uma ideologia que vem sendo defendida pelo mesmo e que pode sofrer modificações quando submetida a algum conflito em sociedade. Justamente por haver ideologias diferentes ocorrem divergências na sociedade. A cada embate ideológico, cada ser humano pode decidir o que fazer e esse novo fazer será carregado de ideologia. De acordo com Bakhtin, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos [...] É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 41). E por que a palavra como indicador? Por que ela atravessa os tempos e traz em seu bojo os sentidos que lhe foram dados pelos homens em sua transição de uma época a outra, o ideológico que socialmente impregna cada enunciação.

Para nossos autores, alguns conceitos são fundamentais para explicar a sociedade: a infraestrutura e a superestrutura, a polifonia<sup>43</sup> e a dialética. Na infraestrutura ocorre a existência material, ou seja, o trabalho e os desenvolvimentos técnicos, a luta pela sobrevivência. Todavia, essa divisão é apenas didática, pois simultaneamente a essa vida material, ocorre a vida da linguagem e do pensar. Não há divisão e influência de mão única como percebida por um marxismo mecanicista que prioriza o econômico. Há interpenetração dos dois âmbitos. As mudanças na linguagem advêm da vida material, mas também modificam a vida material. Há sempre uma relação recíproca e de embate.

À ADD de Bakhtin interessa o enunciado e sua compreensão na totalidade e não as palavras isoladas. Um enunciado responde ou antecipa uma resposta a alguém, num processo dialógico. O discurso que proferimos não é nosso no sentido de ser original, ele está carregado da palavra alheia. Somos sujeitos situados historicamente e imersos em contextos sociais ideologicamente impregnados. Qualquer discurso contém marcas de outros, que são reorganizados pelo sujeito em dialogia com os demais na forma de discurso direto, indireto ou indireto livre. Alencar, nosso autor, dialoga com as vozes de seu tempo ao se pronunciar via teatro sobre a escravidão, o homem livre, o trabalho, a condição feminina e da família. Coloca na peça vozes circulantes e as organiza sob uma certa visão de mundo.

Quando nos aprofundamos no estudo dos enunciados, mergulhamos no universo da palavra de outrem e por meio da análise procura-se entender como o outro percebe e nomeia o mundo. Bakhtin/Volochínov refletem sobre o tema quando estudam o dialogismo e não há

---

<sup>43</sup> O russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) criou uma das categorias mais importantes para o estudo da literatura das últimas décadas do século 20, que se constitui na polifonia. Por polifonia entende a estrutura romanesca, especificamente a de alguns autores com Dostoiévski, em cujas obras às vozes sociais ali plasmadas nas enunciações dos personagens obedecem a uma perspectiva horizontal, ou seja, não há hierarquia entre elas. Povoam o romance de modo a encetar um grande diálogo.



dialogismo sem posicionamento ideológico dos sujeitos. O local da enunciação é sempre um determinado mirante social, carregado de sentidos e significados que transparecem em nosso falar. O ser humano vai se impregnando de ideologias a partir de “um processo de escolhas e de assimilação das palavras de outrem” (BAKHTIN, 2002, p. 142).

A palavra de outrem está relacionada às “bases da nossa atitude ideológica em relação ao mundo e (às bases de) nosso comportamento” (BAKHTIN, 2002, p. 142). A realidade material para o processo comunicativo é a língua e esta está carregada de ideologia. A nosso ver, os autores advogam que não há nenhum processo neutro, e sim que a intencionalidade permeia todas as relações humanas. O signo possui caráter dialético e dialógico e se constitui, segundo os autores, numa arena de luta de classes na qual se revestirá das características do contexto social e do embate discursivo em que se fizer presente.

O diálogo é a ponta do *iceberg* comunicativo no qual o enunciado é a parte visível do mesmo, que traz em si o contexto social imediato e também uma sequência comunicativa que se enriquece de nuances ao longo da história da humanidade. As palavras (signos) são as mesmas, mas seus sentidos se renovam a cada uso, trazendo informações e significações novas aos participantes do embate dialógico. O interessante desse embate é que nele não há vencedores e vencidos e sim, homens em busca de si mesmos, de uma palavra original que se faz na repetição do já conhecido, mas ao mesmo tempo novo em cada falar. Ou nas palavras de nossos autores: “no homem sempre há algo, algo que só ele mesmo pode descobrir no ato livre da autoconsciência e do discurso, algo que não está sujeito a uma definição à revelia, exteriorizante” (BAKHTIN, 1981, p. 49). Alencar, embora agregue vozes tanto abolicionistas quanto escravocratas de seu tempo, possui uma posição específica no diálogo. Há uma visão de mundo alencariana na peça em estudo e que não pode ser transferida para qualquer outro autor. Na concepção do Círculo, isso vem a ser a intersubjetividade, ou seja, não oblitera o sujeito, mas o percebe em ação em meio a outros sujeitos.

Na criação literária, objeto de nosso *corpus*, pode-se observar com mais clareza a renovação eterna do já dito, nos personagens que enunciam “refrações diversas do discurso de outrem” (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 2009, p. 27), que ali podem ser uma denúncia à escravidão. A palavra, produto ideológico, reflete e refrata a realidade ao nos trazer a realidade em si, mas também refrata ao trazer tudo que cada ser humano quer com ela dizer no seu falar.

Foucault (2014) é preciso ao nos destacar a força que o discurso carrega em si:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo rapidamente sua ligação com o desejo e o poder. (...) O

discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10).

É no discurso que se diz o que é a sociedade humana, ou, como afirma Foucault (2014): “as lutas ou os sistemas de dominação”. Mas acima de tudo é no discurso que ocorre o processo de empoderamento de todo ser humano, que nele se afirma construindo ou desconstruindo imagens sobre si ou sobre os outros. A palavra, segundo Bakhtin/Voloshínov, é ubíqua e:

penetra literalmente em todas as relações entre os indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV 2009, p. 42).

O poder de penetração da palavra (discurso) faz com que seja o veículo que comunica toda a ideologia que permeia a sociedade e o faz nas relações dialógicas que se constroem entre os diversos indivíduos. As palavras (signos) e seus significados permitem a comunicação de consciências, ou seja, na palavra o que é interior se exterioriza. Lembrando que de acordo com Bakhtin/Voloshínov (2014, p. 35), “a criação ideológica é ato material e social. O ideológico tem seu lugar no material social dos signos criados pelo homem. O signo é o meio de comunicação entre indivíduos organizados (socialmente)”, sendo a palavra a manifestação de toda e qualquer ideologia. Para Bakhtin/Voloshínov (2014, p. 42), “A palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”. O universo humano está em constante construção e essa é comunicada também pela palavra.

É necessário salientar que para os autores:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação dessas formas ocasiona uma modificação do signo (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 45).

Para eles: “Todo signo ideológico, e portanto também signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinado”(2014, p. 45). A análise do *corpus* desta pesquisa será feita no capítulo 5, a partir da compreensão acerca da

linguagem<sup>44</sup> apresentada por Bakhtin e o Círculo. Entretanto, antes será apresentado um breve panorama da vida e obra de Alencar para que se possa resgatar parte da produção deste brilhante escritor brasileiro.

---

<sup>44</sup> Bakhtin e o Círculo não se preocupam em utilizar termos excludentes para o ato discursivo. Ora se utilizam de voz, ora linguagem. Mais adiante destacam a enunciação e a língua. Não há preocupação com precisão dos termos. O que importa é frisar a natureza dialógica e social dos atos discursivos. O discurso está na vida e remete a outros discursos em uma corrente ininterrupta de comunicação. Desse modo, não precisamos os termos, seguindo a obra do Círculo.

## 4 JOSÉ DE ALENCAR: VIDA E OBRA

José Martiniano de Alencar foi um dos maiores escritores brasileiros do século XIX, além de um legítimo representante de sua época. Para analisar sua relação com a literatura e a vida na corte acreditamos que a breve biografia a seguir pode ajudar na compreensão deste autor.

### 4.1 VIDA E OBRA

José Martiniano de Alencar nasce em 1829, na localidade de Messejana próxima a Fortaleza, no Ceará. Seus pais eram o senador José Martiniano de Alencar e Ana Josefina de Alencar. A família muda-se para a Corte quando o jovem Alencar tem 10 anos. Após Alencar concluir seus estudos secundários, ele se transfere para São Paulo onde começa a cursar a Faculdade de Direito. No meio do curso, resolve estudar na Faculdade de Olinda, que em sua opinião possuía uma rica biblioteca, entretanto, após um ano na cidade, seu pai adoece e Alencar decide voltar à faculdade de São Paulo que era mais próxima do Rio de Janeiro e facilitaria suas visitas à família. Ao término da faculdade, retorna à Corte e trabalha exclusivamente como advogado até 1854. Sua carreira ligada às letras iniciou-se aos 25 anos quando começa a escrever para o *Correio Mercantil*. O trabalho no jornal oportunizou o despontar do grande jornalista, romancista, dramaturgo que buscou construir um ideário de nação e que conviveu com o parlamentar a partir de 1860. A fragilidade dos pulmões adquirida na juventude se agrava ao ponto de levar Alencar a vender seus bens e, em 1876, partir com a família para a Europa para tratar de sua saúde em uma temporada de dois anos. Estando lá, visita Londres, Paris e Lisboa. As cidades visitadas por Alencar não correspondem à imagem que o autor tinha delas por meio de certa literatura, fica decepcionado com o ar devastado pelas indústrias em Londres e as ruas cheias de prostitutas em Paris. O autor confessa que não conseguiu escrever uma só linha na Europa e como sua saúde não melhorou, depois de seis meses, retorna ao Brasil, vindo a falecer, vítima de tuberculose em 1877, aos 48 anos na capital do império brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro que acompanhou seus sucessos e fracassos.

Alencar começou sua ação em prol do ainda incipiente teatro brasileiro em sua seção de crônicas semanais *Ao correr da pena* nas quais comentava o cenário do teatro e se viu na necessidade de convocar os demais escritores brasileiros para se unirem numa cruzada em prol da criação de um genuíno teatro nacional. Durante sua vida, o autor obteve sucessos e fracassos em suas obras, mas também apresentou desde cedo seu pendor para a polêmica.

O caráter polêmico de Alencar será uma de suas marcas ao lado do grande talento para a literatura e a política. A estréia de Alencar no mundo das polêmicas se deu com a crítica que o mesmo fez a poema de Gonçalves Magalhães, *Confederação dos Tamoios*, alegando, nas cartas<sup>45</sup> publicadas no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, que a obra não é a grande epopeia brasileira. Para sustentar sua posição, o próprio Alencar escreve e publica em 1857, a obra *O Guarani* que segundo ele, cumpre o papel que não havia sido alcançado por Magalhães.

Alencar no texto *Benção Paterna* (1872) afirma que:

A literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização? (ALENCAR, s/d, p. 10).

Nesse texto que é o prefácio à obra *Sonhos D'Ouro* (1872), o autor apresenta o período orgânico de suas obras dividido em três fases. A fase inicial chamada primitiva, em que apresenta “as lendas e mitos da terra selvagem e conquistas; as tradições que embalaram a infância do povo” (1872, p.11). A segunda fase é o período histórico, no qual se “representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos eflúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de um solo esplêndido” (1872, p. 11). Já a terceira fase é considerada por ele, “a infância de nossa literatura, começada com a independência política” (1872, p. 11).

Alencar, apesar das muitas polêmicas nas quais se envolveu, é conhecido como um grande romancista brasileiro. Ele procurou criar uma identidade nacional em seus romances indianistas *Iracema* (1865), *O Guarani* (1857) e, *Ubirajara* (1874). Os romances regionalistas *O Sertanejo* (1875), *O Gaúcho* (1870), *Til* (1872) e *O Tronco de Ipê* (1871) colaboraram na tarefa. Alencar também escreveu vários romances que abordam a vida urbana, os chamados romances urbanos: *Cinco minutos* (1856), *A Viuvinha* (1857), *Lucíola* (1862), *Diva* (1864), *Senhora* (1875), *Encarnação* (1877). Dos romances urbanos: *Lucíola*, *Diva* e *Senhora* fazem

---

<sup>45</sup> Essas cartas são assinadas com o pseudônimo de Ig e posteriormente serão reunidas com o título de *As Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (1856).

parte dos perfis de mulher trabalhados pelo autor. Escreveu, ainda, os romances *Alfarrábios* (1873), *Sonhos d'Ouro* (1872) e, *As minas de Prata* (1865, 1866).

Segundo Ricupero (2004, p.12), as posturas próximas ao nacionalismo surgem durante o período renascentista e também no momento em que se dá a reforma protestante. Porém, o nacionalismo irá aparecer de fato no século XVIII. No século XVIII, acentuaram-se as lutas pela independência das colônias americanas, grandemente influenciadas pelas ideias da Revolução Francesa. A identidade da nação é uma construção político-cultural que se complementa nas relações sociais por meio das ideologias das elites dominantes. As nações americanas possuem um caráter artificial, pois diferente das nações europeias, são resultados do trabalho realizado pelas elites políticas e suas instituições. Para Hobsbawn:

não há muita dúvida de que as nações americanas são o produto da engenharia institucional de suas elites políticas e não o reflexo de um passado imemorial. Ao contrário, na falta desse passado, foi preciso procurar inspiração no futuro para a nação, que passou a ser entendida, em grande parte como projeto. A nação do Brasil e, de maneira geral, na América, só se torna, portanto, uma possibilidade depois da independência (HOBSBAWN, 1990, p. 26-27).

Hobsbawn, juntamente com Gellner, ao enfatizar o elemento artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações, fornecem-nos as bases para entender porque é necessário criar uma identidade nacional para o Brasil, uma vez que não temos um “passado imemorial” conhecido. Na história dos países jovens, observa-se que são o nacionalismo e o Estado que formam as nações. Segundo Hobsbawn:

a nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade (HOBSBAWN, 1990, p. 19).

Alencar se preocupa em auxiliar a criar uma identidade nacional e escreve sobre o Brasil. Sua obra busca retratar os vários segmentos e etnias que formaram o Brasil. Na peça em questão, Alencar formaliza a escravidão e o homem livre em embate o que também constituiu a nação brasileira.

A obra de Alencar é composta de romances, discursos, textos jornalísticos e também peças de teatro. Mas as obras dele como dramaturgo de grande destaque na segunda metade do século XIX, marcada por sucessos, fracassos e controvérsias são pouco conhecidas pelo grande público. O escritor iniciou o teatro realista no Brasil e, escreveu peças de teatro como

*O Crédito* (1857), *Verso e Reverso* (1857), *O Demônio Familiar* (1857), *As Asas de um Anjo* (1858) e *Mãe* (1860), *A Expição* (1867) e *O Jesuíta* (1875). As peças *O Demônio Familiar* e *Mãe* tratam também, entre outros temas, da escravidão doméstica, buscando apresentar os problemas e as consequências da mesma para as famílias que se constituem na segunda metade do século XIX.

Além de escritor, ele exerceu as funções de advogado e político. Entre seus escritos não ficcionais figuram os comentários favoráveis ao trabalho escravo em escritos posteriores a publicação da peça, como *Ao imperador: cartas políticas de Erasmo* e *Novas cartas políticas de Erasmo* (1865) nos quais defende a escravidão como “fato social necessário”. Na obra *Sistema Representativo* (1866), o autor propõe uma profunda reforma eleitoral que fortalecesse os partidos. O livro *Ao Correr da Pena* (1874), reúne crônicas semanais publicadas no *Correio Mercantil*, de 3 de setembro de 1854 a 8 de julho de 1855, e no *Diário do Rio*, de 7 de outubro de 1855 a 25 de novembro de 1855, ambos os jornais do Rio de Janeiro. Em *Como e porque sou Romancista*, escrito em 1873 e publicado postumamente em 1883, o Alencar apresenta sua autobiografia intelectual. O autor, em sua vasta e variada produção, escreveu romances, peças teatrais, crônicas, críticas literárias, poesias, pareceres jurídicos, projetos de lei, entre outros

Alencar apontou os problemas da escravidão urbana em peças como *Mãe* (1860) e *O Demônio Familiar* (1857). Diferente do escritor, o político<sup>46</sup> Alencar, posicionou-se contra leis que poderiam dar liberdade aos escravos, o que lhe valeu a pecha de escravocrata. Seus críticos buscaram acentuar o caráter abolicionista de algumas de suas obras. De acordo com Prado (1987), Magaldi (2001) e Aguiar (1984), as peças retratam a escravidão na ótica do senhor sobre a escravidão. Já para Machado de Assis (1860), a peça *Mãe*, é um verdadeiro libelo anti-escravocrata.

A maioria dos estudiosos parece esquecer-se do universo do favor que predomina no país no século XIX e de que Alencar depende economicamente da classe que tem a escravidão como base da atividade econômica, que todo discurso é datado e que não pode dizer além do que lhe é permitido pelas circunstâncias em que é proferido. De forma que, enquanto literato pode expressar o que não é permitido pela posição política em que se encontrava. Alencar é homem de seu tempo e em seu tempo havia discursos contra e a favor da escravidão. A dupla face de sua obra demonstra que o autor era falado pelas vozes da época. A contradição em ser

---

<sup>46</sup> Não defendemos a contradição presente no autor, mas nos parece que sua posição, ilustra que o debate entre escravismo e abolição convivia, inclusive, na mesma pessoa, da mesma forma como também ocorria na sociedade.

escravista e abolicionista acompanhava a muitos intelectuais, que ora movidos por um discurso econômico defendiam a permanência da instituição ora eram abolicionistas influenciados por vozes religiosas, culturais que pedem a liberação dos escravos. Essa tensão na obra de Alencar é a reflexão e a refração discursiva de que nos lembra o Círculo Russo.

## 4.2 O TEATRO REALISTA

O teatro foi utilizado pelos jesuítas, no Brasil, na época do Quinhentismo, no processo de catequização dos indígenas, apenas como recurso didático e pedagógico, não tendo intenção artística, cenário ou atores profissionais envolvidos no processo. A atividade teatral só veio a desenvolver-se a partir do século XIX, quando a corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro e trouxe novas necessidades ao cenário cultural. Entre as novidades trazidas pela modernização encontram-se: a imprensa nacional, a abertura de bibliotecas, academias literárias, científicas e filosóficas, e construção de teatros. No teatro, inicialmente destaca-se a comédia de costumes produzida por Martins Pena.

Enquanto era jornalista no *Correio Mercantil* e a partir de 1855, no *Diário do Rio de Janeiro*, Alencar publicou críticas de teatro e vários de seus romances na forma de folhetins. Partindo de seu conhecimento como crítico de teatro, ele acredita que havia necessidade de se criar um teatro brasileiro, que deveria ser realista e nacional, e não mera reprodução dos modelos vindos da Europa, como acontecia com as peças em cartaz. O teatro realista deveria tratar dos problemas do país, ou nas palavras de Alencar, no texto “A comédia brasileira” (1857), o teatro deveria fornecer “a reprodução exata e natural dos costumes de uma época”. Assim, entre outros temas, o autor faz conviver em cena os valores da burguesia e problemas nacionais, como a escravidão. Para Faria (2009), a nacionalização do teatro se deu por meio dos tipos, da paisagem urbana e dos assuntos levados ao palco. O teatro por ele produzido é uma arte edificante e educativa que visa colaborar com o aprimoramento moral da vida em família e na sociedade.

O teatro realista busca a reflexão sobre temas sociais, tendo por base o real, ou o que se podia perceber pelos sentidos, com observação e comprovação, fugindo das abstrações. Entre suas características encontramos: fatos contemporâneos, localização precisa do ambiente e descrição de costumes; a linguagem coloquial, familiar e regional e a excessiva



objetividade na descrição e análise dos personagens. De acordo com Castro (2011, s/p), as temáticas eram abordadas de forma a ressaltar a superioridade dos valores éticos da burguesia, como o trabalho, a honestidade, o casamento e a família, a prostituição e até mesmo a escravidão atendendo seu caráter educativo e moralizante.

A partir de outubro 1855, o chamado Ginásio Dramático começa a representar o chamado teatro realista, iniciando um novo período na vida teatral da Corte. O Realismo transformou a atividade teatral no Rio de Janeiro, apresentando uma nova maneira de escrever interpretar e encenar peças. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) produziu 15 peças, e é considerado um dos principais autores do Teatro Realista Brasileiro da 1ª fase (1855-1884), apesar de não pertencer ao romantismo ou realismo, e escrever segundo a ocasião. José de Alencar (1829-1877), na peça *Verso e Reverso* (1857), buscou criar uma situação cômica sem os recursos costumeiros da farsa, tradição iniciada por Martins Pena. Entretanto, a pretensão de Alencar da alta comédia, aliada a lição moral, que educasse ao público, foi atingida com a peça *O Demônio familiar*, ao romper com o romantismo teatral e iniciar uma dramaturgia voltada para os problemas sociais. Segundo Lopes:

O teatro fluminense do século XIX teve imensa dificuldade de lidar com a questão do cativo e mesmo com a própria figura do negro. José de Alencar foi uma exceção, tendo dado espaço extraordinário à escravidão, assunto central de duas de suas melhores peças – *O demônio familiar*, de 1857, e *Mãe*, de 1860 (LOPES, 2010, p. 87).

Segundo Borges (2016), o dramaturgo Alencar faz parte de uma geração de criadores que de 1850 a 1865 buscou:

um repertório de textos de dramaturgia com pensamento nacional, marcado com a chamada “cor local”, isto é, por problemas e assuntos com as tonalidades brasileiros, para ser levado à cena nos teatros da cidade, que eram tomados pelas peças românticas francesas, e assim realizar uma “outra independência”, para além daquela do sete de setembro (BORGES, 2016, p. 32).

Para tanto, Alencar escreveu nove peças entre comédias, dramas e uma ópera. Borges (2016) acentua que as peças alencarianas foram “consideradas como que marcadas pela perspectiva estética realista, que ele introduzia no país”. No artigo “A comédia brasileira” ou “Como e porque sou dramaturgo”, escrito em fins de 1857, Alencar reflete sobre seu percurso enquanto autor teatral, e avalia a atuação de Martins Pena e Joaquim Manuel de Macedo na literatura dramática do país e reafirma a necessidade da criação de um teatro nacional, que se distanciasse da tragédia e da farsa que tanto agradavam aos frequentadores do teatro da época. O teatro nacional deveria voltar-se para a tarefa de “edificar a nação e educar o povo, sendo

pensada como “escola de costumes”, logo sendo instrumento político e pedagógico”. Segundo Borges (2016), “o ensaio “A comédia brasileira” é um texto-programa da produção teatral alencariana, no qual o dramaturgo posiciona-se ante a tradição e estabelece uma perspectiva de atuação diferente nesse campo atravessado por relações de forças variadas”.

Já para Galante (1960), o limite e o distanciamento do teatro do Rio de Janeiro em relação às correntes experimentais da Europa foram o Romantismo e as tentativas de Realismo. Para elucidar como o teatro era visto na época, ele transcreve o comentário de Alencar, quando da edição de seu drama *O Jesuíta*:

As mágicas e os espalhafatos que se dão na cena fluminense são um esboço do teatro brasileiro, de que sem eles não existiria nem vestígios. Em vez de desacreditá-los, devemos animá-los; e fique à boa sociedade o vexame de seu atraso. O povo tem um teatro brasileiro; a alta classe frequenta os estrangeiros (GALANTE, 1960).

Santos (1956), no livro *Lições Dramáticas*, João Caetano, afirma que: o “teatro, bem organizado e bem dirigido, deve ser um verdadeiro modelo de educação, capaz de inspirar na mocidade o patriotismo, a moralidade, os bons costumes (SANTOS, 1956, p. 7). Para Machado de Assis, o repertório do Teatro Ginásio Dramático, “nas décadas de 50 e 60 do século XIX tratava de questões morais, do posicionamento do homem frente à tentação do vício, e da necessidade do equilíbrio e da razão para pôr em prática o princípio de correção e de obediência às leis da sociedade e da igreja” (ASSIS, 1997, apud VENTURA, 2015, p. 31). Ainda segundo ele, “a iniciativa em arte dramática não se limita ao estreito círculo do tablado – vai além da rampa, vai ao povo. As platéias estão aqui perfeitamente educadas? A resposta é negativa [...]. A iniciativa pois deve ter uma única mira: a educação” (ASSIS, 1997, p 790).

A escolha de uma peça de teatro para apresentar a temática da escravidão é pertinente dentro das características do teatro realista. Através dela pode expressar a realidade que se observa na corte brasileira. A população brasileira do século XIX era quase toda analfabeta, e assim, o teatro poderia contribuir para a formação da mentalidade da sociedade que surgia na corte imperial, na cidade do Rio de Janeiro e que freqüentava o teatro.

De acordo com Fanini (1997), analisando o romance *Lucíola* de Alencar: “Os acontecimentos, as personagens, suas ações e os discursos pelos quais se expressam constroem um painel bastante verossímil da sociedade brasileira de meados do século XIX”. A literatura produzida no período corroborou para a complementação do painel social do século XIX.

Um discurso emerge quando as condições de sua enunciação o permitem. Alencar apresenta a questão do trabalho em seus romances e peças teatrais, através de personagens que

trabalham como médicos, advogados, jornalistas, funcionários públicos, cocheiros, bordadeiras, doceiras, costureiras, ferreiros, entre outros.

Alencar tinha muitos sonhos para o país: entre eles, o de criar um teatro nacional. Por ser realista seu teatro não pode furtar-se em levar a escravidão para o palco, como parte da realidade do Brasil imperial. O texto literário é um bom exemplo para se pensar a presença de um discurso no interior de outro, como nos ensina Bakhtin, pois no momento em que um enunciado se produz, ele responde a outro enunciado anterior ou antecipa uma resposta a algo ou alguém. No embate dialógico, faz-se presente a luta de classes na qual não há neutralidade. A protagonista Joana trabalha, estafa-se e morre na luta social que trava. Sua presença no palco atesta o que acontecia fora do palco em que milhões de escravos trabalharam e morreram para construir o Brasil. A dramaturgia realista é a arena do embate ideológico a partir da qual será pensado o cotidiano social da época e as relações que se estabelecem entre os diversos membros da sociedade. Segundo Prado (2003, p. 80), em nosso país, “um grande autor em particular, encarnou o realismo teatral: José de Alencar”

A peça realista pode ser considerada um documento histórico, pois procura firmemente a verossimilhança. Seu enredo deve ser o mais “real” possível para convencer ao público e retoma as unidades de espaço e tempo. Segundo Botton (2011, p 21), “primeiro, foca-se o enredo teatral no centro da sociedade burguesa, a vida familiar. E, segundo, estabelece-se um propósito edificador, uma tentativa de reproduzir a moral dessa classe social, fixando-a como em uma foto, para melhor examiná-la e corrigi-la”. Apesar de dedicar apenas cerca de cinco anos a escrita de peças, Alencar soube representar a sociedade brasileira com seus conflitos e tragédias no palco. A peça é trágica e dramática, acabando com a morte da protagonista. A morte da personagem Joana representa a morte de muitos escravos, criticando a formação da família brasileira, que possui bases escravas, mas a nega. Teatro realista e crítico.

### 4.3 AS POLÊMICAS

José de Alencar se envolveu em várias polêmicas ao longo de sua curta vida pública, e na maturidade, sofrerá duras críticas do jovem Joaquim Nabuco. A polêmica que se iniciara com a crítica de Nabuco à peça *O Jesuíta* de Alencar, escrita em 1861 e representada pela

primeira vez em 1875, irá estender-se a várias obras de Alencar. Ela será conhecida pelo público através de artigos publicados no jornal *O Globo*, aos domingos por Nabuco e respondido as quintas, por Alencar. Ao tratar da peça *Mãe*, Nabuco acusa o autor de não retratar corretamente a escravidão e de não haver necessidade de matar a personagem Joana, pois o enredo não pedia esse desfecho. Respondendo ao questionamento de Nabuco sobre sua postura a respeito da escravidão, Alencar coloca o dedo na ferida dos muitos jovens que se apresentam no momento como abolicionistas, mas que auferiram a vida inteira do sofrimento imposto aos negros que gerou a fortuna de suas tradicionais famílias. Assim se expressa Alencar (1980) referindo-se a Nabuco, usando toda sua ironia cáustica, humor ferino e notável capacidade de argumentação:

Apesar do empenho em que anda o folhetinista de molestar-me com seus artigos e dos empertigamentos da vaidade mal disciplinada, eu não posso tomar a sério esses rancores infantis e nutrir ressentimentos contra quem me está divertindo (...). o Sr. Nabuco, tão moço ainda, já conta em sua vida, nada menos de dois suicídios literários. (...) A andorinha que fez seu ninho entre os frisos de uma coluna do Partenon, entende porventura de arte? (...) A escravidão é um fato de que todos nós brasileiros assumimos a responsabilidade, pois somos cúmplices nele como cidadãos do Império. Nenhum filho desta terra, por mais adiantadas que sejam suas ideias, tem o direito de eximir-se à solidariedade nacional, atirando ao nome da pátria, como um estigma, os erros comuns (...). O folhetinista nasceu como a geração coeva em um país de escravos, no seio de uma respeitável e ilustre família servida por escravos. Esses lábios purpurinos, que já não podem sem náuseas pronunciar a palavra moleque, talvez sugassem o leite de uma escrava, como aconteceu, não a mim, porém a muitos outros que não lhe cedem no respeito à dignidade humana (ALENCAR, apud COUTINHO, 1980, p. 232, 233 e 235).

Apesar da saúde debilitada, ao ver-se espicaçado, mostrava na agilidade das respostas que o espírito mantinha-se vívido. Enquanto político abriu espaço para muitas críticas ao se posicionar sobre o fim “natural” da escravidão e não por uma lei. Segundo ele, quando o país tivesse condições econômicas para tanto, a escravidão seria abolida por uma “revolução dos costumes”. No pensar do escritor, a população iria gradativamente compreender os males da escravidão e libertaria seus escravos após elevá-los à condição humana. Parecem palavras duras, mas Alencar realmente parecia acreditar que a escravidão seria um estágio necessário ao desenvolvimento dos negros. A sociedade é sustentada por ideologias, e por isso, à época de Alencar, a escravidão ainda era vista pela maioria da população como algo natural e no decorrer da segunda metade do século é que se acirraram as discussões sobre a necessidade e as consequências do término da escravidão no país.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e o fez somente no momento em que não havia mais como sustentá-la. A peça em questão corrobora para que houvesse uma mudança de mentalidade sobre a escravidão. A consciência de que a escravidão era funesta deveria vir também pela cultura e não só por decretos e leis. Prova disso é que até

hoje essa consciência não se instalou por completo. Aboliu-se a escravidão, mas a cultura escravocrata perdura. Alencar tinha razão em boa parte do que pensava, poisurgia uma revolução cultural e ética e não só jurídica e econômica. Passados mais de um século do término da escravidão, os descendentes de escravizados ainda esperam, mas não passivamente, por essa “revolução cultural” que torne a sociedade consciente de que todos, a despeito da cor da pele, são seres humanos e merecem ter sua condição respeitada.

Os conceitos apresentados por Bosi no texto *Literatura e Resistência* (1996) auxiliam em um possível entendimento da posição de Alencar:

A partir do momento em que o romancista molda a personagem, dando-lhe aquele tanto de caráter que lhe confere alguma identidade no interior da trama, todo o esforço da escrita se voltará para conquistar a verdade da expressão. A exigência estética assume, no caso, uma genuína face ética. Escrever bem passa a ser um imperativo moral na medida em que o sentido requer uma rede de signos que o tragam à luz da comunicação (BOSI, 1996, p. 16).

A estética do artista passa a representar sua ética, e segundo nosso entendimento revela o ideal do autor. Alencar, ao demonstrar o amor de Joana ao filho, dota a pessoa escravizada de uma humanidade sem par, indo de encontro a qualquer ideia do escravo-coisa. Coloca no palco a sua heroína que, por amor, sacrifica-se<sup>47</sup>. Jorge, deturpado pelo espírito da escravidão, vende-a para pagar suas dívidas. A escravidão o corrompe. Alencar tem uma escrita de resistência e a ética se torna estética. Ainda segundo Bosi:

Em princípio, a margem de escolha do artista é maior do que a do homem-em-situação, ser amarrado ao cotidiano. Ao contrário da literatura de propaganda - que tem uma única escolha, a de apresentar a mercadoria ou a política oficial sob as espécies da alegoria do bem -, a arte pode escolher tudo quanto a ideologia dominante esquece, evita ou repele. Embora possa partilhar os mesmos valores de outros homens, também engajados na resistência a antivalores, o narrador trabalha a sua matéria de modo peculiar; o que lhe é garantido pelo exercício da fantasia, da memória, das potências expressivas e estilizadores. Não são os valores em si que distinguem um narrador resistente e um militante da mesma ideologia. São os modos próprios de realizar esses valores (BOSI, 1996, p. 16).

Alencar, ao escolher uma mãe escravizada, dá visibilidade ao escravo-sujeito e não ao escravo-coisa. Encenou o que muitos não queriam ver como nos assevera Bosi. Os críticos da obra de Alencar o colocam como escravista por seus discursos parlamentares em defesa da escravidão. Ao procederem assim, esquecem da liberdade do artista ao criar sua obra e exigem que o homem se engaje. Alencar apresenta discursos dispares sobre a escravidão, como vimos. Entretanto, o fato de apresentar uma peça que problematiza a escravidão, faz dele um

---

<sup>47</sup> “Pois meu filho havia de ser escravo como eu?” (ALENCAR, 2016, p. 64).

crítico. Bosi apresenta exemplos de crítica à obra de autores bem conhecidos da literatura universal por seus posicionamentos em determinados momentos de sua carreira:

É o famoso "patrulhamento ideológico" que acaba turvando a visão crítica. Assim fazem liberais e esquerdistas quando julgam e condenam a obra de Ezra Pound, que teve um momento de simpatia por Mussolini. Ou acusam a alienação presente na obra de Borges, que na vida pública foi indulgente com a ditadura sangrenta do general Pinochet (BOSI, 1996, p. 16).

Ao contrário de muitos que criticam Alencar, Machado de Assis em crítica teatral publicada em 29 de março de 1860, elogia a peça *Mãe* como uma das melhores obras de Alencar:

Se ainda fosse inspirar ao povo o horror pela instituição do cativo, cremos que a representação do novo drama do Sr. José Alencar faria mais que todos os discursos que se pudessem proferir no recinto do corpo legislativo, e isso sem que *Mãe* seja um drama demonstrativo e argumentador, mas pela simples impressão que produz no espírito do espectador, como convém a uma obra de arte (ASSIS, apud NETO, 2006, p. 200-201).

A obra de arte é campo de resistência e é na ficção que Alencar pode ser verdadeiramente livre e falar sobre seus ideais para o Brasil, sua nação querida. Da mesma forma que Machado reconhece os méritos da obra de Alencar, Schwarz (2000), afirma que “Nabuco põe o dedo em fraquezas reais, mas para escondê-las; Alencar pelo contrário incide tenazmente, guiado pelo senso da realidade, que o leva a sentir, precisamente aí, o assunto novo e o elemento brasileiro” (SCHWARZ, 2000, p. 40). E é esse senso de realidade apontado por Schwarz que faz com que o teatro de Alencar seja realista ao mostrar o que pertence ao Brasil.

## 5 DISCURSOS SOBRE O TRABALHO NA PEÇA *MÃE* DE JOSE DE ALENCAR

A peça *Mãe* permite que se discuta como se davam as relações entre o trabalho escravo e o trabalho livre na corte imperial no século XIX. A partir de agora, passaremos a analisar os diversos tipos de trabalhadores apresentados por Alencar ao longo da peça, buscando por meio da ADD de Bakhtin entender como se constituem as relações nesta sociedade e o que ela informa sobre as relações entre os diversos grupos sociais.

### 5.1 OS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS

Ao observar-se a situação dos escravizados percebe-se que os mesmos são impedidos ao longo do processo de escravização de realizarem-se como seres humanos. Tentou-se manter os mesmos infantilizados ou animalizados. Mas, isso não vingou, pois nenhum ser humano é despossuído de resistência, consciência e fala, mesmo que essa fala seja proferida de forma clandestina com foi a fala de milhões de escravizados em cativeiro. A situação não mudou muito com o término da escravidão. Os descendentes de escravizados foram mantidos à margem da sociedade pela falta de acesso à educação<sup>48</sup>. Apesar de cidadão apenas na certidão de nascimento, o outrora escravizado resiste, mas ainda não subverteu a ordem social. Embora tenham alcançado algumas conquistas sociais ao longo de mais de um século da abolição, ainda são vítimas de prisões como a falta de acesso ao mercado formal de trabalho, à moradia e à educação superior, mesmo com o sistema de cotas raciais. Para Ianni (2004), as cotas raciais para assegurar o acesso à universidade não são sinal de igualdade e ainda são vistas como atos generosos da classe dominante.

As cotas são uma conquista e uma concessão, uma legitimação de uma sociedade preconceituosa. É contraditório porque a sociedade é contraditória, já que se formos ao fundo nesse problema, veremos que esses negros não tiveram condições de estudar a ponto de não serem classificados nos exames de seleção. Portanto, já vêm de uma condição social com limitação. E, em vez de enfrentarmos o problema na raiz – melhorando as condições sociais de brancos e negros de diferentes níveis sociais – se estabelece a cota. Não se mexe na ordem social que é uma fábrica de

---

<sup>48</sup> O processo de escolarização básica no país começou em meados do século XIX, e o seu crescimento como rede pública de ensino, deu-se nos fins da década de 1970 e início da década de 1980.

preconceitos, mas somente num nível restrito, que é o nível do acesso a certos espaços (IANNI, 2004).

A despeito da visão contraditória apresentada por Ianni, vemos as cotas como um pagamento de dívida social, sim. Óbvio que as estruturas devem ser alteradas, mas as cotas são conquista do negro e que em processo de luta tem se mantido. O problema da exclusão social é de base, ao se melhorar o sistema educacional dá-se direito ao acesso universitário para todos. Não são as leis e decretos que resolverão o problema educacional e sim, a sua aplicação no solo concreto da escola, a partir do momento em que o Estado propicie os recursos necessários a uma educação básica de qualidade prevista na Constituição e dever do Estado. Alencar viu isso lá atrás, ou seja, a educação e a cultura é que podem com força modificar a situação. Não somente leis e decretos não cumpridos.

Na segunda metade do século XIX, intensificou-se a vinda de trabalhadores europeus para o país, de forma que, quando foi decretada a abolição da escravidão no país já havia mão de obra suficiente para substituir os escravos. Até o surgimento da indústria capitalista na segunda metade do século XVIII, acreditava-se que a monocultura escravista era barata, mas a nova indústria mostrou que o escravismo era inviável. Cardoso (1962), em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, afirma que:

O sistema escravocrata por condições inerentes a si mesmo, constituía um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas do modo capitalista de produção. Vemos que a necessidade do fim do escravismo se dava por várias questões, mas as questões de ordem econômica suplantavam as demais (CARDOSO, 1962, p 203).

Enquanto a capacidade produtiva do sistema escravista estava pautada no número de escravos, a produção da indústria capitalista dos países europeus expandia-se cada vez mais com o mesmo capital empregado.

Segundo Marx (2003, p.7), “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; sobre as circunstâncias de suas escolhas, e sim sobre aquelas que se defrontam”. Partindo-se deste pressuposto, podemos entender porque as condições de sobrevivência para os negros foram e ainda são adversas. Como poderiam sobreviver na sociedade capitalista se não possuíam as habilidades que essa ora exigia<sup>49</sup>? Vários países que aboliram a escravidão não prepararam os ex-escravos para o mercado de trabalho que se abria

---

<sup>49</sup> Entretanto, a despeito de discursos que desqualificavam sistematicamente os escravizados, eram eles que realizavam a maioria das atividades laborais no sistema escravocrata, sendo que muitos deles trabalhavam nas pequenas fábricas existentes no país. Então, ao menos estes trabalhadores urbanos estariam preparados para continuar nas atividades que já exerciam, com o diferencial de que após o término da escravidão, estariam na condição de trabalhadores livres.



com o fim da escravidão. A nosso ver, no Brasil, havia outros interesses envolvendo essa exclusão do negro após o término da escravidão, pois, segundo Fausto:

cativos trabalharam nos campos, nos engenhos, nas minas, como criados de servir na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas e de pessoas, de dejetos mal-cheirosos, ou na indústria de construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc. (FAUSTO, 2015, p. 32).

Se haviam realizado todas essas tarefas, por que não poderiam se adaptar às novas exigências do país que começa a se industrializar? Uma das possíveis soluções para essa questão é o interesse em branquear a população muito em voga no final do século XIX. Porém, como as portas foram fechadas a eles, restou para a maioria dos libertos, a exclusão social e a vida na marginalidade tantas vezes criticada, mas para a qual não são estabelecidas políticas públicas de real inclusão dos descendentes de escravo na sociedade. Os ex-escravos tiveram que se adaptar às circunstâncias disponíveis para continuarem sobrevivendo na esperança de que a sonhada liberdade, um dia traga seus benefícios também para eles. Mas continuam a resistir nos terreiros, irmandades, festividades, etc.

Além de serem privados de oportunidades no mercado de trabalho, os recém libertos precisavam libertar-se do estigma de preguiçoso que os acompanhava desde o tempo de escravizados. Segundo Cardoso:

O processo alienador da sociedade escravocrata havia contaminado de tal forma a consciência e o sentido das ações humanas, que o trabalho aparecia como a qualidade anti-humana por excelência, sendo necessário, por isso, que o homem negro se afirmasse primeiro como ocioso, para sentir-se livre e poder recomeçar todo o caminho da lenta e penosa reconstrução de si na sociedade de classes que começava a formar-se (CARDOSO, 1962, p. 279).

O sistema escravocrata havia tentado transformar os escravos em bestas, submetidos a todo tipo de trabalho. Embora escravizados, eles continuaram a resistir no campo cultural, econômico, político e religioso. Como não encontraram espaço no mercado capitalista, foram muitas vezes considerados vagabundos<sup>50</sup>. Mas, a nação esquece-se que o escravizado foi explorado até o limite de suas forças e sonhava com a liberdade de nada fazer ou fazer apenas o necessário para suas necessidades básicas. Ou ainda nas palavras de Furtado:

---

<sup>50</sup> O legislador não pensou no que fazer com os negros após a abolição, e as conseqüências são que, de acordo com Fausto (2015, p. 124), “[...] apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, útil quando subserviente ou perigoso por natureza, ao ser visto como vadio e propenso ao crime”.

O homem formado dentro desse sistema colonial está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. [...] Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação do seu salário acima de suas necessidades [...] determina de imediato a forte preferência pelo ócio (FURTADO, 2009, p. 212).

Tanto Cardoso como Furtado reiteram que o escravizado submetido a duros castigos durante mais de três séculos só deseja uma coisa ao término da escravidão, a possibilidade de não fazer nada, pois a eles foram negados os vínculos familiares que os fariam desejar construir um patrimônio pelo trabalho, com se percebia nos imigrantes europeus. Como esperar que seres explorados e forçados a trabalhar mesmo contra sua vontade adquiram amor ao trabalho? Se for por meio do trabalho que os homens constroem materialmente a sociedade e se constituem enquanto indivíduos, ao menos na fase inicial da abolição, os negros libertos foram excluídos do processo produtivo e, portanto, a eles foi negada a condição de indivíduos. Se eles tivessem trabalho honrado, digno e ontológico, iriam aderir. Como aderir ao trabalho semi-escravo apresentado aos imigrantes europeus? Os próprios imigrantes europeus fizeram dezenas de greves contra o trabalho escravo a que eram submetidos. O negro não queria esse trabalho, pois não obstante sua condição era capaz de perceber que era uma situação de exploração semelhante a que deixara.

Alencar é rico nos detalhes do comportamento de Joana, apresentando-a como a escrava que serve a todos, fornecendo os enunciados que constituíram o objeto de nossa análise. Os enunciados mostram que a escrava aceita o fato de servir a todos como algo natural<sup>51</sup> para uma escravizada. A ajuda da escrava à jovem Elisa é assim expressa: “tu nos serves como se fosse nossa escrava. Varre tudo, espana os trastes, lava a louça e até cozinha o nosso jantar. (...). Muitos senhores não gostam que seus escravos sirvam a pessoas estranhas” (ALENCAR, 2016, p. 14). As palavras de Elisa mostram que todas as tarefas da casa são realizadas por escravizados quando os senhores dispõem de escravos. Quando não possuem escravos, alugam os serviços de um.

Entretanto, Joana não é escrava de Elisa, nem está prestando serviços remunerados. Ela afirma que não custa ajudar, pois tem tempo para isto, pois há pouco que fazer em sua casa e aproveita a oportunidade para reafirmar a bondade de seu senhor<sup>52</sup> e sua condição de escrava: “você não conhece nhonhô? Não sabe como ele é bom? (...) sou escrava, e ele é meu

<sup>51</sup> Lembrando que para Bakhtin/Voloshinov (2014), a palavra é o indicador mais sensível das transformações sociais, mesmo daquelas que não tomaram forma. Em nossa análise, os enunciados de Alencar indicam uma possibilidade de mudança de ideologia do cotidiano no tocante à escravidão urbana, ainda que idealizada na figura de uma mãe que se doa totalmente em prol do filho.

<sup>52</sup> Joana tem interesse no casamento de Jorge com Elisa, e aproveita os momentos em que está com a moça para elogiar o filho e para saber se ela se interessa por ele.

senhor” (ALENCAR, 2016, p. 14-15). A escrava atribui sua disposição para ajudar aos vizinhos, à bondade de seu nhonhô, nada é dela, nem sua generosidade.

Ao pensar no conceito de dialogismo proposto por Bakhtin, podemos reconhecer no discurso submisso de Joana, a fala dos senhores. A ideologia dos senhores aparece introjetada na fala dos escravos após mais de três séculos de escravidão. O escravo naturalizou sua atividade, não vê a mesma como algo extraordinário.

Mesmo quando Jorge chega e agradece a ela pelos cuidados que teve para com ele, a escrava responde: “isso são modos de tratar sua escrava” (ALENCAR, 2016, p. 23). Até quando é elogiada por sua dedicação, a escravizada não se acha merecedora de elogios. Parece-nos que ocorreu uma naturalização por parte da escravizada quanto ao que deve fazer e assim ela não vê méritos em sua dedicação ao jovem senhor. Este comportamento dedicado e sem outro interesse que o bem estar de seu senhor faz com que o autor a compare, na dedicatória da peça, a um diamante que brilha quanto mais escura é a treva, ou, em nosso caso, a cor da pele.

Para Joana, seu querer pelo seu senhor é o comportamento natural para uma escrava: “eu disse que quero bem a meu senhor, como uma escrava pode querer, só” (ALENCAR, 2016, p. 24). A fala de Joana aponta para a contradição do sistema escravocrata. Como uma escrava pode querer bem a seu senhor? A dialogia se estabelece na relação de Joana com Jorge, mesmo que este não saiba que ela é sua mãe. O próprio Jorge declara que não a vê como uma escrava e sim, como uma amiga, e “como poucas”. Alencar deposita em Joana o sentimento de amor e servidão, tão estranho a uma sociedade em que impera o interesse, a corrupção e o egoísmo. Joana ama tal qual um Cristo mítico, sem condições, o que gera estranheza nos críticos da peça. Talvez gostassem de ver em Joana, o interesse, a bajulação, o hedonismo, ou se Joana, como o Cristo, fosse branca, tudo que Alencar descreve sobre ela seria aceito como normal.

Se na relação com o filho, Joana é extremamente respeitosa, também o é na relação com o Dr. Lima. A despeito da insistência do Dr. Lima em tratá-la como uma amiga, a escrava insiste em manter-se em pé ao conversar com ele, recusando-se a sentar a seu lado, o que demonstra que ela está ciente da hierarquia que existe entre livres e escravos. É em cenas como esta e outras que aparece a força do discurso escravocrata internalizado em cada escravo. Joana é dócil, mas isso não impede que ela tenha atitudes e ações, que mesmo limitadas, a distanciem do estereótipo de escravo-objeto, que é visto como sendo despossuído de humanidade, sendo coisa. A escrava reafirma ao Dr. Lima que ela não passa por escrava de Jorge, e sim que ela é “escrava dele” (ALENCAR, 2016, p. 62). A mãe desaparece na escrava

que se desvela para que nada falte a seu senhor. Todavia, a mãe ali também reside, pois o seu amor pelo filho a faz sublimar-se, esquecer-se de si. Seu amor é incondicional.

Na doação total de Joana há uma forte dialogia entre o comportamento dócil e a abnegação pelo outro, tão incomum em nossas relações a ponto de a estranharmos. A literatura não trabalha só com o que existe, mas também com a verossimilhança, ou seja, com o poder ser. Alencar constrói sua escrava de forma realista, e a coloca ciente das consequências de sua afirmação como mãe pode trazer ao filho, por isso ela anula sua condição de mãe para que o filho possa ter lugar na sociedade. A ciência de Joana dos problemas que poderiam advir da revelação de sua condição de mãe, a retira da condição de escravo-coisa. Joana é construída como metáfora de amor infinito capaz de sacrifício extremo pelo filho. Realismo e idealismo ao mesmo tempo. O autor está, também, imbuído de vozes que divinizam a maternidade e apostam no amor maternal como incondicional. Dialogia intensa no mesmo enunciado que ora aponta para o realismo da situação, ora para a idealização; a força do discurso jaz nessa bipolaridade que se imbrica.

A fala da protagonista de Alencar é decidida ao defender seu segredo e ameaça matar-se caso o segredo seja desvelado e ainda que apesar de negra cumprirá sua promessa no seguinte enunciado: “E não cuide que por ter essa cor<sup>53</sup> não hei de cumprir” (ALENCAR, 2016, p. 62). A força interior de Joana aparece na promessa e demonstra que a condição de escrava, que deve ser dócil, não é tão docilizada quanto se acredita. Irá cumprir com coragem, não pestanejará. O diálogo seguinte nos mostra o temor da mãe Joana de ser rejeitada pelo filho: “desde que nasceu ainda está para ser a primeira vez que se zangue comigo... Matai-me antes que eu veja essa desgraça” (ALENCAR, 2016, p. 63). Ela prefere morrer antes de receber qualquer crítica de Jorge ou ser motivo de desgraça para ele. Ora aflora a heroína capaz de ação, ora a que se submete.

Ouvindo a explicação de Joana, o Dr. Lima pergunta a ela: “És tu a culpada?” (ALENCAR, 2016, p. 63). Ao colocar na boca do Dr. Lima este questionamento, Alencar como homem livre questiona todo o sistema escravista. Entretanto, a escrava de Alencar não pode acusar o sistema escravocrata como injusto, de forma que ela se diminui e diz que o filho não pode ser desgraçado por ser filho de uma escrava e em seu temor pelo filho diz: “não o faça desgraçado! E por causa de quem?... De mim que morreria por ele” (ALENCAR, 2016, p. 65). Não acha justo que o seu reconhecimento como mãe se faça à custa da desgraça social do filho. A sociedade brasileira da época apesar de ter grande parte de sua população

---

<sup>53</sup> A referência da escrava à própria cor parece indicar que os escravos não cumpriam suas promessas, mas ela é diferente e afirma que apesar da cor cumprirá a promessa.

composta por negros e mestiços, ainda não aceitava a miscigenação como o próprio Alencar apresenta no desenrolar da ação. Joana é realista, pois sabe que a sociedade rejeitará o filho por ser mestiço. Comprova-se que Joana percebe as contradições sociais. Sabe que sozinha não pode mudá-las. Acha, então, uma estratégia para resistir, mantendo-se na condição de escrava do filho.

Embora Jorge a considerasse como “uma amiga como poucas que se encontram” (ALENCAR, 2016, p. 71), Joana insiste em dizer que é “uma escrava como as outras” (ALENCAR, 2016, p. 71). Em momento algum se envaidece pelos elogios que recebe por seu desvelo, mas completa sua vida de mãe pelas mostras de carinho que recebe dele mesmo na condição de sua escrava.

Saindo do núcleo familiar, a situação muda. Peixoto, o agiota que vem avaliar os trastes de Jorge para penhorá-los, representa a sociedade excludente, que vê no escravo um animal, uma coisa. Joana acompanha o processo de avaliação dos móveis e ao perceber que os móveis não serão suficientes para levantar o valor necessário, ela se oferece para ser penhorada. Após relutar em penhorar a escrava que havia alforriado pela manhã, Jorge aceita seu sacrifício. A exclusão e o tratamento desumano dado aos escravos em uma transação de compra e venda aparece na avaliação da escrava por Peixoto. Ele pede a Joana que mostre os dentes e os pés, como um animal, uma peça no Valongo<sup>54</sup>. A despeito do carinho dedicado por Jorge no tratamento de sua escrava/amiga, percebe-se que a superestrutura não mudou, Peixoto age segundo os valores dos senhores de escravo e não quer correr o risco de pagar caro por uma escrava doente ou incapaz de trabalhar. Como nos mostra Bakhtin, as mudanças na infraestrutura influem na superestrutura, mas as mudanças na superestrutura não são simultâneas.

E quando Jorge questiona a forma como Peixoto a trata após tê-la penhorado, ele responde: “é minha escrava. Posso fazer dela o que quiser.” ((ALENCAR, 2016, p. 147). E de fato, o aparato econômico e jurídico permitia que os senhores de escravos fizessem com seus escravos o que desejassem. Da mesma forma como os senhores de escravos tiravam tudo de seus escravos para enriquecer, Peixoto também espera lucrar com o trabalho que a escrava pode executar para ele, enquanto não for resgatada por Jorge, por isso não deixa que a mesma permaneça na casa dele como havia feito na penhora anterior. Assim como os senhores de escravo exploram seus escravos para enriquecer, Peixoto explora a miséria e a necessidade

---

<sup>54</sup> O cais do Valongo, construído no final do século XVIII, era o local de desembarque de escravizados no Rio de Janeiro, ao longo de suas ruas se situavam mercados de compra e venda de escravos.

dos homens empobrecidos para enriquecer, fazendo deles o que quer, pois dependem de seu dinheiro. A cena de Alencar é crítica, pois contextualizada. O espectador e o leitor sabem do imenso valor de humanidade que reside em Joana e se estarrecem com a cena. Já Peixoto, não a conhece e a vê apenas de modo utilitário. A escrita de Alencar critica essa situação de degradação do ser humano.

Assim como negociou com Peixoto o valor de sua venda, Joana se recusa a levar suas coisas para a casa do novo dono e afirma que “vive em toda parte” (ALENCAR, 2016, p. 158). A escrava está segura de que no dia seguinte será resgatada por Jorge com o dinheiro que o Dr. Lima trará. Porém, mesmo que isso não ocorra, ela ainda quer manter suas coisas na casa de Jorge como sinal do vínculo que os une. A escrava é levada a casa de Peixoto, mas a mãe permanece com o pensamento no filho. Como nunca esteve longe de Jorge, assim que Peixoto sai, deixando a porta destrancada, ela corre para ver o filho. Em momento algum, parece estar preocupada com a possibilidade de ser punida por sua fuga, a saudade do filho ocupa todo o seu ser e guia sua ação. Com essa atitude, Joana demonstra que suporta tudo, menos estar longe do filho, não é uma coisa, é uma mãe, plena de sentimento. E ao vê-lo afirma que fez a promessa de confeccionar uma camisinha para o menino Jesus em agradecimento, tão logo seja resgatada. Em vários momentos, o autor nos dá pistas de que Joana trabalhava bastante, inclusive à noite, como neste em que Jorge diz que deixará que a mesma confeccione a camisinha desde que não seja de noite para não forçar “as vistas”<sup>55</sup>.

A fuga de Joana, ainda que movida pela saudade do filho, é um exemplo de escravos que se insurgem em relação ao cativo, fugindo. Foge para onde construiu raízes e uma identidade, onde sua existência faz sentido. Logicamente que seria inverossímil que Alencar construísse Joana como uma heroína resistente e militante. Há limites na resistência, mas ela existe, comprovando-se a humanidade que era negada ao escravizado. Entretanto, a prova de que essa resistência tem limites é que Joana, muitas vezes, se sente inferior. No trecho seguinte, após Jorge afirmar que ele mesmo levará a camisinha à igreja, percebe-se o sentimento de inferioridade da escrava e da mulher quando diz que: “Depois das mãos de nhonhô, a Virgem há de receber com mais gosto” (ALENCAR, 2016, p. 160). A ideologia escravista está entranhada no escravo, pois até diante da Virgem, que em tese tudo conhece, existe uma gradação de pessoas, de forma que a oferta de um senhor é mais valorosa que a de uma escrava, embora tenha sido esta quem fez a camisinha. Há uma intensa dialogia em que ora Joana enfrenta a situação, ora é enfraquecida em sua luta. Isso demonstra a realidade dos

---

<sup>55</sup> Pois segundo Jorge, “foi de passares as noites sobre costuras que ias perdendo a vista” (ALENCAR, 2016, p. 70).

escravos com suas lutas e recuos e sua assimilação da cultura que se impunha sobre eles. O movimento é tenso, dado em chave dialógica, entre o agir e o submeter-se.

## 5.2 OS TRABALHADORES LIVRES

A segunda metade do século XIX viu a passagem gradativa do trabalho escravo para o livre no país e de acordo com Bertulio (2007), no ano da Abolição, os negros em condição de libertos perfaziam 50,1% do total da população e os escravos, alvos da lei, apenas 9%. Esta informação faz com que se suponha que nos anos anteriores à Abolição muitos escravos foram alforriados ou compraram suas alforrias. Também não se pode ignorar que leis como a dos sexagenários e do ventre livre que aumentaram o número de alforriados.

Nosso *corpus* se inicia com a conversa do Sr. Gomes com a filha Elisa, na qual o pai percebe e elogia o esforço da filha para ajudar nas despesas da casa, ao vê-la acordada logo cedo e costurando. A filha Elisa acredita que com seus esforços poderá ajudar no suprimento das necessidades da casa: “o nosso trabalho bastará para vivermos – guarde o seu ordenado para pagar a casa e vestirmos. Das minhas costuras tirarei o necessário para os gastos diários” (ALENCAR, 2016, p. 35). Ao perceber que a filha não sabe de suas dívidas, Gomes começa a informá-la da real situação da família, da sua falência financeira devido à doença e morte da mulher. A situação de desespero do pai deixa a moça sem chão e abre caminho para que ela procure o jovem Jorge para ajudá-la.

Elisa tem uma ação nobre ao se colocar como disposta a ajudar na solução dos problemas financeiros da família. O discurso abonador do trabalho e do labor feminino está presente. Algumas mulheres de classe média na sociedade oitocentista trabalham para auxiliar a casa e também muitas vezes para assumir todo o dispêndio financeiro quando necessário, as pobres trabalham sempre. A literatura aborda essa questão com realismo, ao colocar a possibilidade de morte e/ou falência do responsável pela família, como no caso de Elisa.

A trama proposta por Alencar apresenta um segredo guardado pela escrava Joana com sucesso durante 20 anos, mas que pode ser colocado em perigo com o retorno do padrinho de Jorge, o Dr. Lima. Alencar apresenta um enredo diferente dos romances nos quais, em geral, havia a possibilidade da ascensão social pelo casamento, ou personagens com grande poder aquisitivo. Aqui o autor traz personagens pobres que sobrevivem com o próprio

trabalho ou são sustentados por uma única escrava, como no caso de Jorge. No desenrolar da ação, proposta por Alencar, é apresentado o cotidiano dos homens livres que ganham seu sustento com o suor de seu rosto. Para dar mais ênfase a narrativa, o autor situa a ação que desvelará o segredo do nascimento de Jorge, no dia de seu aniversário de 21 anos. A escolha pode significar que ao se tornar maior de idade ou independente, Jorge, assim como a nação, pode deixar de depender do trabalho escravo doméstico.

Ao escrever para o teatro, Alencar tem a oportunidade de chegar mais diretamente ao público que comparece aos espetáculos<sup>56</sup> e dentro da ótica do teatro realista ajudar na formação moral do espectador que aqui verá que é possível sobreviver do trabalho honesto e que os artifícios ilegais utilizados para explorar os que se vêm em necessidades são descobertos e punidos. O caráter social da palavra aparece na ligação que se estabelece entre os diversos personagens para resolução do problema premente: a falência financeira de Gomes e, com sua solução, a possibilidade do casamento de Elisa e Jorge.

A peça mostra que no país, a despeito do trabalho braçal, mormente sempre ter sido feito por escravizados, garantindo a sobrevivência e enriquecimento dos latifundiários e traficantes de escravos, nem por isso foi reconhecido. Na contramão da exploração da mão-de-obra escrava por seus senhores, alguns escravizados como Joana, não se vêm explorados ao dedicar toda sua vida em prol de seus senhores. O trabalho de pessoas livres aparece com destaque, de forma que, o pai de Elisa ao perceber que a filha estava trabalhando para ajudar nas despesas dirá: “trabalhaste!”. A ênfase dada ao ato de trabalhar assinala ao ouvinte uma forma elogiada de se colocar na sociedade, ainda que sendo mulher: o trabalho.

Como se dá a formação da sociedade brasileira sob a fusão do trabalho escravo e livre? Quem é escravo e quem é livre? Quais são as condições de trabalho impostas ao trabalhador livre no século XIX? A escravidão marcou as feições, a cultura, as relações pessoais e profissionais do brasileiro. Conforme vimos, os trabalhadores livres das classes menos privilegiadas acabavam tendo que recorrer ao favor para conseguirem empregos públicos. O apadrinhamento, como prática, continua atuando de forma poderosa no país, porém, hoje atinge classes mais abastadas.

O escravizado tinha suas condições de sobrevivência asseguradas pelos senhores que dependiam deles para o trabalho nas plantações. Já os trabalhadores livres dependiam do parco salário que recebiam para suprir suas necessidades de alimentação e moradia, o que fez

---

<sup>56</sup> Como a maioria da população não sabia ler nem escrever, os leitores de Alencar se encontravam entre os membros das classes mais favorecidas da sociedade imperial. O teatro possibilitava que também aqueles que fossem analfabetos, mas que pudessem pagar o ingresso tivessem acesso a suas peças.



com que os mesmos se amontoassem em cortiços ou nas periferias da cidade em condições insalubres em condições muitas vezes semelhantes a dos escravizados.

O trabalho livre convive com o trabalho escravo como mostra a peça *corpus* de nossa pesquisa. Todos os seus personagens são apresentados exercendo alguma função remunerada na sociedade. À época em que se passa a peça, uma jovem de boa família tinha como função aprender a receber bem e tornar-se uma boa esposa. A filha de Gomes, funcionário público, inicialmente parece estar se preparando para esta função, mas a doença e morte da mãe aparentemente tiraram dela esta possibilidade e ela acaba tendo que trabalhar para ajudar nas despesas da casa. A partir da descrição dos ambientes e costumes na peça depreende-se que as personagens são pobres ou possuem poucos recursos financeiros, a despeito de serem funcionários públicos como o Sr. Gomes e Vicente, e Jorge estudante de medicina. Além disso, encontramos duas costureiras, uma livre, Elisa e outra escravizada, Joana.

Alencar nos revela que o trabalho pode ser visto como emprego para alguns ou profissão para outros como relatado no encontro entre Joana, Vicente e o Dr. Lima:

JOANA- É oficial de justiça.  
 DR. LIMA - Escolheste um bom emprego, Bilro.  
 VICENTE - Vicente Romão, Sr. doutor. Mas então V. Sa. acha?  
 DR. LIMA - O que, homem?..  
 VICENTE - Bom o meu emprego?  
 DR. LIMA - Decerto! Precisavas viver bem com a justiça. (ALENCAR, 2016, p. 59)

Joana revela ao Dr. Lima que Vicente é oficial de justiça, e ele diz que o jovem escolheu um bom emprego, mas não o chama pelo nome, mantém o apelido de infância, Bilro, ou o chama de “homem”. Vicente diz seu nome completo e pede a opinião o médico sobre o seu trabalho. E este diz que é um bom emprego e ressalva que ele precisava viver bem com a justiça. Ao referir-se ao fato de que Vicente precisava viver bem com a justiça, parece haver uma alusão a forma como o jovem levava a vida. Talvez estivesse envolvido com a prática da capoeira, atividade marcada pela perseguição de seus praticantes, considerados um perigo para a ordem pública do Brasil no período imperial.

Deixando de lado, a ressalva do Dr. Lima, vejamos como ele se refere ao trabalho a ser realizado pelo jovem Jorge:

JOANA - É o melhor estudante. Não sou eu que digo!... São os mestres dele.  
 DR. LIMA - Sempre foi... Que profissão escolheu?  
 JORGE - Segui o seu conselho... Estudo medicina; estou no 5o ano.  
 DR. LIMA - E de fortuna... Como vamos?  
 JORGE - O necessário. As minhas lições.  
 DR. LIMA - Ah! Dá lições? De quê?  
 JORGE - De música e de francês.  
 DR. LIMA - Lembro-me que tinha muita disposição para o piano. Cultivou essa arte?  
 JOANA - Toca que faz gosto!... Vm. há de ouvir.

DR. LIMA - Sem dúvida. E quanto lhe rendem as lições?

JORGE - Uns cem mil-réis por mês.

DR. LIMA - É pouco.

JORGE - Faço também algumas traduções que deixam às vezes um extraordinário.

Joana por seu lado ganha... (ALENCAR, 2016, p. 69-70)

Ao ser interrogado pelo Dr. Lima sobre a profissão que escolheu, Jorge responde que estuda medicina. Na distinção entre a forma de referir-se ao trabalho exercido por Vicente e o que será futuramente exercido pelo estudante de medicina, percebe-se que existe distinção entre o emprego público e as profissões liberais, como a medicina ou o direito. É interessante perceber que enquanto Vicente tem um emprego, como funcionário público que não requer uma formação específica para o exercício da função, Jorge como médico terá uma profissão, reconhecida e valorizada na sociedade. A ideologia do cotidiano, que permeia as relações, aparece no destaque dado ao trabalho realizado por profissionais liberais: profissão, enquanto os demais trabalhadores possuem emprego, ainda que seja no serviço público. No entanto, enquanto estudante, a despeito de dar aulas, o rendimento de Jorge não é muito e é complementado pelo trabalho de Joana, pois os profissionais liberais ainda não conseguem subsistir apenas de seu trabalho, ainda dependem do braço escravo.

Uma escrava trabalhando é algo normal para a sociedade da época, mas ouvir uma escrava dizendo: “venho ajudar Iaiá que se mata com tanto trabalho” (ALENCAR, 2016, p. 14), soa estranho aos nossos ouvidos. Afinal, iaiás não trabalhavam e sim, eram servidas por seus escravos. Por essa frase já no início da peça, pode-se perceber que não estamos diante de uma situação clássica no escravismo. Entretanto, a família retratada possui poucas posses no momento e o trabalho, então, faz-se necessário, inclusive para a filha.

A exceção ao mundo do trabalho apresentado por Alencar é Peixoto, agiota que vive da exploração da falta de recursos que se abate sobre duas das personagens da peça. Para a crítica, Alencar já demonstrara interesse pela área econômica, na peça *O Crédito* (1857) e talvez, por isto, retrate com tanta fidelidade o ambiente da usura. O fato de a palavra trabalho aparecer com muita familiaridade nos discursos dessa peça, parece indicar que um novo discurso está emergindo na sociedade de classes que se forma na segunda metade do século, trazendo como novidade, o fato de alguém, além dos escravos, trabalhar. Sem dúvida, Alencar se empenha em suas obras urbanas para colocar o trabalho como algo desejável, após quase três séculos de negação do mesmo no país. A peça destaca a classe dos profissionais liberais que sempre existiu, mas que se avoluma no decorrer do século XIX e figura na peça de Alencar.

Alencar apresenta o trabalho como meio de sobrevivência para um determinado estrato da sociedade na fala da jovem Elisa: “preciso trabalhar - preciso ganhar para viver” (ALENCAR, 2016, p. 29). Por que a filha de um funcionário público, mesmo que de poucos salários, precisaria trabalhar, ganhar para viver? Somente se estivesse em dificuldades financeiras, o que de fato está ocorrendo com sua família. A dificuldade financeira da moça serve como pano de fundo para entendermos o que está ocorrendo na maioria das famílias do período. Se antes havia apenas a classe dos senhores e a dos escravos. Agora o grupo dos funcionários públicos e profissionais liberais tem necessidade de afirmar-se na sociedade.

Jorge, filho da escrava Joana e do Sr. Soares, não herdou outros bens do pai além da escrava, que ele desconhece que é sua mãe. Para poder pedir em casamento a senhorita Elisa afirma que “há muito que trabalho para conseguir uma posição digna de lhe ser oferecida” (ALENCAR, 2016, p. 30). Um jovem bem nascido do romantismo não falaria em trabalho como meio de ascensão social. Alencar já formaliza um discurso mais realista e trata das questões materiais da existência, ao colocar a jovem Elisa dizendo que “pode trabalhar (para ter o necessário)” (ALENCAR, 2016, p. 98). De novo uma palavra carregada de ideologia nos surpreende: trabalhar para ter o necessário e não para acumular. Aqui o trabalho é enobrecido, inclusive por contrastar com a figura do agiota que explora sem labor.

Elisa, ao conversar com o pai sobre a situação econômica da família dirá: “o nosso trabalho bastará para vivermos” (ALENCAR, 2016, p. 35). Ao ouvir isso, o Sr. Gomes comunica à filha que apesar de seus esforços isso não será suficiente, pois ele está falido. A peça é contundente, pois mostra como o trabalho não é suficiente para sustentar e manter uma vida digna. Agiotas batem à porta e levam o fruto do trabalho, mesmo que esse seja livre.

Ao mesmo tempo em que se louva o trabalho exercido por pessoas livres, ocorre a reabilitação da atividade exercida por uma escrava em prol de seu filho. O Dr. Lima nos informa que Joana poderia ter comprado sua liberdade “com o dinheiro que tiravas do teu trabalho, e gastavas na educação de teu filho” (ALENCAR, 2016, p. 66). A novidade do discurso sobre o trabalho aparece no fato do Dr. Lima referir-se às atividades realizadas por Joana como trabalho e não como um dever de uma escravizada. O amor incondicional por outrem faz com que Joana se sacrifique. Isso também soa estranho, sobretudo, em um momento em que a prosa mais realista vai destacar o interesse e o individualismo como motores da ação humana. Embora a peça seja realista, Alencar aqui está talvez imbuído de romantismo.

Segundo Jorge, “nunca o dinheiro ganho pelo trabalho honesto me inspirou tão nobre e tão justo orgulho” (ALENCAR, 2016, p. 119). Um jovem estudante orgulhar-se de ter

trabalhado pode soar estranho à sociedade do século XIX, ainda mais quando o orgulho do estudante advém do fato de ele ter conseguido com seu trabalho resgatar a posse da escrava penhorada para pagar dívidas contraídas anteriormente. Tão logo consegue quitar o empréstimo, o jovem realiza um desejo antigo: alforriar a escrava que o acompanha desde o nascimento. A informação de que Jorge deseja alforriar a escrava que tão bem cuidou dele pode sugerir que alforrias eram frequentes à época da escrita da peça. Além disso, ainda acrescenta que o dinheiro havia sido ganho com trabalho honesto.

Haveria trabalho desonesto? Ao que parece o trabalho realizado pelo agiota Peixoto seria um exemplo do trabalho desonesto. Mais tarde, o jovem se verá em necessidades e acabará por penhorar novamente a escrava, desta vez por insistência da mesma que deseja ajudar o filho em suas necessidades. Ele o faz contando que será apenas por uma noite e que no dia seguinte poderá resgatar a escrava. Mas se o Dr. Lima não trouxer o dinheiro? Na afirmação de Jorge à Joana de que ainda tem “forças para trabalhar” (ALENCAR, 2016, p. 144), percebe-se que Jorge, da mesma forma que trabalhou para resgatar a penhora anterior, trabalhará para comprá-la novamente ainda que demore um pouco mais do que o esperado. Alencar retrata outra classe social, na pessoa do Dr. Lima e de Jorge, as classes menos abastadas para quem o trabalho é via de sobrevivência. São profissionais liberais que vivem de modo muito modesto e para quem o trabalho pode ser uma atividade digna e ontológica.

Ao fugir da casa de Peixoto na manhã seguinte, aproveitando que este deixara a porta destrancada, Joana conta ao filho a respeito da promessa que fizera de bordar uma camisinha para o menino Jesus. Ao que o jovem responde que “só consinto na condição de não trabalhares à noite” (ALENCAR, 2016, p.160). Temos aí a informação de que o trabalho noturno era frequente na vida da escrava. Jorge o repudia por ter sido a causa de a escrava ter estragado a vista, o que mostra que o mesmo se importa com a saúde de sua escrava.

A personagem Joana não se vê como trabalhadora, e sim como uma escrava cujo dever é ajudar a todos que a cercam. Somente o Dr. Lima conhece e reconhece o que a escrava fez com seu trabalho: a despesa com a manutenção e educação do filho. Todos os demais personagens usam o termo trabalho ou trabalhar para designar as atividades que fazem para sobreviver. O fato de terem que trabalhar para sobreviver indica a condição social das personagens – pobres. Quando Alencar apresenta um personagem rico, em outras obras, ele não exerce atividade remunerada para sobreviver, antes gasta o tempo ocioso em diversões e encontros sociais. Mesmo entre os menos favorecidos, o trabalho de alguns personagens é visto como sacrifício, haja vista a reação do pai de Elisa ao vê-la costurando.

Alencar trata da situação econômica de suas personagens ao fornecer algumas informações financeiras sobre as mesmas. Ao nos contar como se deu o nascimento de Jorge, ele informa que Soares havia dado por Joana tudo quanto tinha – dois contos de réis, e que ao morrer só deixara ao filho a escrava como herança. A pobreza da personagem Joana e de seu filho aparece no fato dela mesma ter trabalhado para sustentar a ambos conforme atesta a fala do Dr. Lima.

A desvalorização do escravizado com a idade é apresentada na trajetória de Joana que fora comprada por dois contos de réis quando jovem e agora aos 37 anos, será penhorada por 500 réis. Mesmo Joana alegando que ainda é capaz de fazer todas as tarefas que se esperam de uma escrava e ter saúde perfeita, Peixoto, no processo de penhora para pagar as dívidas do pai de Elisa, após muita negociação avalia-a em 500 réis. Mas o agiota faz com que Jorge assine um recibo de 600 réis, sendo a diferença os juros pelo empréstimo seja por um dia como é intenção do jovem Jorge ou por um ano, nas palavras de Peixoto. O não trabalho de Peixoto demonstra a criticidade de Alencar ao situar a agiotagem nesse âmbito.

### 5.3 A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NA OBRA *MÃE*

No dia 5 de outubro de 1886, foi publicado em São Paulo, alguns anos antes do término da escravidão no país, o código de postura que proibia “aos cativos o exercício das profissões de Cocheiros, vendedores de água, caixeiros”. E, além disso, criava dificuldade ao exercício das profissões de “herbalistas, curandeiros, barbeiros e parteiros” pelos cativos. Vedava a criação de porcos e aves, agricultura e pecuária de subsistência. E até mesmo a profissão de criada deveria ser exercida por pessoas que pudessem comprovar a condição de livre. O código de postura ia fechando todas as possibilidades de trabalho para cativos, e assim essas atividades passariam a ser exercidas por homens livres. O referido código entrou em vigência antes do término da escravidão. Observa-se que houve uma lacuna entre a lei e o cotidiano, pois não havia tantos homens livres para exercer todos os trabalhos que agora eram vedados aos escravizados. Porém, isso prova o quão só a abolição não foi suficiente, pois embora o regime produtivo escravista tivesse se alterado, a cultura escravocrata não mudara.

Alencar preocupa-se com a construção da identidade do país recém independente. E esse país, em conformidade com as demais nações, não pode rejeitar o trabalho, assim, o autor

coloca o trabalho como elemento constituinte na formação das classes presentes na segunda metade do século XIX. Na peça em tela, as personagens trabalham, mas nem sempre o fruto de seu trabalho é suficiente para garantir a sobrevivência. O jovem estudante de medicina é sustentado pelo trabalho de sua escrava, pois o que ganha com as traduções e as lições de piano “é pouco” como afirma o Dr. Lima. Apesar de o trabalho escravo sustentar a sociedade, ele é desvalorizado e deve permanecer na invisibilidade.

A entrada de trabalhadores livres no mercado e a necessidade de inserir os milhares de trabalhadores livres e pobres que não encontravam lugar no mercado de trabalho até então centralizado na mão-de-obra escrava, na segunda metade do século XIX, faz com que o trabalho comece a perder seu aspecto. Entre estes trabalhadores se encontram, até mesmo homens nascidos na pequena burguesia que se forma e que trabalham – como profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas etc.).

Alencar propõe o trabalho no lugar da ociosidade, apresentando-o como algo digno e desejado para as famílias e os valores da burguesia que lentamente se forma no país. Na peça, *corpus* de nossa pesquisa, todos os personagens se valem do próprio trabalho para manter-se. É outro discurso sobre o trabalho que emerge, mas não sem críticas. Ao colocar o trabalho como forma de ascender socialmente, o autor faz com que este perca gradativamente o viés negativo. O ato de trabalhar com as mãos – costurando – não inferioriza as personagens, ao contrário, enobrece seu sacrifício em prol de suas famílias. Observa-se que já não são as heranças que garantem a ascensão social e, sim, o trabalho. Com o usuário Peixoto, o autor critica a exploração das necessidades dos mais pobres. Alencar não premia a usura e o engano, como mostra a prisão do personagem Peixoto ao final da trama. Ao punir o agiota apresenta o trabalho honesto como superior ao trabalho desonesto e, dessa forma, vai afirmando a honestidade como valor a ser cultivado. A ideologia do cotidiano aparece nos detalhes, na intencionalidade que aparece nas escolhas do autor. Alencar está envolto pelas vozes de seu tempo e seu texto, uma proposta de valores para a sociedade que em formação, o que está de acordo com a intenção do teatro realista.

No Brasil desde a descoberta, o regime econômico era fundado em grandes propriedades e na força do trabalho escravo. Essa forma de gerir os recursos da terra fez com surgisse um grande número de pessoas que não detinham os meios de produção, e que acabavam por ficar ociosos, ou sem lugar na estrutura econômica, apesar de serem livres. A economia era fundada na produção agrária era majoritariamente mantida por escravos. Entre as atividades exercidas por homens livres, vindos, em geral, da metrópole estava o comércio. Porém, essa atividade não tinha o destaque do senhor de escravos, e foi somente anos mais

tarde que segundo Fausto (2015), estes comerciantes adquiriram também engenhos e a distinção entre comerciantes e senhores de engenho praticamente deixou de existir. Entretanto, vale lembrar que havia microcomércios mantidos e gerenciados por vendeiros livres e de extratos médios da população. Nem só do grande comércio se tratava a economia brasileira, até porque não existiam grandes cidades no país e a economia girava em torno das grandes propriedades que acabavam por criar uma microeconomia para suprir suas necessidades.

Alencar afirma, em seus escritos políticos, que o trabalho escravo no Brasil equivale ao trabalho livre na Europa, mas ainda com vantagens para o escravo<sup>57</sup>. No Brasil, o regime econômico era escravocrata fundado nas grandes propriedades e na mão de obra predominantemente escrava, o que manteve o homem livre fora do mercado de trabalho como assalariado. Quem era esse homem livre e como ele sobreviveu se não havia trabalho?

Schwarz (2000) nos auxilia em uma possível resposta a essa questão. Para ele, “embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica”, a ideologia que dominava a sociedade era outra, até por que o escravo não era visto como pessoa. Ainda segundo ele, “a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem “livre””, na verdade dependente. É sobre esse homem “livre” que nos deteremos a partir de agora. Eles não são “nem proprietários nem proletários”. Se não se encaixam em nenhuma dessas categorias como sobrevivem? Para o autor, seu “acesso à vida e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande”.

O que é o favor? Segundo Schwarz (2000, p. 16) é “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm”. Duas classes imbricadas numa relação delicada, que produz ainda um subtipo, o agregado, pessoas que vivem à sombra de alguém, não tendo como sobreviver isoladamente.

Quem são os homens livres que dependem da classe dos proprietários? Praticamente todos que não são proprietários. Ainda segundo o autor:

Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre à relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda a parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais ou menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou

---

<sup>57</sup> “Antes de qualquer consideração, não se esqueça a natureza da escravidão em nosso país, tal como a fizeram, acinte da lei, os costumes nacionais e a boa índole brasileira. A condição do nosso escravo, comparada com a do operário europeu, é esmagadora para a civilização do Velho Mundo”. (ALENCAR, 2009, p. 322)

qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós governada por ele (SCHWARZ, 2000, p. 16).

O favor age em todas as esferas da economia do país, de forma que o autor afirma que “assim como o trabalhador dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto” (2000, p. 16). O favor aparece como uma forma de controle de todas as forças do país pela elite dominante. O homem livre para sobreviver depende além da sua capacidade de trabalho também da boa vontade de um grande, pois o acesso à terra era reservado a essas elites. Mesmo no campo, os homens livres são encontrados, em geral, na forma de agregados vivendo de favor ao redor das grandes propriedades como relatado em romances diversos. É o compadrio que permite que os pequenos sobrevivam à sombra de um grande, mas não é uma sobrevivência sem trabalho<sup>58</sup>. A despeito de muitos agregados ou favorecidos trabalharem para seu sustento, eles aparecem sempre como gratos a seus benfeitores, o que faz com que sejam apresentados muitas vezes como bajuladores pela literatura, o que na maioria dos casos não é verdadeiro.

Para Schwarz,

o favor é a nossa mediação quase universal – sendo mais simpático que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (SCHWARZ, 2000, p. 16-17).

Muitos profissionais liberais foram favorecidos pela relação do favor no país, em especial os que ocuparam cargos públicos não eletivos, como os funcionários públicos. Quem os indicava para a função eram os mandatários do país. A questão do favor como mantenedora das relações na sociedade é assim exemplificada por Ventura (2015, p. 23),

Alencar recém-nomeado servidor público pede ao Senador Eusébio de Queiroz, que anteriormente mantinha o jornal do qual Alencar era diretor com os anúncios do Senado, que o promova para um cargo de maior prestígio e provavelmente, melhor salário. “Vou fazer um pedido à V. Exa (...) está vago o lugar de consultor dos negócios da Justiça e consta-me que o Sr. Ministro não tenciona provê-lo atualmente; seria para mim uma felicidade servi-lo inteiramente (...) minha pretensão não parece muito exagerada (...) se V. Exa entender que esta aspiração não é mal cabida em mim, espero que me auxiliará nela, como o tem feito constantemente” (MAGALHAES JR., 1977, p. 138-139).

---

<sup>58</sup> No romance *O Seminarista* (1872) de Bernardo Guimarães, a personagem Umbelina, comadre do Sr. Antunes, explora uma pequena venda na entrada da fazenda com autorização do compadre. Apesar da relação de compadrio, Umbelina trabalha para sustentar a si e a filha Margarida.



Ao correr os olhos pela trajetória de grande parte dos escritores do século XIX, ver-se-á que a maioria era funcionário público e que sobreviviam do que recebiam nessas funções, pois como Alencar afirma no prefácio *Benção Paterna*, “não consta que alguém já vivesse nesta abençoada terra do produto de obras literárias”. Se não se vive da escritura é necessário recorrer a empregos públicos, ou ao exercício de profissões como jornalista, advogado, médico, e outras para prover a sobrevivência. Entretanto, mesmo o exercício destas profissões, em geral, necessitava do apadrinhamento de alguém. O próprio Alencar era apadrinhado pelo Senador Eusébio de Queiroz. No século XIX, era comum o convite a adentrar o funcionalismo, pois o concurso público é de data recente, do século XX. O fato de ser apadrinhado não implicava que o funcionário público fosse incompetente ou corrupto. No caso da peça, o pai de Elisa é pequeno funcionário e honesto, tendo o trabalho como lema.

A despeito da prática do favor ser incompatível com as ideias liberais que varrem o século XIX, no país ele sobreviveu e segundo Schwarz (2000), até “o elemento do arbítrio, o jogo fluído estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados”. Os valores proclamados pela burguesia na Europa contra o *Ancien Regime* como “a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a remuneração objetiva etc.” foram subvertidos pelo favor. Aqui, o favor pratica “a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração, e serviços pessoais” (SCHWARZ, 2000).

A narrativa da peça *Mãe* se passa no espaço doméstico onde convivem homens livres, pequenos proprietários e escravizados. Ao olhar para a pirâmide social, pode-se observar que a maior parte dos personagens está próxima da base, e que alguns fazem parte da classe dos profissionais liberais que está se consolidando nas áreas urbanas. Os profissionais liberais, na sua maioria, não possuem bens e tem apenas seu ofício para sobreviver como médicos, advogados, funcionários públicos, jornalistas, entre outros. A peça *Mãe* não apresenta personagem com muitas posses, ao contrário, todos são pobres, mas não miseráveis. Os trabalhadores apresentados por Alencar têm como sobreviver: um emprego ou profissão e espaço na sociedade. Quem se encontra em uma situação desfavorecida passou por um revés como a doença e morte da esposa, no caso de Gomes.

Na Corte, à época de Alencar, havia uma multidão de homens livres que não encontravam lugar na sociedade, e que acabavam vendendo sua força de trabalho por valor semelhante ao praticado pelos escravos de ganho. Elas, assim como os escravizados que realizavam essas atividades braçais, acabavam estropiados precocemente, pois o trabalho era muito pesado ou realizado em condições insalubres. Um relato coletado ao longo desta pesquisa marcou profundamente a pesquisadora, pois de sua leitura pode-se inferir o que

devia ser a vida para a população mais carente. O excerto abaixo relata as condições de miserabilidade a que estavam submetidas pessoas menos favorecidas, no século XIX:

Em um miserável casebre na rua de S. Pedro n. 177 agonisa sobre um immundo catre um pobre marinho cego e paralytico. A seu lado geme sobre uma enxerga, não menos fétida e humida, sua mulher; e duas innocentes meninas, da qual a mais velha terá 8 annos, contemplão, com sua intelligencia precoce que a dura mão da desgraça desenvolve, esse quadro doloroso, em cujo horisonte negro se debuxão já, ainda que indecisos para ellas, dous terríveis expectros – a prostiuição e a indigência. – Essas duas infelizes, para quem a manhã da vida se reveste de tão negras cores, talvez tenham um dia de amaldiçoar como Job, a hora de seu nascimento, quando o cynismo social lhes houver offertado a escolha entre a fome que leva ao cemitério, e a prostiuição que leva ao hospital. Não chamamos ninguém responsável desse drama que passa, ignorado, em um tristissimo tugúrio, onde falta até o ar, e onde uma atmosphera humida e pestilente apressa a victoria da morte. ((141ª edição da *Pacotilha, Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 9 de out. 1853, p. 1), apud VITORINO, 2002 – transcrição mantendo a grafia original).

A descrição das condições de vida dos moradores do miserável casebre, relatadas pelo autor do suplemento *Pacotilha* são semelhantes a relatos presentes na literatura inglesa do século XIX, como em *Oliver Twist* (1838), de Dickens, onde a despeito da Revolução Industrial, operários eram submetidos a condições degradantes de sobrevivência. Para o autor da notícia, nas ruas londrinas, pobreza e riqueza andavam juntas. Os trabalhadores são expropriados em um novo modo de produção da mesma forma que os escravizados foram por mais de três séculos no Brasil.

Muito mais poderia ser acrescentado ao quadro do trabalho no século XIX no país, mas a partir de agora passar-se-á a pensar os trabalhadores livres no microcosmo de nosso *corpus*. Especificamente, nesta obra aparece um médico, um estudante de medicina, dois funcionários públicos, uma costureira eventual. O primeiro trabalhador mencionado na trama é um funcionário público falido. Segundo Negreiros (2014), os funcionários públicos surgem em “1808, com a instalação da Real Família Portuguesa que, diante da necessidade de promoção do desenvolvimento da então colônia, dentro dos parâmetros da diplomacia real, percebe a importância do trabalho administrativo”. Inicialmente o ingresso no serviço público se dava por indicação, o que indica a força do favor citado por Schwarz (2000). Somente no século XX, passou a ser função com ingresso via concurso público.

Por que Alencar coloca um trabalhador falido no início de sua peça? A escolha indica que a situação do trabalhador livre no país, não era fácil, pois mesmo um funcionário público que teria um emprego garantido, cai na miséria devido aos revezes da vida. O que ocorreria com os demais trabalhadores que não dispõem da segurança de um emprego público? Talvez se vissem na condição do marinho cego e paralítico da notícia de jornal. A situação do Sr. Gomes é muito melhor, dispõe de uma filha dedicada, e em condições de

trabalhar e vizinhos que tudo farão para ajudar a família endividada. Os valores defendidos pelo teatro realista para a família burguesa estão presentes: a dedicação dos filhos e amigos sinceros.

O literato Alencar pode dar vazão a seus ideais em suas obras, mas ao se pronunciar na tribuna não pode contestar o sistema econômico vigente, uma vez que é dele dependente. Na construção de uma identidade nacional, em suas obras pode dar ênfase à atividade laboral realizada por homens e mulheres livres, reabilitando a atividade que por séculos foi colocada como inferior e legada apenas aos escravos. O efeito da expressão “trabalhaste” dita pelo pai da jovem Elisa é grande. O trabalho como atividade remunerada realizada por uma mulher tem um grande impacto numa sociedade onde mulheres com certo poder aquisitivo se dedicavam a pequenas atividades, como bordar ou cozinhar com o intuito de se tornarem boas donas de casa e a execução destas atividades não era vista como trabalho. Alencar elogia, ainda que indiretamente, a iniciativa da jovem, que ao perceber as dificuldades do pai, resolve ajudar nas despesas da casa, executando o ofício que conhece: a costura, atividade outrora aprendida para as prendas do lar, e que agora ajudará a suprir as necessidades básicas de alimentação da família.

#### 5.4 AS MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL COM O TRABALHO LIVRE

A escravidão marcou as feições, a cultura, as relações pessoais e profissionais do brasileiro. A mesma docilidade que os escravos deveriam ter para com seus donos, era de certa forma, esperada dos apadrinhados. Se não se comportassem como esperado, poderiam perder o favor de seus padrinhos e ficariam sem emprego. O favor atua fortemente no século XIX.

No entanto, ao pensar a literatura como uma forma de resistência nos moldes propostos por Bosi (1996), pode-se inferir que Alencar mostra uma perspectiva crítica ao dar voz a uma escravizada, ainda que ela se mostre cordata e aceite o peso da escravidão. A inclusão da escravizada como protagonista já sugere a crítica ao sistema escravista. Sodré nos ajuda a entender a posição de Alencar e o espaço que os escritores da época dispunham para tratar da questão da escravidão:

A valorização do negro, realmente, nunca chegou a merecer a atenção dos nossos escritores – e com muito mais forte razão não poderia impressionar um homem dos meados do século XIX, que morreu antes que o movimento abolicionista tomasse corpo. Pertencendo a uma classe que condicionava a posição do negro a uma inferioridade irremissível, os escritores do tempo não podiam fazer dele o suporte natural de um movimento nativista no plano literário. A atividade literária, no Brasil do tempo de Alencar, estava estreitamente condicionada à classe dominante, de senhores de terras e de escravos. Nessa classe é que se recrutavam os escritores e nessa classe é que estavam os leitores. Valorizar o negro corresponderia a entrar em conflito com tais origens. Demais, as condições de cultura, os padrões estabelecidos, relegavam o trabalho, que era sinal de subserviência, ao negro escravo (SODRÉ, 1984, p. 42):

Sodré expõe o modo de ser da sociedade imperial no século XIX. As posições das pessoas são claras e definidas pelo poder econômico e isto era considerado natural para o período. Alencar, contrariamente ao que Sodré destaca, cria uma personagem que, a despeito de sua condição de escrava, é a protagonista do drama, trazendo à cena o que não poderia ser dito livremente. Joana dá o suporte econômico para que o filho se alce à condição de médico e, como tal, ocupe espaço como profissional liberal na sociedade de classes que se constitui no Rio de Janeiro imperial. Da mesma forma que os escravos sustentaram com seu trabalho a economia colonial e imperial, o microcosmo proposto por Alencar, em que Joana sustenta seu filho, pode ser visto como uma metáfora<sup>59</sup> crítica para o país escravagista. A abordagem de Alencar coloca Joana gastando suas vistas e seu corpo trabalhando para que nada faltasse a seu filho, numa servidão voluntária, ao contrário do que ocorreu com os demais escravizados eram obrigados a servir até o limite de suas forças sem o reconhecimento dos senhores.

Os discursos e obras de Alencar indicam que ele está ciente da situação econômica do país. Em suas obras, ele desnuda as relações sociais da classe média empobrecida no RJ e seus múltiplos níveis de dependência, hipocrisia e imoralidade. Suas obras estão plantadas no solo firme da nação e retratam os problemas que aparecem a seus olhos da forma que lhe é permitido.

Muitos textos que trazem escravizados ou ex-escravizados como personagens, em geral, colocam-nos como indolentes, preguiçosos e sem ambição, ou seja, o oposto do que se espera de um trabalhador dentro do regime capitalista de produção. Furtado (1974), explica que “O homem formado dentro desse sistema social (a escravidão) está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos” (1974, p. 167). Ou seja, sendo fruto da exploração ao limite de suas forças e não tendo recebido recompensa alguma por seu

---

<sup>59</sup> O Brasil desde meados de 1500 teve o grosso de seu trabalho realizado por escravizados e estes não foram reconhecidos em seu esforço. Historiadores como Fausto (2015), Gorender (2016) e Freitas (1982) colocam que os escravos eram explorados até a exaustão e sua vida útil era de cerca de 10 anos, o que fez com que o tráfico de escravos se perpetuasse devido a necessidade de reposição das peças estropiadas ou mortas pelo trabalho excessivo.

esforço, o escravo ao ver-se livre buscará apenas o necessário para sobrevivência, não desejando nada além da possibilidade de ficar na ociosidade. Como esperar que o escravizado bestializado durante a escravidão, agora, aja como um homem livre, e assuma os valores do capital pelo quais foi forçado a se esvaír no eito? Como já referido, não concordamos com essa posição do escravo dominado totalmente pela cultura escravocrata. O escravo não é coisa, é ser humano e tem o poder de resistir mesmo aos grilhões como a história tem comprovado. A peça encena esse embate, entre a docilidade e a escolha ética de Joana.

Infelizmente, a mudança de mentalidade não se dará num passe de mágica. O ex-escravizado, embora submetido durante mais de 300 anos, tem poder de alterar sua história. Uma das formas de trabalhar a mudança de mentalidade dos ex-escravos seria através da educação, mas mesmo essa lhe foi negada durante o regime escravocrata e posteriormente ao término da escravidão no país até recentemente. Alencar apostou no teatro para a educação dos valores da classe média que surgia. Sua ideia é pertinente ainda hoje, pois a mudança da mentalidade escravocrata só é possível pelo conhecimento e reflexão do ocorrido durante a escravidão em nosso país. A peça *Mãe*, ao ser levada para as salas de aula, pode contribuir para o resgate deste passado que se faz presente nas desigualdades na tentativa de alterar a cultura escravocrata que ainda nos assombra, em seus acertos e seus limites como todo discurso. O poder da peça *Mãe* é nos mostrar, embora, em uma tragédia, com a morte da protagonista, que o Brasil, além das origens indígenas, também tem matrizes em valorosos africanos e valorosas africanas.

Franco (2011, p. 15) diz que “somos contemporâneos de uma época e dela extraímos nossa sobrevivência, produzimos, com nossos discursos e práticas, sentidos, significados, em um esforço contínuo de produção da nossa própria existência”. O que é por ela afirmado com relação à época atual, vale para também para o século XIX, no qual Alencar está procurando construir uma identidade nacional para a nação surgida em 1822. Quem é o brasileiro? Para Alencar, o brasileiro é o resultado do cruzamento do português com o índio como afirma no romance *Iracema* (1865). Mas também é Jorge, com pai português e mãe escravizada. A maternidade de Joana lhe é negada, mas é real e isso é o que Alencar nos conta e tem a coragem de encenar em pleno período escravocrata.

Com a inserção de trabalhadores livres no mercado, a sociedade sofreu mudanças em sua estratificação, ao menos na forma<sup>60</sup>. O escravizado foi substituído por trabalhadores livres

---

<sup>60</sup> Se antes a sociedade dividia-se entre senhores e escravos, agora outros grupos intermediários passarão a compor a pirâmide social, como os trabalhadores livres que sempre existiram, mas que são raramente mencionados, e os diversos profissionais liberais e funcionários públicos.

que, inicialmente, em sua maioria era composta por imigrantes vindos da Europa, o que, tinha como principal objetivo tentar branquear a população brasileira, composta em grande parte por negros e mestiços<sup>61</sup>. As justificativas apresentadas para a abertura do país à imigração baseadas na incompetência dos ex-escravos para as novas atividades não se sustentariam, uma vez que até o advento da abolição, a maioria das atividades agrícolas, de mineração e fabris que existiam no país era executada por mão de obra escrava. A capacidade dos escravos para o trabalho é assim relatada por Freyre:

os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora (FREYRE, 2004, p. 390).

Muitos dos escravos que chegaram ao país dominavam as técnicas necessárias às atividades que seriam por eles desenvolvidas, e o que não conheciam ou dominavam foi ensinado a eles por seus donos para poderem lucrar com seu trabalho. As pinturas de Debret são um testemunho visual incontestável das múltiplas atividades laborais executadas pelos escravos em todos os setores da economia brasileira.

A descrição do racismo presente no país, segundo Ribeiro (1995), é elucidativa para entendermos como os mestiços e negros eram vistos no país e o seu descarte após a abolição:

A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide apenas sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. (...) Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras (RIBEIRO, 1995, p. 225).

É um racismo que “branqueia” aqueles que conseguem ascender socialmente, O negro precisa negar-se enquanto negro para ser aceito, o que faz com que os mestiços se vejam entre visões de mundo conflitantes - “- o do negro, que ele rechaça, e o do branco, que o rejeita -, o mulato se humaniza no drama de ser dois, que é o de ser ninguém” (RIBEIRO, 1995, p. 223), ao ponto de negros que foram alforriados ou compraram sua liberdade, ao serem inseridos no “mundo” branco, afirmarem: “eu também já fui negro” (RIBEIRO, 1995).

A escrita ficcional e a realidade se misturam na obra de Alencar, como vimos ao longo dessa dissertação. O autor colocou sete personagens fictícias em cena para levar em

---

<sup>61</sup> A tese do branqueamento se desenvolveu nos séculos XIX e XX. No Brasil foi apoiada por D. Pedro II, que tinha entre seus conselheiros, o Ministro da França no Brasil, Joseph Arthur de Gobineau que publicou o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853).

caráter didático, moralista, ao público que comparecia ao teatro, os problemas da escravidão tanto para senhores quanto para os escravos. Alencar nos emociona ao apresentar uma mãe escravizada que é capaz de negar-se até a morte para que o filho tenha um espaço na sociedade mestiça do século XIX, que não se reconhece como tal. E a partir da emoção somos obrigados a reconhecer os malefícios e as conseqüências dessa instituição que perdurou tanto tempo no país.

E os trabalhadores livres continuam oscilando entre o emprego formal e o informal. As condições de trabalho se afunilam para todos os trabalhadores, mas de forma mais contundente para os descendentes de escravo conforme os dados do IBGE, que colocam homens e mulheres negras ganhando menos que homens e mulheres brancas. A desigualdade persiste e só pode ser combatida pelo acesso à educação pela camada mais pobre da população, composta em sua maior parte por negros e mestiços, para que possam competir em condições de igualdade no mercado de trabalho. As cotas sociais e raciais são um pequeno avanço num país preconceituoso e que se vê como branco, a despeito da cor da pele da maioria da sua população. Muito ainda há a ser feito para a construção de um país mais igualitário para seus habitantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As notícias publicadas na imprensa do século XIX sobre: compra e venda de escravos, procura de escravo fugido, aluguel de amas de leite e outros serviços prestados por escravos de ganho permitem que se conheça a situação do escravizado. Apesar de a população negra aparecer nas peças e romances do século XIX, parece haver certo apagamento da mesma, seja livre ou não. O dilema da escravidão comparece ao teatro nacional pelas mãos de Alencar na peças *Mãe* e *O Demônio Familiar*. E, embora, a escravidão tenha cessado oficialmente em 13 de maio de 1888, o século XIX parece não ter terminado para uma grande parcela da população brasileira, pois a cidadania não acompanhou a liberdade física.

No decorrer da pesquisa observou-se que os negros não sumiram de cena com a abolição, como Joana (embora ela represente os escravizados e escravizadas que morreram no cativeiro trabalhando para enriquecer seus proprietários). Os libertos foram afastados para a periferia das cidades, e dois estereótipos resultantes da abolição se destacam: ex-escravas que irão trabalhar como cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras para sustentarem a si e a sua família e, o malandro que irá sobreviver de pequenos expedientes, por não encontrar lugar no mercado de trabalho e só conhecer por ofício o ser escravo. Diferente do que ocorreu em alguns países que libertaram seus escravos, no Brasil, não houve medidas para inserir os negros (as) na sociedade com a abolição. A lógica da exclusão<sup>62</sup> foi mantida. O pouco trabalho que restou aos negros limitou-se ao setor de subsistência em posições subalternas e mal remuneradas, nas quais prevalecem o desrespeito aos direitos trabalhistas e falta de proteção previdenciária.

Entre os resultados mais significativos de nossa pesquisa notou-se que o discurso literário alencariano de nosso *corpus* apresentou uma escravizada como sujeito, agente, negociadora dotada de discurso, fala, enunciação com poder reflexivo sobre sua condição, na personagem Joana e isto em 1860, século XIX. E em contrapartida ao discurso proposto por Alencar, encontrou-se o discurso do século XX, da década de 1960: que retoma o viés econômico do discurso do escravo *res*, coisa, não agente submetido ao escravismo.

Entretanto, em oposição ao discurso da chamada Escola Paulista, na década de 1980 do século XX, emerge novamente o discurso do escravo agente. Portanto, o discurso literário vê o escravo sujeito, agente, negociador, batalhador bem antes de certa historiografia em

---

<sup>62</sup> Inicialmente a Lei de Terras de 1850 e, posteriormente, pelas restrições ao mercado de trabalho.



virtude de que retrata o escravo agindo no cotidiano, conforme a ideologia do cotidiano proposta por Bakhtin.

Da reflexão proposta na análise do *corpus*, observou-se que não adianta mudar só a infraestrutura econômica e abolir a escravidão legal e sim, é necessário mudar a cultura escravocrata, presente na superestrutura. Alencar irá defender em vários momentos a necessidade de uma “revolução dos costumes”, e a nosso ver, ilustra essa “revolução” que educa, levando uma heroína negra como protagonista nos principais palcos em que a elite assistia a peças. Sua Joana age, pensa, negocia, embora submetida aos limites e atrocidades da escravidão, ainda que indiretamente, ensina o valor da resistência.

A peça em tela corrobora com a mudança de pensamento em relação à atividade laboral no século XIX, ao colocar vários personagens que trabalham para sobreviver, sem que isto acarrete demérito a elas. O próprio Alencar trabalhou para sobreviver, pois a educação foi o que lhe deixou de herança o pai, o senador Martiniano. Ele representa muito dos profissionais liberais que a partir da educação recebida irão sobreviver do fruto de seu trabalho.

Alencar é um exemplo típico de homem de sua época que apresenta comportamentos paradoxais. Enquanto homem de sua época e que, portanto, era também povoado das vozes de seu contexto em que escravidão e abolicionismo estavam em embate, escreve duas peças em que traz a temática da escravidão e que foram consideradas antiescavocratas. Entretanto, enquanto político profere diversos discursos que são considerados favoráveis à manutenção da escravidão:

Senhores, tenho a respeito da questão do elemento servil convicções muito profundas, muito sinceras, das quais não me demove, nem a odiosidade que possam elas excitar, nem o receio de incorrer na pecha de escravocrata. Seja-me permitido nesta ocasião solene, em que mais uma vez assumo a responsabilidade destas convicções, lembrar que fui um dos primeiros que se inscreveram na cruzada santa que trabalha por extinguir a escravatura, não na lei, mas nos costumes, que são a medula da sociedade. Há 15 anos, quando as vozes que hoje se levantam com tanta sofreguidão emudeciam, e ocupam-se dos assuntos de política local, eu me esforçava, no campo que se abria então à minha atividade na literatura e na Imprensa, em banir essa instituição (ALENCAR, 1977, p. 196-97).

Alencar dialoga com as forças econômicas e políticas da nação e acredita que a abolição da escravatura deve ocorrer pela conscientização dos senhores de escravo quanto aos problemas que a mesma traz, ou pelo que chama de “revolução dos costumes”. Alencar parece antecipar o que ocorreria com a abolição da escravatura com apenas uma lei, e sem a devida preparação da sociedade para acolher os recém libertos, como já nos referimos

anteriormente. A revolução de Alencar é, sobretudo, pelo viés cultural, o que não ocorreu até hoje, pois a cultura escravocrata permanece enraizada no imaginário da população.

Ainda defendendo que a escravidão teve razão de ser nos países, ele argumenta nas *Cartas a Erasmo* que:

Choca semelhante arrogância da teoria contra a lei. Ainda mesmo extintas e derogadas, as instituições dos povos são coisa santa, digna de toda veneração. Nenhum utopista, seja ele um gênio, tem o direito de profaná-las. A razão social condena uma tal impiedade. A escravidão se apresenta hoje ao nosso espírito sob um aspecto repugnante. Esse fato do domínio do homem sobre o homem revolta a dignidade da criatura racional. Sente-se ela rebaixada com a humilhação de seu semelhante. O cativo não pesa unicamente sobre um certo número de indivíduos, mas sobre a humanidade, pois uma porção dela acha-se reduzida ao estado de coisa. Mais bárbaras instituições, porém, do que a escravidão já existiram e foram respeitadas por nações em virtude não somenos às modernas. Não se envergonharam elas em tempo algum de terem laborado no progresso do gênero humano, explorando uma ideia social. Ao contrário, ainda agora lhes são títulos de glória essas leis enérgicas e robustas, que faziam sua força e serviam de músculo a uma raça pujante (ALENCAR, 2009, p. 238).

A despeito das críticas recebidas, Alencar não coloca a escravidão como algo a ser louvado, mas como necessária em uma determinada época, assim como outras instituições das quais se serviu a humanidade em outros tempos. Reconhece a necessidade da escravidão para a construção do nosso país e da América<sup>63</sup>. Já a época do autor alguns fatores começam a indicar a necessidade de mudança do modelo econômico brasileiro: o alto preço dos cativos desde a proibição do tráfico em 1850 e o surgimento de novos modelos de produção que necessitavam de mão de obra mais autônoma<sup>64</sup>. A despeito de analisarmos o discurso presente na peça, não nos furtamos a mostrar as incongruências discursivas, fruto de uma sociedade em luta entre forças abolicionistas e escravistas.

O fim da escravidão não trouxe a dignidade para o negro, apenas certa liberdade formal. Mas o trabalho capaz de prover necessidades básicas como a alimentação e a moradia não veio com a abolição. Como a população negra recém liberta e seus descendentes não detém os meios de produção, a liberdade os deixou sem amparo, destituídos de sua condição de escravos para a condição de homens livres considerados sem habilitação para o mercado de trabalho que se apresentava diante deles, a despeito da maioria das tarefas anteriormente serem realizadas por eles, enquanto escravos.

<sup>63</sup> Embora não entre em detalhes sobre o comércio de escravos em si e a riqueza que gerou para as nações que traficaram escravos durante mais de três séculos, o autor analisa a escravidão em função da geração de braços para alimentar o sistema econômico vigente no país.

<sup>64</sup> O modo de produção escravista não preparou os escravos para realizarem funções diferenciadas como o exigido pelo modo de produção capitalista na operação de máquinas. Segundo Mello (1982, p. 75), “A escravidão bloqueava tanto uma maior divisão técnica do trabalho, quanto a especialização do escravo, porque era próprio de sua condição que se mantivesse *res*”.

Com a inserção de trabalhadores livres no mercado, a sociedade sofreu mudanças em sua estratificação, mas as condições de alimentação e moradia dos trabalhadores livres não eram muito melhores que as dadas aos escravos. O que fez com que os trabalhadores livres e os escravos alforriados ou libertos se amontoassem em cortiços sem condições mínimas de saúde e moradia, como mostram os surtos de doenças no final do século XIX e que foram combatidas com a vacinação compulsória no Rio de Janeiro em 1903. Após a revolta da vacina, os cortiços foram desmanchados e os mesmos obrigados a se retirarem para a periferia da cidade.

A dignificação do trabalho como elemento propiciador da emancipação individual é um dos discursos que permeiam a sociedade do século XIX. Toda a obra de Marx com a qual dialogamos afirma o trabalho como fonte de valorização do ser humano. Entretanto, dentro de um sistema capitalista ou escravista ou de servidão, o trabalho perde essa característica social ou humana. Vira trabalho alienado e expropria o trabalhador, o servo ou o escravo.

No entanto, os discursos de dignificação do trabalho nem sempre atendem a uma lógica perversa, pois o trabalho é condição essencial ao ser humano e aqueles que não trabalham são pesados aos outros, usufruindo dos produtos feitos por quem trabalha. Na peça *Mãe*, o modelo de sociedade patriarcal atribui ao homem a condição de provedor da família, o que faz que o mesmo seja melhor remunerado que a mulher em atividades laborais. E é, justamente por isso, vemos o pai de Eliza dizer que apesar de seu esforço o fruto de seu trabalho não seria suficiente para manter a casa. Entretanto, o fato de Joana ter conseguido com o fruto de seu trabalho manter a si e ao filho, destoa um pouco desta ideia.

A valorização do trabalho é expressa, principalmente, por Jorge ao alegar poder propiciar uma vida digna à Elisa, sua amada, com seu trabalho e também, por Elisa que se coloca como capaz de trabalhar, demonstrando aí uma visão que quebra, em parte, com o modelo patriarcal. Apesar da afirmação dos jovens amantes, foi o trabalho de Joana quem garantiu o sustento e a educação de Jorge, o que parece indicar uma crítica de Alencar à escravidão. O escravo se estafa e morre trabalhando para criar o Brasil e quando o país se vê em condições de continuar mantendo a economia sem o braço escravo, promove a abolição e deixa os ex-escravos a sua própria sorte. Assim como Joana teve que manter-se no anonimato para que Jorge pudesse ser reconhecido como homem livre, o Brasil libertou os cativos e abriu às portas a imigração europeia para que a população fosse aos poucos se branqueando e a escravidão caísse no esquecimento, junto com os que foram por ela vitimizados.

O favor aparece na estrutura econômica dessa sociedade quando homens e mulheres dos extratos mais baixos da população são apadrinhados por políticos ou pessoas de destaque

na sociedade que lhes proporcionam educação e um lugar na sociedade. Este apadrinhamento não é negativo, uma vez que permitiu que grandes vultos da literatura pudessem sobreviver, pois, no Brasil, não se vive das letras. Como referimos, em uma sociedade não industrializada, havia poucos empregos, fora os que eram exercidos por escravos. O favor e ao apadrinhamento eram formas de se conseguir um emprego, segundo Schwarz (2000).

Se para Bakhtin, somos constituídos e transformados sempre através do outro, olhando para Joana, enquanto escravizada, podemos notar que ela não se vê como portadora de direitos enquanto pessoa. Ainda que Joana tenha se anulado voluntariamente em prol dos demais, o sistema escravocrata sugou as energias de milhões de cativos para continuar a sobreviver. Joana está sempre a servir, a buscar o bem estar de todos, e sua felicidade se constrói na possibilidade de que o filho, que não traz na pele a cor da escravidão, possa ser livre e ter um lugar nesta sociedade. Como metáfora da sociedade escravista, à Joana foi destinado o sair de cena para que o filho, o senhor, possa ocupar seu lugar sem a mancha da herança escrava. Tal como milhões de escravos fizeram com que alguns enriquecessem no país, Joana gastou sua vida para que o filho pudesse estudar e viver como um homem livre, situação que ela voluntariamente negou a si mesma.

Ao invés de rejeitar ou abraçar uma obra como uma declaração absoluta contra a escravidão ou favorável ao regime escravocrata aqui se buscou identificar onde o drama alcança sucesso ao denunciar os males da escravidão doméstica. Num esforço de análise dialógica, buscou-se entender as consequências de mais de três séculos de escravidão para a nação brasileira, pensando a transição do trabalho escravo para o livre.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio. **A comédia nacional no teatro de José de Alencar**. São Paulo, Ática, 1984.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

ALENCAR, José de. **O Demônio Familiar (1857)**. Biblioteca Virtual de Literatura: [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000164.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ALENCAR, José de. **Mãe (1860)**. Biblioteca Virtual de Literatura: [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000161.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

ALENCAR, José de. **Mãe**. São Paulo: Peixoto Neto, 2016. (Coleção Teatro de bolso, 2).

ALENCAR, José de. **Cartas de Erasmo**. CARVALHO, José Murilo de (org.). Rio de Janeiro: ABL, 2009.

ALENCAR, José de. **Cartas a favor da escravidão**. PARRON, Tamis. (org.). São Paulo: Hedra, 2008.

ALENCAR, José de. **Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p. 196-197.

ALENCAR, José de. **O Teatro Brasileiro: A propósito do Jesuíta** (O Globo, 26/09/1875). In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *A polêmica Alencar – Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: UNB, 1978.

ALENCAR, Jose de. **Polêmica Alencar-Nabuco**. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas Editora/ Brasília: INL, 1980. vol. 1, p. 232-250.

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais -- século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2008.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Lafonte, 2012.

ASSIS, Machado de. **Revista Dramática: A crítica teatral. — Mãe, de José de Alencar** (1860). Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact04.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **O teatro de José de Alencar**. In: Crítica teatral. RJ, W. M. Jackson Inc. Editores, 1953.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Discurso no Romance**. In: BAKHTIN, M. M. Questões de Literatura e Estética. A teoria do romance. São Paulo: Anna Blume/Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHÍNOV, Valentín. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARBOSA, Paula Maciel. **O Idílio Degradado: um estudo sobre o romance TIL de José de Alencar**. São Paulo: USP, 2012.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Ação Afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade – o sistema jurídico nacional**. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (org.). O negro na universidade: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave-Maria**, 141<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1959, (impressão 2001).

BORGES, Valdeci Rezende. **Machado de Assis: Leitor e crítico da dramaturgia de José de Alencar**. *Emblemas*, v. 13, n. 1, p. 31 - 45, Jan. – Jun, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/download/45174/22572>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BOSI, Alfredo. **Narrativa e resistência**. In: Itinerários – Revista de Literatura, Araraquara, n. 10, 1996.

BOTTON, Flavio Felício. **A face trágica de um herói Burguês: O teatro de José de Alencar**. *Raído, Dourados, MS*, v. 4, n. 7, p. 149-157, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Diálogos Românticos, Proposições Realistas: A Comédia de José de Alencar.** Todas as Letras, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 19-26, 2011.

BROOKSHAW, David. **Raça e Cor na literatura Brasileira.** Porto Alegre. Mercado Aberto, 1983.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta.** Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CAPELLO, André Emmanuel Batista Barreto. **A escravidão no Império do Brasil: perspectivas jurídicas.** Disponível em: <<http://www.sinprofaz.org.br/artigos/a-escravidao-no-imperio-do-brasil-perspectivas-juridicas/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão No Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul.** São Paulo: DEL, 1962.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876).** Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

FANINI, Angela Maria Rubel. **A questão nacional em Lucíola de José de Alencar.** Revista de Letras, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 13-28, 1997.

\_\_\_\_\_. **O trabalho e o elemento feminino nos romances de Aluísio Azevedo.** In: Tecnologia & Humanismo, Curitiba, v. 24, p. 52-63, 2003.

FARIA, João Roberto. **José de Alencar e o teatro.** São Paulo: Editora Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. **Alencar Dramaturgo, Uma Apresentação.** In Revista de Letras, Fortaleza, v.1. n. 29, p. 54-61, jan./jul., 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/820>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 24<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

FRANCO, Monique. **Espectros da Mídia: políticas afirmativas ou políticas da piedade?** Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2011.

FREITAS, Décio. **Escravidão Brasileiro** — 2<sup>a</sup>. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 46<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, Global, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 12<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1974.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Ática, 2016.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **O mundo das criadas.** In: Proteção e obediência: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras. Cap. 2. – p. 45-72, 1992

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Paz e Terra, 1988.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional.** 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **O preconceito racial no Brasil.** In. Estudo Avançados. São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100002)> . Acesso em: 30 jul. 2017.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros/resistencia-dos-escravos.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; STOTZ, Eduardo N. **Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894**. Estudos Econômicos, n. 15. São Paulo: 1985.

LOPES, Antônio Herculano. **O teatro de Alencar e imaginação da sociedade brasileira**. In. Perspectivas, São Paulo, v. 37, p.87-111, jan./jun. 2010.

LURIA, Alexander. R. **Curso de psicologia geral**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. v. 1.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000124.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

MAGALDI, Sabato. **Panorama do Teatro Brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2001.

MARX, Karl. **O capital: livro I, vol. 1**. 36ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política (livro II)**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista (1848)**. Disponível em: <[http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx\\_engels\\_manifesto.pdf](http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf)>. Acesso em 01 jul. 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Disponível em: <[http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_12/12\\_historia\\_MarceloBadaro.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_12/12_historia_MarceloBadaro.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. 3ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala**. 4ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1988.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

NEGREIROS, Regina Coeli Araújo. **Éthos, Educação e Serviço Público: Uma tríade basilar na construção de uma sociedade saudável**. TCC (Especialização em Gestão Pública). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. João Pessoa, 2014

PENA, Maria V. J. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PRADO, Décio de Almeida. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e as Ideias de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Editora 34, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. José de Alencar – A ficção numa sociedade escravocrata. In: **A ideologia do colonialismo**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

SOUSA, J. Galante de. **O Teatro no Brasil Rio de Janeiro**. MEC-INL, 1960.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE: Apresentação**. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/programas/ppgte/conheca-ppgte/apresentacao>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

VENTURA, Maria Domingos Pereira. **A maternidade mulata na peça Mãe de José de Alencar e suas possíveis implicações**. 2015. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

VITA. Álvaro de. **Sociologia da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Ática, 1996.

VITORINO, Artur Jose Renda. **Cercamento a brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na corte das décadas de 1850 a 1880**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2002.

Alvará de d. Maria I. Disponível em <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=978&sid=107>>. Acesso em 02 de jul. de 2017.